

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA – UERR
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA - IFRR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE

**ATENDIMENTO DE ALUNOS INDÍGENAS EM ESCOLAS
LOCALIZADAS EM ÁREAS RURAIS: UMA ANÁLISE DA
IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 11.645/2008 NA ESCOLA MUNICIPAL
CRISTÓVÃO COLOMBO**

MARQUIZA CASTRO DE ALMEIDA

Boa Vista/RR, 2020



MARQUIZA CASTRO DE ALMEIDA

ATENDIMENTO DE ALUNOS INDÍGENAS EM ESCOLAS LOCALIZADAS EM
ÁREAS RURAIS: UMA ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 11.645/2008 NA
ESCOLA MUNICIPAL CRISTÓVÃO COLÔMBO

Trabalho apresentado para Banca de Defesa por Marquiza Castro de Almeida, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Concentração Educação e Interculturalidade, da Universidade Estadual de Roraima - UERR e o Instituto Federal de Roraima – IFRR, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dra. Maristela Bortolon de Matos

BOA VISTA - RR

2020

Copyright © 2020 Marquiza Castro de Almeida

Todos os direitos reservados. Está autorizada a reprodução total ou parcial deste trabalho, desde que seja informada a **fonte**.

Universidade Estadual de Roraima – UERR
Coordenação do Sistema de Bibliotecas
Multiteca Central
Rua Sete de Setembro, 231 Bloco – F Bairro Canarinho
CEP: 69.306-530 Boa Vista - RR
Telefone: (95) 2121.0946
E-mail: biblioteca@uerr.edu.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A447a Almeida, Marquiza Castro de.

Atendimento de alunos indígenas em escolas localizadas em áreas rurais: uma análise da implementação da lei 11.645/2008 na escola municipal Cristóvão Colombo. / Marquiza Castro de Almeida. – Boa Vista (RR): UERR, 2020.

106 f.: il. Color 30 cm.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, da Universidade Estadual de Roraima (UERR) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação sob a orientação da Profa. Dra. Maristela Bortolon de Matos.

1. Educação Indígena 2. Interculturalidade 3. Escola 4. Legislação 5. Roraima I. Matos, Maristela Bortolon de (orient.) II. Universidade Estadual de Roraima – UERR III. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFRR IV. Título

UERR.Dis.Mes.Edu.2020

CDD – 371.97

FOLHA DE APROVAÇÃO

MARQUIZA CASTRO DE ALMEIDA

Dissertação apresentada ao Mestrado Acadêmico em Educação da Universidade Estadual de Roraima e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovado em: 30/11/2020

Banca Examinadora



PROF^a. DR^a. MARISTÉLA BORTOLON DE MATOS
Orientadora
IFRR



PROF^a. DR^a. ROSELI BERNARDO SILVA DOS SANTOS
Membro Titular Interno
IFRR



PROF. DR. ROBERTO MIBIELLI
Membro Titular Externo
UFRR

Boa Vista – RR

2020

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à toda minha família em especial ao meu esposo Genilson Almeida e aos meus pais, Rozilete Candida e Raimundo Nonato.

A minha querida filha Shara Marla assim como aos meus irmãos Raysa Candida, Rodrigo Salgado e Nilton José e sobrinho Samuel.

AGRADECIMENTOS

A Deus em primeiro lugar pelo dom da vida, graça, saúde e presença constante nos desafios que a caminhada propõe.

A toda minha família em especial ao meu esposo Genilson Almeida de Souza pelo apoio, amor e dedicação a mim dispensado.

A minha mãe Rozilete Cândida meu maior exemplo de vida.

A minha filha Shara Marla Castro de Almeida, por tanta compreensão durante minhas ausências e no retorno por sempre me receber com um sorriso que me renovava as forças.

Ao meu orientador Devair Antonio Fiorotti (*em memória*), pelo apoio de por tantas conversas que me fizeram continuar a lutar por aquilo que acredito e por mais que tenha ficado um curto período de tempo perto, foi uma pessoa que aprendi admirar.

A minha orientadora Maristela Bortolon de Matos pela aceitação do desafio que foi orientar um trabalho já em andamento pela compreensão e companheirismo, sempre com uma palavra de incentivo e animadora e sabiamente conduzindo meus caminhos, a ela minha eterna gratidão.

Aos professores da banca examinadora, Prof. Dr^a Roseli Bernardo Silva dos Santos, Prof. Dra. Jurema Pires Soares e Prof. Dr. Roberto Mibielli pela disponibilidade em participar na banca, pelo tempo dispensado na leitura do trabalho e pelas contribuições que certamente acrescentarão melhoras ao trabalho

Aos amigos que o Mestrado em Educação me trouxe os quais pude compartilhar momentos ímpar de construção do saber, assim como muitas experiências. Obrigada a todos em especial, Graciete, Missiane, Maryjane, Samella e Lysne.

Aos professores do Mestrado em Educação por tantas contribuições e por tantos momentos de saber dividido e pela gentileza de sempre nos mostrar e fazer entender que há esperança de dias melhores quando se tem amor pelo que faz.

Por fim a todos que direta ou indiretamente contribuíram para que essa pesquisa ganhasse vida e acontecesse. Meu eterno obrigado.

RESUMO

O estudo expõe os resultados de inquietações e teve como objetivo principal, fomentar uma análise sobre proposta de estudo da Escola Municipal Cristóvão Colombo, localizada em São João da Baliza-RR, de modo a verificar se a mesma atende culturalmente os alunos indígenas que frequentam este estabelecimento de ensino. A pesquisa considera os indígenas que constam com matrícula ativa na escola. Para tanto, verificou-se a efetivação da implantação da Lei 11.645/2008, como base para o ensino no ambiente escolar. O objeto de pesquisa é o entendimento de como alunos indígenas que estão inseridos dentro do ambiente de uma escola localizada em área rural, seus atendimentos e como a escola lida com esse desafio. Por ser uma escola Municipal, com currículo de escola urbana e que está localizada em área rural. A metodologia da pesquisa está ancorada no método análise de conteúdo ancorada em Bardin (1977). A abordagem de pesquisa é qualitativa, seguindo uma vertente crítica. No primeiro momento, nos preocupamos em apresentar o local no qual a pesquisa foi fomentada, aspectos históricos e divisão geográfica do Município de São João da Baliza. Em segundo plano, registramos os aspectos históricos e a trajetória da etnia Wai-Wai no Brasil e em Roraima, com o intuito de conhecer a história do povo que nos propomos estudar. Para o terceiro momento, o foco foi direcionado para apresentar as leis que fundamentam os direitos dos povos indígenas dentro do ambiente escolar, observando que o reconhecimento da identidade cultural se faz necessário para se trabalhar a desconstrução dos estereótipos produzidos para o povo indígena. Posterior a isso, descrevemos o percurso metodológico da investigação, os passos que foram necessários para se alcançar respostas aos questionamentos elencados no decorrer da pesquisa. Dado isso, chegamos ao quarto momento da pesquisa, onde apresentamos os dados e análises, o tratamento desses dados e as respostas elencadas, os resultados de todo estudo que foi feito a partir dos documentos que foram a fonte dessa pesquisa. As considerações finais nos indicam que a proposta de ensino fomentada dentro da Escola Municipal Cristóvão Colombo apresenta grandes desafios no que diz respeito ao ensino e atendimento para o público indígena, e isso envolve capacitação de professor, adequação de planos de ensino, melhoramento de propostas e projetos que trabalhem o reconhecimento identitário, o respeito e o reconhecimento da diversidade cultural que existe dentro da escola. Por outra ótica, entendemos que esse trabalho deve ser uma ação em conjunto, partindo de todos os âmbitos e que a educação emancipadora, comprometida, original que desconstrua os estereótipos. Esperamos que a pesquisa proporcione uma reflexão profunda sobre a proposta de educação intercultural efetivada na escola, na tentativa de revermos os conceitos existentes e analisarmos as possibilidades de melhoria.

Palavras-chave: Educação Escolar Indígena. Interculturalidade. Lei 11.645/2008.

ABSTRACT

The study exposes the results of concerns and had as main objective, to foster an analysis on the study proposal of the Municipal School Cristóvão Colombo, located in São João da Baliza-RR, in order to verify if it culturally serves the indigenous students who attend this educational establishment. The survey considers indigenous people who are actively enrolled in school. To this end, the implementation of Law 11.645 / 2008 was verified, as a basis for teaching in the school environment. The object of research is the understanding of how indigenous students who are inserted in the environment of a school located in a rural area, their services and how the school deals with this challenge. For being a Municipal school, with curriculum of urban school and that is located in rural area. The research methodology is anchored in the content analysis method anchored in Bardin (1977). The research approach is qualitative, following a critical aspect. At first, we are concerned with presenting the location where the research was promoted, historical aspects and geographical division of the Municipality of São João da Baliza. In the background, we record the historical aspects and the trajectory of the Wai-Wai ethnicity in Brazil and in Roraima, in order to know the history of the people we propose to study. For the third moment, the focus was directed to presenting the laws that support the rights of indigenous peoples within the school environment, noting that the recognition of cultural identity is necessary to work on the deconstruction of stereotypes produced for indigenous people. After that, we describe the methodological path of the investigation, the steps that were necessary to achieve answers to the questions listed during the research. Given that, we arrived at the fourth moment of the research, where we present the data and analyzes, the treatment of these data and the answers listed, the results of every study that was made from the documents that were the source of this research. The final considerations indicate that the teaching proposal promoted within the Municipal School Cristóvão Colombo presents great challenges with regard to teaching and service to the indigenous public, and this involves teacher training, adaptation of teaching plans, improvement of proposals and projects that work on identity recognition, respect and recognition of the cultural diversity that exists within the school. From another perspective, we understand that this work must be a joint action, starting from all spheres and that the emancipating, committed, original education that deconstructs stereotypes. We hope that the research provides a deep reflection on the proposal of intercultural education carried out at school, in an attempt to review the existing concepts and analyze the possibilities for improvement.

Keywords: Indigenous School Education. Interculturality. Law 11.645 / 2008.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Mapa do Município de São João da Baliza	27
Figura 02	Bandeira do Município de São João da Baliza	27
Figura 03	Mapa da grande área Waiwai	34
Figura 04	Mapa da Guiana: localização da etnia Waiwai	35
Figura 05	"São os selvagens realmente felizes?"	37
Figura 06	Mapa da atuação missionária nas Terras Indígenas	44
Figura 07	Capa "Projeto Indígena" da escola Cristóvão Colombo	92

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Plano de aula do 6º ano - 1º bimestre	76
Quadro 2 - Plano de aula 6º ano - 2º bimestre	77
Quadro 3 - Plano de aula 7º ano - 1º bimestre	77
Quadro 4 - Plano de aula 7º ano - 2º bimestre	78
Quadro 5 - Plano de aula 7º ano - 3º bimestre	78
Quadro 6 - Plano de aula 8º ano - 2º bimestre	79
Quadro 7 - Plano de aula 8º ano - 3º bimestre	79
Quadro 8 - Plano de aula 8º ano - 4º bimestre	80
Quadro 9 - Plano de aula 9º ano - 2º bimestre	81
Quadro 10 - Plano de aula 9º ano - 4º bimestre	82
Quadro 11 - CALENDÁRIO DE AÇÕES DA ESCOLA CRITÓVÃO COLOMBO	89
Quadro 12 - Projeto indígena 2020	92
Quadro 13 - Detalhamento do projeto indígena	93

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO10

CAPÍTULO I – MARCO METODOLÓGICO15

1.1 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

17

1.2 PLANOS DE CURSO

20

1.3 ANÁLISE DE CONTEÚDO

21

CAPÍTULO II – DEFININDO A PESQUISA: LÓCUS E ASPECTOS TEÓRICOS27

2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS E DIVISÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BALIZA

 27

CAPÍTULO III – CONTEXTO HISTÓRICO E TRAJETÓRIA DA ETNIA WAIWAI NO BRASIL E EM RORAIMA 32

3.1 WAIWAI E SUAS ORIGENS: A HISTÓRIA

 32

3.2 O PRIMEIRO CONTATO: O QUE A HISTÓRIA CONTA

 33

3.3 A CONVERSÃO DE EWKA: O QUE MUDOU

 43

3.4 A HISTÓRIA DA COMUNIDADE XAARI (BAMBU EM LÍNGUA INDÍGENA)

47

3.5 QUESTÃO INDÍGENA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BALIZA: UM ESTUDO A PARTIR DO DIREITO A EDUCAÇÃO

 50

CAPÍTULO IV – EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: DIREITO DOS POVOS E DEVER DO ESTADO 54

4.1 FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

 54

4.2 LEI Nº 6.001, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1973, O ESTATUTO DO ÍNDIO, CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART. 231

 58

4.3 A LEI 11.645/2008

 62

4.4 A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

 66

4.5 O PROCESSO EDUCACIONAL DE RECONHECIMENTO DA IDENTIDADE E A INTERCULTURALIDADE NO ESPAÇO ESCOLAR

70

CAPÍTULO V – A ESCOLA MUNICIPAL CRISTÓVÃO COLOMBO PARA OS WAIWAI 76

5.1 PLANOS DE CURSO

 77

5.2 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP)

 88

5.3 PROJETO DA ESCOLA

 93

CONSIDERAÇÕES FINAIS98

REFERÊNCIAS104

INTRODUÇÃO

A proposta de pesquisa aqui apresentada ganha contornos a partir de uma experiência vivida no ano de 2015, enquanto cursava o último ano da graduação em Pedagogia com Ênfase em Educação do Campo, curso oferecido pela Universidade Estadual de Roraima. À época, tive a oportunidade de participar de um estágio supervisionado em uma escola localizada na área rural, no município de São João da Baliza, sul do estado de Roraima, na escola Municipal Cristóvão Colombo. Durante o cumprimento do estágio, pude testemunhar as violências sofridas por um grupo de crianças indígenas da etnia Wai-Wai, da comunidade Xaari, (bambu em língua indígena), que na oportunidade frequentava a escola. O acontecimento foi, de fato, decisivo para o nascimento de uma nova, ou outra, pesquisadora inquieta com tantas questões a serem respondidas.

A experiência se deu, então, a partir do encontro da pesquisadora com os alunos. O primeiro de muitos que ocorreriam naquele espaço, na sala de aula. Esse primeiro momento foi desconfortável, pois de alguma forma mudou a rotina da sala de aula. Demorou muito até que minha presença não fosse mais percebida e tudo voltasse a acontecer como antes: alunos indígenas no canto da sala, alunos não indígenas sentados na primeira fileira, professor atarefado com atividades iguais para dois grupos diferentes, uma imensa dificuldade de diálogo entre as partes envolvidas e muitos, muitos conflitos que só eram possíveis de perceber com um olhar minucioso, tarefa quase impossível ao professor titular, pois estamos falando de uma sala que no momento atendia um número grande de alunos.

Naquele momento começava a nascer o que três anos mais tarde viria a se tornar este trabalho, resultado da vivência de uma angústia para a qual não havia uma solução aparente, no sentido de tentar, minimamente, entender como aquelas crianças se sentiam dentro daquele espaço no qual não eram vistas, mesmo estando lá. Assim inicia minha trajetória na busca de compreensão da relação entre educação indígena e educação escolar indígena dentro daquele ambiente com um perfil bastante específico, no qual eram atendidos alunos camponeses, assentados, ribeirinhos e alunos indígenas.

A pesquisa ganha vida, com a inquietação de entender como acontece o atendimento de alunos indígenas em uma sala de aula de uma escola localizada em

área rural e pensada para atender populações camponesas, a Escola Municipal Cristóvão Colombo, localizada na vicinal Km 29 do Município de São João da Baliza ao sul do Estado de Roraima. Nessa perspectiva, a pesquisa se volta para a observação da vivência dentro dessa sala de aula e para o processo de aprendizagem dos alunos indígenas. Como aqueles alunos são vistos pela gestão, pelos professores, pelo pessoal de apoio e também pelos colegas, dentro do ambiente escolar? Busca-se compreender como, de fato, acontece o relacionamento aluno/professor, aluno/aluno, aluno/gestão.

As experiências vividas dentro da sala de aula influenciam o modo de aprender do aluno. Enquanto educadores, somos responsáveis por fazer com que essas vivências sejam significativas para cada um, assim como responsáveis pelo ensino do respeito ao próximo, independente de quem seja, de onde vem e de como ele é. O trabalho de olhar o outro sob uma ótica específica é, de fato, desgastante, uma vez que a sociedade está acostumada a igualar e não a respeitar as diferenças, o que vimos de forma muito clara dentro do espaço no qual temos vivência: a escola.

Desse modo, como podemos falar de uma escola democrática que atenda às especificidades de cada um se não entendemos minimamente o conceito dessa escola? Como é possível ter uma escola que acolhe, se não sabemos o que de fato é acolher, nesse cenário hostil, onde a violência social é a protagonista, a percepção dessa violência é instantânea quando nos deparamos com uma sala de aula de uma escola localizada em área rural que recebe alunos indígenas, uma escola que já em sua função é muito peculiar, se ver obrigada a dar assistência a alunos que estão fora do modelo de alunos que a escola está preparada para receber, classificamos então como desafiador ter uma escola democrática e intercultural nesse sentido.

Assim, a pesquisa propôs a reflexão do modelo de ensino efetivado na escola Municipal Cristóvão Colombo. Sabendo que recebe alunos indígenas e não indígenas, vislumbra-se que seja de fato interessante entender como acontece o ensino no âmbito da escola sempre pensando os sujeitos que estão envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Desse modo entendemos que a pesquisa é de fundamental relevância, uma vez que se propôs verificar e compreender os modos de relacionamentos que envolvem os atores que protagonizam a história da educação dentro da escola Municipal Cristóvão Colombo: indígenas, não indígenas, camponeses e os demais sujeitos que estão presentes nesse espaço.

Para mim enquanto pesquisadora há uma imensa relevância em concretizar uma pesquisa que esteja relacionada à busca de respostas para questões tão emergentes nessa sociedade que vive no século XXI e ainda não é capaz de pensar as especificidades do outro com respeito. Assim, consideramos que com esta pesquisa podemos contribuir de forma significativa, uma vez que discutimos um assunto que está em nossa realidade local, para buscar compreender uma proposta de educação baseada na vivência real das escolas municipais que recebem alunos indígenas e têm que oferecer um atendimento minimamente humanizado, de acordo com o texto proposto nas leis que dirigem a educação brasileira.

O foco da pesquisa está direcionado a discutir como a escola Municipal Cristóvão Colombo efetua o atendimento dos alunos indígenas que estão matriculados nesse estabelecimento de ensino. Ela é uma escola de área rural que atende alunos que moram nas proximidades e são provenientes de assentamentos, ribeirinhos, indígenas e filhos de agricultores. O que faz da escola Cristóvão Colombo uma escola especial é o fato receber em seu quadro de alunos, um grupo de indígenas advindos de uma comunidade vizinha. Atualmente a escola Municipal Cristóvão Colombo atende as séries iniciais que vão do 1º ao 9º ano, tendo em seu quadro de funcionários compostos por professores, pessoal de apoio e gestora.

Tais alunos são da etnia Waiwai e residem em uma comunidade vizinha à escola, para que eles não fiquem sem estudar, a escola se propõe recebê-los, o que torna o trabalho docente bastante desafiador, uma vez que ao receber esses alunos, com cultura, língua, modos e costumes diferentes, o docente precisa estar minimamente preparado, pois estamos falando de um grupo não falante de língua portuguesa, com hábitos de vida específicos. Porém a escola se vê responsável por esses alunos. O fato é que a presença desses alunos no ambiente escolar, desencadeia várias outras questões, como dificuldade no desenvolvimento intelectual por causa do não domínio da língua predominante no ambiente da escola, o relacionamento entre aluno/aluno, professor/ aluno, aluno/comunidade escolar, fazem com que esse grupo seja de algum modo marginalizado. Isso se torna um desafio para a escola e os profissionais que atuam nesse ambiente. Dessa feita, a pesquisa ocupa-se em entender como a escola planeja atender esses estudantes.

Desse modo vislumbra-se que há a necessidade de buscar uma solução para as questões que se apresentam, devem estar presentes no modo de como que a escola age diante desse desafio, que é ter uma escola intercultural, ter em seu quadro

de docentes professores que estejam prontos para trabalhar com esse grupo de alunos. Não no sentido de integrá-los, e sim inseri-los, através de ações que busquem o reconhecimento de sua cultura, que trabalho a afirmação desses alunos, quanto sujeitos diferentes, porém que tenham orgulho de sua história e de seu povo que conheçam sua história, e sejam capazes de contar com orgulho quem são. Práticas que garantam o bem-estar de todos os grupos que estão inseridos no ambiente escolar, como forma de não excluí-los, mas sim trabalhar a aceitação e o respeito ao próximo.

Objetiva-se então analisar as ações propostas para erradicar os problemas advindos dessa inclusão/exclusão. Observando o trabalho já feito dentro do ambiente da escola pesquisada e a efetividade das ações frente aos desafios diários de se ter uma escola democrática, inclusiva e intercultural.

Os conceitos de políticas educacionais arcaicos que não atendem efetivamente a proposta de ensino de qualidade para todos devem ser rompidos. Um fator importante é atentar para a proposta do século XXI em sanar com o entendimento dúbio entre o que vem a ser de fato inclusão e integração, estando este termo esmaecido nos últimos anos. E ainda levar em conta que não é possível desvincular as políticas educacionais das políticas sociais e econômicas, configurando a escola como um ambiente que proporcione a ressocialização. (NUNES 2016, p. 02).

Para isso, a metodologia esta desenvolvida em um enfoque qualitativo seguindo uma vertente crítica, uma vez que se ocupa de observar o objeto pesquisado, entendendo que a observação do objeto proporciona um olhar mais específico, sem comprometer a realidade. Esse modelo promove além de aproximação, uma visão, da realidade social que parte da “necessidade de conhecer através de percepções, reflexão e intuição da realidade para transformá-la em processos contextuais e dinâmicos complexos” [...] (TRIVIÑOS, 2007, p.117).

A pesquisa está organizada em quatro capítulos: o primeiro capítulo foi pensado para que possamos entender onde a pesquisa foi realizada, e aspectos teóricos que a envolve. Em resumo este capítulo aborda os traços geográficos e teóricos do local em questão, história do município, seus limites geográficos perfil econômico, e todas as informações consideradas pertinentes a esta parte do trabalho.

O segundo capítulo, apresenta a trajetória da etnia Waiwai no Brasil e em Roraima. Seu modo de vida, seus costumes, sua localização atual, o que mudou, após

o contato com o protestantismo, e como vivem hoje. Ocupa-se, em entender a fala de autores que contam a história dessa etnia a partir de relatos feitos por pesquisadores, missionários e viajantes que estabeleceram os primeiros contatos com o povo Waiwai e todas as mudanças ocorridas ao decorrer do tempo dentro dessa comunidade. Buscamos também apresentar a história da comunidade “Xaari” a mesma onde residem os alunos que frequentam a escola pesquisada. Escola Municipal Cristóvão Colombo.

O terceiro capítulo aborda as leis que fundamentam a Educação Indígena e Educação Escolar Indígena. Como tais leis são tratadas no âmbito da escola, como a proposta de educação intercultural é pensada e colocada em prática, para se obter êxito, no quesito inclusão e inserção de alunos, com certas marcas indenitárias (CANDAU, 2012 p. 236). Apresenta o estatuto do índio como o primeiro documento oficial a estabelecer normas para essa modalidade e as mudanças advindas desse novo olhar, na tentativa de compreender as mudanças ocorridas ao longo do tempo, como forma de resgatar a história desse povo, através da regulamentação pensada para atender as especificidades de cada um.

No quarto capítulo, destacamos os caminhos que metodologicamente foram traçados, para dar seguimento à investigação. Instrumentos utilizados para coleta de dados, observação, caracterização do local da pesquisa e sujeitos envolvidos, meio pelo qual foi possível alcançar as respostas para as angústias que nos levaram a tais questionamentos.

Finalizamos o trabalho com análise e tratamento dos dados obtidos. Reflexão da ação em prol de apresentar uma proposta para a resolução do problema observado no nascimento da pesquisa. Reflexão essa, direcionada para o comportamento, as ações. Ainda que se entenda que novas questões surgirão a pesquisa busca não só compreender, mas propor um diálogo, que instigue um pensamento direcionado em prol de fortalecer o respeito ao próximo, o conhecimento de culturas diferentes como forma de enriquecer e valorizar a cultura do outro.

CAPÍTULO I – MARCO METODOLÓGICO

A trajetória de uma pesquisa é definida pela metodologia que se propõe abordar para responder as diversas inquietações que surgem ao longo da caminhada. Dessa forma, o processo de desenvolvimento da investigação no que se refere à metodologia de pesquisa aponta para uma pesquisa de cunho qualitativo, seguindo uma vertente crítica, uma vez que se ocupa de observar o objeto pesquisado.

Esta pesquisa tem como Objetivo Geral analisar se a proposta escolar da Escola Municipal Cristóvão Colombo atende culturalmente os alunos indígenas que frequentam este estabelecimento de ensino. A pesquisa considera os indígenas que constam com matrícula ativa na escola.

A escola pesquisada está localizada em área rural e atende alunos que moram nas proximidades. Esses alunos são provenientes de assentamentos, ribeirinhos, indígenas e filhos de agricultores. O que faz da escola Cristóvão Colombo uma escola peculiar é o fato receber em seu quadro de alunos, um grupo de indígenas advindos de uma comunidade vizinha, a comunidade Xaari (bambu em língua indígena).

Atualmente a escola Municipal Cristóvão Colombo atende as séries iniciais que vão do 1º ao 9º ano, tendo em seu quadro de funcionários professores, pessoal de apoio e gestão. Dessa feita a pesquisa propôs a reflexão do modelo de ensino efetivado na escola. Sabendo que recebe alunos indígenas e não indígenas, vislumbra-se que seja de fato interessante entender como acontece o ensino no âmbito da escola sempre pensando os sujeitos que estão envolvidos e o processo de ensino e aprendizagem.

A mesma tem como problema de pesquisa: como a proposta escolar da Escola Municipal Cristóvão Colombo atende culturalmente seus alunos indígenas? Para responder a esse questionamento e alcançar o objetivo geral, considerando que a escola Cristóvão Colombo é uma escola de Municipal que está localizada em área rural, foram elencados os seguintes objetivos específicos:

- Identificar nos planejamentos de História se a Lei 11.645/2008 é atendida.
- Verificar se no PPP da escola constam elementos que oportunizem ações para atender aos estudantes indígenas.

- Analisar projeto indígena, proposto pela escola, para integrar os estudantes indígenas no processo escolar.
- Observar a efetividade das atividades que estão registradas no calendário escolar e se o mesmo atende aos anseios que a escola e seu alunado precisa.

A pesquisa de cunho qualitativo é caracterizada pela subjetividade de interpretação do objeto de estudo. Nessa modalidade de pesquisa temos a interpretação como foco do ponto de vista da subjetividade, as situações não estão definidas, uma vez que buscamos o processo de compreensão dos fatos. É um tipo de investigação que analisa, observa e registra, fazendo correlações entre os fatos e/ou fenômenos sem manipulá-los ou fazer interferências, apenas busca compreender a frequência e a intensidade que ocorrem esses fenômenos e suas relações com outros que o cercam. A pesquisa qualitativa defende a ideia de que, na produção de conhecimento sobre os fenômenos humanos e sociais, interessa muito mais compreender e interpretar seus conteúdos que os descrever. (TOZONI, 2009. p. 10). Na pesquisa qualitativa o ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados, interpretação de fenômenos e atribuição de significados.

A pesquisa documental esta alicerçada na análise de documentos (históricos, institucional, associativo, oficial etc.), esses documentos se tornam em suma a principal fonte de dados. Essa pesquisa apresenta objetivos concretos a partir de consultas e análise, e está concentrada na investigação e análise dos dados observados nessa modalidade. Segundo (CELLARD, 2008, p. 295), a pesquisa documental possibilita ao homem acesso a dados que envolvam o objeto pesquisado sem a necessidade de ter contato, coloca ainda que a capacidade de memória do homem é limitada e ninguém conseguiria memorizar tudo, ressalta que a memória pode também alterar lembranças, esquecer fatos importantes ou deformar acontecimentos.

A pesquisa documental se coloca então como fonte segura sem a possibilidade de intervenção direta do pesquisador, facilitando assim uma análise precisa. O fato de ter acesso aos documentos faz com que o pesquisador se torne parte da pesquisa uma vez que a ele possibilita análise minuciosa dos escritos a partir disso é possível que se tenha uma real visão dos fatos sejam eles no passado ou planejamento de futuro.

Para Gil,

Todas as sociedades estão continuamente mudando. Mudam as estruturas e as formas de relacionamento social, bem como a própria cultura da sociedade. Para captar os processos de mudança, não basta, portanto, observar as pessoas ou interrogá-las acerca de seu comportamento. Nesse sentido é que as fontes documentais tornam-se importantes para detectar mudanças na população, na estrutura social, nas atitudes e valores sociais etc. (2008, p. 153).

Para o autor a validade do que é documentado está para além do fato de se ter contato com o objeto pesquisado, explicita o fato das mudanças constantes que ocorrem na sociedade e que apenas observar talvez não represente tanto quanto se ter em mãos documentos como fonte de pesquisa. Dessa feita podemos observar o valor de se ter uma pesquisa documental traz ao trabalho veracidade e originalidade, proporciona ao pesquisador a possibilidade de se aprofundar nos detalhes e fazer uma análise precisa do que se vê.

Para tanto nesta pesquisa os documentos analisados foram o Projeto Político Pedagógico da Escola, Projeto Indígena, os planos de curso de História do 6º ao 9º ano e o calendário escolar da Escola Municipal Cristóvão Colombo. Essa análise foi de real importância para que se entendesse o atendimento de alunos indígenas dentro da escola, como os docentes trabalham e executam tais propostas de atividades dentro do ambiente escolar.

1.1 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP)

A LDB nº 9.394/96 em seus artigos 12, 13 e 14 oferece suporte para a implementação e elaboração do Projeto Político Pedagógico de cada escola, com o intuito de organizar o ensino, atendendo as especificidades de cada localidade, pensando sempre no que é melhor para a comunidade que está envolvida com o segmento educacional. Desta feita a lei propõe que todos os sujeitos que estão diretamente envolvidos no espaço de ensino devem participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico de sua escola, uma vez que são agentes direto de educação.

No artigo 12, inciso I e VII, a Lei designa a incumbência de elaboração do Projeto Político Pedagógico em primeiro lugar a escola. A escola tem o papel de

organizar e apresentar a responsabilidade e importância desse documento para a comunidade escolar e esta elaboração deve estar de acordo com todos os atores que fazem parte do processo de ensino e aprendizagem direta e indiretamente, pais de alunos e comunidade externa.

Ela também esclarece que tal documento será o norteador do processo de ensino e aprendizado dos alunos dentro de ambiente escolar, afirma ainda que é de responsabilidade da escola enquanto corpo pedagógico, informar aos pais sobre o rendimento do seu filho dentro do ambiente escolar bem como a proposta pedagógica visa resolver qualquer problema que a criança tenha dentro desse espaço. Isso está relacionado a desenvolvimento, cognição, relacionamento, e todo assunto que envolver o aluno e o espaço escolar.

No artigo 13, a Lei está direcionada para a classe docente, atribui a este segmento a responsabilidade em participação na elaboração do Plano Político Pedagógico, tendo como principal objetivo, normatizar a ação do docente dentro da sala de aula. Este deve trabalhar para estabelecer estratégias de participação para alunos com baixo rendimento, e este trabalho visa além de cumprir os dias letivos previstos em calendário, promover da melhor forma o envolvimento do seu aluno dentro do ambiente escolar.

A elaboração do PPP das escolas está para além de ser um simples documento com normas. Deve conter os anseios que os atores da escola têm em relação a esse espaço, tanto físico como pedagógico, deve ser um meio de dizer como desejamos que seja e aconteça as coisas dentro desse espaço democrático que é a escola. E para que isso aconteça todos os grupos que compõem a escola devem estar cientes de que os anseios e objetivos alcançar.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) define a ambição da escola. É, ao mesmo tempo, processo e produto, porque, com base no ponto de partida, sinaliza o caminho a ser percorrido e aonde se chegará. (Projeto político-pedagógico Fundação Santillana, 2016.).

Esse documento se torna o norteador de ações que a escola irá desenvolver para chegar a um objetivo comum. As falas de todos os atores que estão no ambiente escolar devem estar inseridas no documento. Ele deve de ser democrático e flexível ao modo de vida da comunidade que irá atender. Deve ser caracterizado principalmente pelo fato de buscar a melhoria e o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, atender aos objetivos e técnicas de ensino dos docentes e alcançar a

participação da comunidade externa nas atividades e decisões que envolvam a escola, os alunos e tudo que está diretamente relacionado ao ambiente escolar.

O que não se pode deixar de discutir dentro desse contexto de criação do PPP, são os resultados que queremos obter, cada escola conhece sua realidade, desta feita o PPP deve ser pensado em atender de forma a melhorar o cotidiano da escola, os relacionamentos dentro desse espaço bem como a forma de ensino.

A escola, ao elaborar o PPP, afirma sua identidade e revela sua organização, suas metas e seus planos a toda a comunidade, o que possibilita avanços e construção de métodos para se relacionar e articular com o entorno.

Em face, este documento deve afirmar quem somos enquanto segmento educacional e o que queremos dentro de um plano real para cada escola, quando o autor coloca que o PPP deve ter a marca identitária da escola, ele simplesmente relaciona o querer de cada um e o que sabemos que é possível fazer a partir da realidade que temos, o que se sonha e quais são as principais metas.

Afirma que o PPP culmina na democratização do ensino onde todos os atores do ambiente escolar pode dizer a partir de sua concepção como podemos melhorar o ensino. Fazendo com que toda equipe escolar seja de alguma forma responsável pelas atividades realizadas dentro do ambiente de ensino, e se sinta parte dessa equipe não só como funcionário, mas também responsável por todo acontecimento dentro do ambiente.

A Lei 4.751/ 2012 em seu Artigo 4º apresenta que cada unidade escolar deve formular e implementar seu Projeto Político Pedagógico, em consonância com as políticas educacionais vigentes e as normas e diretrizes da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. Parágrafo único. Cabe à unidade escolar, considerada a sua identidade e de sua comunidade escolar, articular o projeto político-pedagógico com os planos nacional e distrital de educação.

Em suma a lei designa a responsabilidade de elaboração e posteriormente de execução as comunidades escolares, reconhecendo que cada setor conhece sua realidade, um plano geral seria inviável, pois fugiria do pensamento de democratização que a lei coloca em seu texto. Assim o plano de ação pedagógica fica sob a responsabilidade de cada unidade de ensino, a efetivação desse plano tem que ser pensada sempre na melhoria do ensino em cada unidade escolar, a participação da comunidade externa é imprescindível e os resultados devem estar voltados para o ensino e aprendizagem dos alunos.

Dessa feita pensar um plano com esse nível de importância de muita responsabilidade e requer o envolvimento de todos, os resultados ainda a longo prazo devem ser apresentados a comunidades externa e os atores de dentro do espaço escolar devem estar sempre em constante mudança, considerando que a flexibilidade de cada plano deve estar de acordo com a realidade de cada comunidade.

1.2 PLANOS DE CURSO

O plano de curso está fundado na elaboração e organização das regras para se trabalhar os conteúdos dentro da sala de aula. Ele propõe especificamente que professores apresentem o que será visto pelo aluno correspondente a série no qual ele está cursando. Organiza as regras com esses conteúdos devem ser trabalhados e dar subsídios aos professores para explorar junto com seus alunos os mais variados meios de aprendizagem.

Em suma este documento tem como principal objetivo organizar as metodologias e aspirações do docente, uma vez que é nesse momento que o mesmo pode planejar e idealizar suas ações a partir do que os documentos principais já designam que executem. Para o docente o plano de curso se faz necessário pois dá o suporte organizacional que ele precisa para que tenha práticas de ensino exitosas.

Se refere em especial a uma programação das atividades pedagógicas a serem desenvolvidas durante a aplicação da disciplina, se apresenta principalmente como suporte e roteiro essencial ao docente. Nele deve estar descrita as metas que se deseja alcançar ao final de cada disciplina, dessa forma entende-se que é um documento importante para o desenvolvimento da educação.

Estabelece a previsão dos conteúdos ainda que eventualmente não seja possível que todos sejam colocados em práticas, mas prevê as atividades e é passivo a flexibilização.

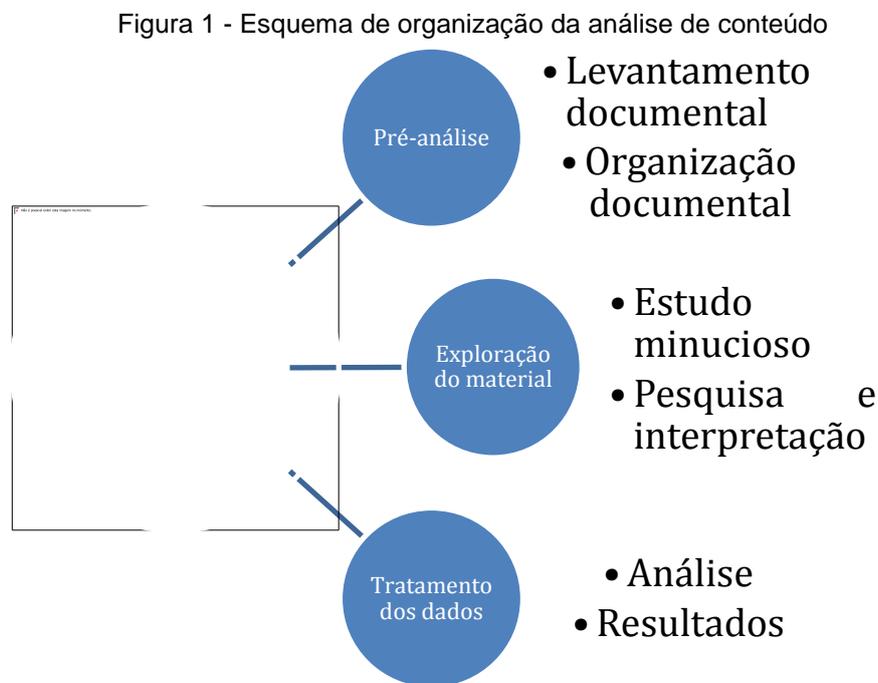
1.3 ANÁLISE DE CONTEÚDO

Será realizada uma análise de conteúdo que segundo Bardin (1977); Triviños (1987); e Gil (2008) uma vez que os autores citados discutem e explicam com precisão o método na qual a pesquisa foi realizada, dando suporte para o pesquisador que

decide trilhar esse caminho, ressaltando que é importante entender que há alguns conceitos a serem compreendidos para que haja direcionamento correto quando pensamos em analisar documentos.

Nesse contexto o método de análise de conteúdo se preocupa em compreender e interpretar os dados elencados em documentos que serão a fontes de pesquisa a ser utilizado, o sujeito e a história, objetiva principalmente vislumbrar as informação que o documento apresenta para que se tenha uma análise precisa e dentro daquilo que se propõe, chegando assim até as respostas dos questionamentos que deram vida a pesquisa.

Esquema de organização da análise de conteúdo, por Bardin (1977):



Fonte: Bardin (1977)

Para Bardin, faz necessário que haja organização na hora de executar o trabalho que está alicerçado no método de análise de conteúdo, pois só assim o pesquisador terá ampla e real dimensão do material que tem com o que se propôs responder dentro de sua pesquisa. Por esse motivo é essencial que o pesquisador coloque em ordem, o material que deseja tratar, busque o máximo de matérias possível que lhe de subsídios para elencar uma boa e interessante pesquisa, após faça um estudo atenciosos de cada documento, comparando, datas falas, objetivos e execução de cada dado fornecido pelo documento, para que consiga uma análise

precisa posteriormente. Após esse processo organizacional, vem então a etapa de tratamento dos dados obtidos, é onde o pesquisador deve a partir do que estudou analisar se responde as inquietações iniciais da pesquisa.

Para Triviños (1987, p. 160) a análise de Conteúdo tem uma história comprida. Pode-se dizer que ela nasceu quando os primeiros homens realizaram as primeiras tentativas para interpretar os livros sagrados. Um método de investigação eficaz no que diz respeito a interpretação desses escritos, para o autor esse método foi ganhando força com o decorrer dos anos, porém somente na década de vinte após a primeira guerra mundial teve o início de sua consolidação enquanto método. A partir das análises e pesquisas de Laevell, onde ele expunha as informações contidas nas propagandas desse evento bélico tais interpretações mostraram o quanto de informações pode-se obter em um texto e todos os elementos que integram esse texto.

É importante entender que a análise de conteúdo enquanto método proporciona ao pesquisador uma ampla variedade de possibilidades no que diz respeito a tratamento de dados. Pela veracidade e precisão de informações que os documentos têm, considerando que o pesquisador deve ser atencioso o bastante para que haja fidelidade em cada análise que ele fara dos documentos que se propõe analisar.

Triviños (1987, p. 160) ressalta ainda que

Outra ideia essencial da delimitação do conceito que analisamos é a da "inferência" que pode partir das informações que fornece o conteúdo da mensagem, que é o que normalmente ocorre, ou de premissas que se levantam como resultado do estudo dos dados que apresenta a comunicação. De todas as maneiras, em ambas as situações a informação surge da apreciação objetiva da mensagem.

Quando o autor cita a "inferência", ou seja, o ato ou efeito de induzir a informação contida no texto indica que a comunicação esta retida no conteúdo do texto e essa passa a ter ligação direta com as informações observadas. Assim a escrita do texto revela os conceitos, valores e sentidos a depender do contexto em que foi construído. Triviños (1987), afirma que este método está delimitado como um conjunto de técnicas e ressalta a importância do pesquisador em dominar os conceitos básicos da teoria, para que haja precisão na análise, diante disso o pesquisador deve estar atento para todos os materiais que podem envolver e trazer conteúdo a serem estudado, o que representa a pesquisa em si. O método requer estudo atencioso e aprofundado uma vez que diz respeito à interpretação daquilo que foi documentado.

A riqueza que esse método nos adiciona é de fato valiosa, se apresenta sutilmente como uma forma de se trabalhar dados e vai aos poucos mostrando as possibilidades dentro da pesquisa. Uma forma encantadora de se trabalhar o respeito ao outro, de consolidar o discurso de que dados bem observados e interpretados são rica fonte de resultados, dentro da educação indígena está explicitado em muitas falas o fato de serem mal interpretados, desse modo o método oferece uma gama de oportunidades para se trabalhar a interpretação de dados obtidos através da análise dos documentos. Para que haja êxito nos que diz respeito aos resultados, o pesquisador deve internalizar os conceitos que definem esse método para que não haja confusão na hora de tratar os dados obtidos.

Gil (2008, p. 153) afirma que:

O tratamento dos dados, a inferência e a interpretação, por fim, objetivam tornar os dados válidos e significativos. Para tanto são utilizados procedimentos estatísticos que possibilitam estabelecer quadros, diagramas e figuras que sintetizam e põem em relevo as informações obtidas. À medida que as informações obtidas são confrontadas com informações já existentes, pode-se chegar a amplas generalizações, o que torna a análise de conteúdo um dos mais importantes instrumentos para a análise das comunicações de massa.

O autor relata a importância de validar os dados obtidos e isso só é possível com um tratamento minucioso e cuidadosos, os procedimentos para se alcançar esse objetivo possibilitam que os resultados sejam satisfatórios. Ressalta que esse método tem em si uma dimensão ampla e condiciona a comunicação em massa isso significa a amplitude que o método proporciona, o autor ainda classifica o método como um importante instrumento uma vez que dá ao pesquisador a possibilidade de entender seu público e ainda o permite observar o que há por trás de cada escrito, os sentidos e as reais intenções do sujeito.

Gil (2008). Ressalta ainda que o método não está preso a escrita, mas toda composição do texto, os símbolos e figuras que podem conter dentro desse texto também pode ter uma interpretação individual e tem uma representatividade, por esse motivo é necessário observar o texto como um todo, para Gil (2008) o método oferece suporte para que o pesquisador vá além de simplesmente interpretar os dados, o impulsiona a entender a o processo histórico no qual o sujeito está inserido, como forma de compreender a real mensagem. Ele ainda exemplifica as fontes possíveis para obtenção de dados e posterior tratamento, como documentos que são capazes

de oferecer informações mais objetivas da realidade do sujeito, sendo que os mesmos podem estar no passado ou na perspectiva do futuro, observa ainda que o método oferece suporte para se fazer uma análise comparativa entre épocas, uma vez que a sociedade está em constante mudanças e assim podemos acompanhar e analisar cada contexto existente sem interferir diretamente.

Por fim o autor caracteriza o método como eficaz por permitir ao pesquisador uma experiência de contato e interpretação de histórias de pessoas, isso faz com ele esteja imerso e cresça não só enquanto pesquisador, mas enquanto ser humano, pois o contato com a história do outro agrega ao pesquisador conhecimento e sensibilidade. Para o pesquisador a tarefa de interpretar dados está para além de ler e dizer o contém, permite contato, vivencia e uma experiência imensurável que é o ato de entender para além da escrita é como dar vida ao texto e representar a história do indivíduo através do que ele escreveu, esses subsídios permitem que o contato seja real ainda que não estejam próximos.

Bardin (1977) divide o método “análise de conteúdos” em duas principais etapas, que são a organização dos documentos a serem analisados, em segundo lugar a codificação, que está dividida em três etapas a unidade de registro “aquilo que se decide analisar” dentro do documento após observar o contexto em que os documentos foram produzidos. Posterior a isso a autora indica a importância da categorização dos dados e salienta ainda ser uma das partes de grande relevância uma vez que possibilita respostas para o problema elencado.

A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes as quais reúnem um grupo de elemento (unidade de registro, no caso da análise de conteúdo), sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos. (Bardin 1977, p, 177)

A ordenação e classificação dos elementos dentro dos dados elencados são em suma relevantes, pois indica ordem de processamento e permite ao pesquisador ter um norte para onde quer chegar, isso está diretamente ligado ao fato de interpretar dados, essa parte da análise já tem os elementos previamente definidos e dá suporte na obtenção de respostas e anseios do pesquisador, garantindo que a pesquisa tenha confiabilidade e ao final obtenha resultados exitosos. O cuidado que se deve ter ao

utilizar o método está em observar o tempo e o contexto em que foram produzidos, para que não haja equívoco de interpretação e posterior a isso se obtenha uma resposta que não convém com o contexto no qual o texto está inserido ou diga algo que o autor não quis expressar. Lembrando que apesar de ser um método deveras antigo está em constante renovação pois acompanha a história da sociedade como um todo, diariamente fazemos análise do que é dito, escrito, publicado e nos permite adentrar a realidade de outrem, conhecer e sentir mesmo não estando presente.

Declara-se que seja um método eficaz de pesquisa pois possibilita a contextualização da história do que está escrito e oferece suporte ao pesquisador para que entenda como agir diante do que se ler, e esse comportamento deve ser desenvolvido em cada pesquisador, Bardin (1977) ainda ressalta que o método de conteúdo aparece para superar a incerteza de análises feitas sem fundamentação e apoiado no empirismo, pois dá suporte para que o pesquisador se embase quando fizer análise de um documento, observa a importância de se entender o método e de como esse método deve ser aplicado, sempre visualizando os sentidos por traz de cada escrita.

Assim, podemos concluir que uma pesquisa alicerçada nesse método possui grandes chances se bem executada de alcançar resultados exitosos, entendendo que o aporte oferecido pelo método está para além de interpretação da estrutura escrita, e sim oferece subsídios capazes de fomentar uma discussão aprofundada do assunto apresentado, que quase sempre retrata a vida, a vivência e as experiências de pessoas, ou acontecimentos em épocas distintas, documentos planejamentos de atividades e várias outras opções. Compreendemos com tudo que uma pesquisa fundamentada pelo método de análise de conteúdo oferece ao autor inúmeras possibilidades de conhecimento, interação e imersão no trabalho, viabilizando experiências de contatos que acrescentam em tudo para o pesquisador.

CAPÍTULO II - DEFININDO A PESQUISA: LOCUS E ASPECTOS TEÓRICOS

Este capítulo apresenta em suma os traços geográficos e históricos do Município São João da Baliza- RR, sendo está a localização da escola no qual a pesquisa se propõe investigar.

Entendendo que conhecer o objeto pesquisado e sua história é de fundamental importância para o pesquisador, uma vez que ocorre a aproximação, o que proporciona para ambas as partes expectativas relacionadas a conhecimento, e ainda que com o passar do tempo, dentro desse processo ambas as partes possam tomar distintos caminhos, continuará sendo uma parte essencial para o bom desenvolvimento da pesquisa, conhecer seu objeto, sua história e os caminhos no qual irá traçar.

Desta feita o capítulo traz em seu escopo, a história do município de São João da Baliza-RR, seus limites geográficos, o perfil econômico, formas de vida e subsistência dos munícipes bem como a trajetória traçada pelo Município no que diz respeito ao tempo.

2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS E DIVISÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BALIZA

Localizado ao Sul do Estado de Roraima, o Município de São João da Baliza possui uma área territorial de aproximadamente 4284,505 km², com população estimada em 8.201 pessoas (censo IBGE, 2019)¹. Limita-se ao norte pelo município de Caracaraí, sul Estado do Amazonas, leste município de Caroebe e oeste municípios de Rorainópolis e São Luiz.

O clima predominante em São João da Baliza – RR, é basicamente equatorial e tropical-úmido, a temperatura média que ocorre durante o ano varia de 20°C em pontos de relevos com maiores altitudes, e 38°C em áreas de relevo suave ou plano, uma característica da Floresta Amazônica.

¹ Disponível em <https://www.cidadesdomeubrasil.com.br/rr/> acesso em 20.01.2020
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/sao-joao-da-baliza/panorama> acesso em 20.01.2020.

Fonte (IBGE, 2020)

A figura 01
Município de São
de Roraima. A seguir
Bandeira do
Baliza:

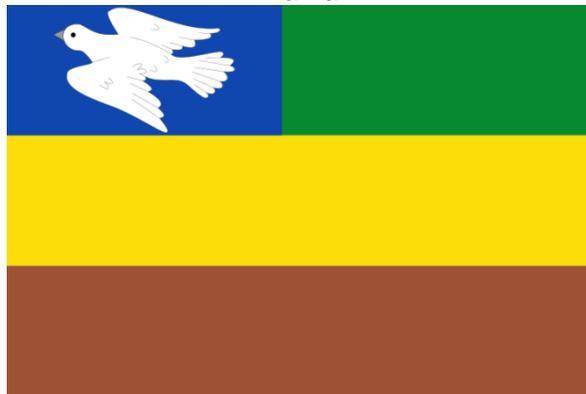
Figura 1 - Mapa de São João da Baliza



ilustra a localização do
João da Baliza no mapa
consta a Figura 02, com a
município de São João da

Figura 3 - Bandeira do

Baliza



Município de São João da

Fonte: Baliza, 2020

O Município de São João da Baliza- RR, teve sua criação estabelecida pela Lei Federal nº 7.009, de julho de 1982, com terras desmembradas de Caracaraí, foi elevado à categoria de município com a denominação de São João da Baliza-RR em divisão territorial datada de 1988, o município é constituído do distrito sede.

O nome do Município relaciona-se à abertura da BR-210 que foi o ponto de partida para seu desenvolvimento, no começo da década de 1980. Atraídos pela oferta de terras com boa fertilidade e pelos projetos de ocupação, vieram forasteiros do Sul e do Nordeste do País. Já em 1982, a cidade se emancipou, mas uma parte dela ficou para o município de Caracaraí- RR. A origem de seu nome, contam os historiadores que uma mistura de homenagem ao padroeiro da cidade, São João e uma história que ocorreu com um dos trabalhadores que estava presente na abertura da estrada, conta-se que quando a estrada estava sendo construída, um dos trabalhadores deixou uma baliza cair em um igarapé. E assim, quase que ao acaso, o santo ganhou um sobrenome e a cidade foi finalmente batizada como São João da Baliza.

O município é composto por áreas de terras Indígenas possui uma área total de 1.797, 5, m², com uma comunidade específica ocupante dessa área, os Waiwai. Os Waiwai estão localizados nas proximidades da área urbana, colaboram culturalmente e economicamente com o crescimento do município, frequentam as escolas do Município assim como utilizam dos serviços públicos, como bancos, feiras, comércio em geral, serviço de saúde entre outros serviços disponíveis na cidade de São João da Baliza- RR.

O Município tem sua economia fundada na agricultura, pecuária e no comércio, possui linhas de produção e cultivo de banana, milho e arroz. A participação das comunidades indígenas na economia do Município está diretamente ligada ao cultivo de mandioca, produção e comercialização de farinha e produtos derivados dessa raiz, os indígenas ainda trabalham com a colheita de castanha e venda desse produto dentro da cidade, dessa forma a economia se mantém e oferece subsídios para subsistências de seus moradores. Ainda tem uma forte base no serviço público municipal e estadual.

A parte educacional do Município possui atualmente duas escolas Estaduais, a Escola Estadual Henrique Dias e a Escola Estadual Francisco Ricardo de Macedo estão localizadas na sede do Município. A Escola Estadual Henrique Dias atende atualmente Ensino Fundamental de 9 anos - 8º Ano, Ensino Fundamental de 9 anos - 9º Ano, Ensino Médio, EJA - Ensino Fundamental - Anos Finais e EJA - Ensino Médio. Conta com uma extensão localizada na vicinal Km 29, próximo à sede do Município com ensino 9 anos - 8º Ano, Ensino Fundamental de 9 anos - 9º Ano, Ensino Médio, que atende alunos, filhos de agricultores, ribeirinhos e indígenas que residem nas proximidades das escolas.

Em sua infraestrutura a escola Henrique Dias conta com 21 salas de aula, sala de diretoria, sala dos professores, sala de recursos multifuncionais para atendimento educacional especializado (AEE), cozinha, biblioteca, sala de leitura, sala de secretaria, banheiros e dispensa.

A extensão da escola Estadual Henrique Dias está dentro da escola Municipal Cristóvão Colombo e atende respectivamente, do 6º ao 9º Ano do Ensino Fundamental de 9 anos Multisseriadas que são, do 1º ao 5º ano do fundamental. Ela recebe alunos advindos da vizinhança e de toda vicinal, incluindo das comunidades indígenas que residem nas proximidades da escola.

A escola Estadual Francisco Ricardo de Macedo tem Atendimento Educacional Especializado (AEE), Ensino Fundamental de 9 anos do 6º Ano ao 9º Ano. Para esse atendimento conta com uma estrutura de 13 salas de aula, sala de diretoria, sala dos professores, laboratório de informática, sala de recursos multifuncionais para atendimento educacional especializado (AEE), quadra de esportes, cozinha, biblioteca, sala de leitura, banheiro adequado para alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, refeitório, dispensa, almoxarifado e sala de secretaria.

O Município atende sua população com um quantitativo de quatro creches e uma escola de ensino fundamental. As creches atendem o maternal e o pré-escolar e a escola atende do 1º ao 5º ano do ensino fundamental. Oferecendo ensino baseado no que a Lei em seus artigos garante.

As creches são Aline Ismeni e Tizolin Nogueira, localizada na Avenida São Cristóvão, em frente ao Sesc, a mesma conta com uma estrutura de duas salas de aula, cozinha, parque infantil, banheiro adequado a educação infantil, sala de secretaria, refeitório, despensa, almoxarifado e pátio descoberto.

Creche Municipal Dona Maria Patrícia da Silva, localizada na rua Tancredo Neves, bairro Nova Esperança, conta com uma estrutura de duas salas de aula, cozinha, parque infantil, banheiro adequado a educação infantil, sala de secretaria, refeitório, despensa, almoxarifado, pátio descoberto e pátio coberto.

Creche Municipal Jean Carlos Cavalcanti, localizada na rua São João, bairro Nova Esperança, sua parte estrutural está organizada, com quatro salas de aula, cozinha, parque infantil, banheiro adequado a educação infantil, sala de secretaria, refeitório, despensa, almoxarifado, pátio descoberto e pátio coberto.

Creche Municipal Casinha Feliz, localizada na rua da Amizade, Bairro Manuel Bezerra, em sua estrutura tem, uma sala de aula, cozinha, parque infantil, banheiro adequado a educação infantil, sala de secretaria, refeitório, despensa, almoxarifado e pátio coberto.

Escola Municipal Darcy Pedroso da Silva, localizada na rua São Domingos, Bairro Centro. Em sua parte estrutural a escola está organizada, com 15 salas de aula, sala de diretoria, sala dos professores, laboratório de informática, sala de recursos multifuncionais para atendimento educacional especializado (AEE), quadra de esportes, cozinha, biblioteca, sala de leitura, banheiro adequado para alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, refeitório, dispensa, almoxarifado e sala de secretaria, pátio coberto e pátio descoberto. Em sua estrutura de ensino, possui

Atendimento Educacional Especializado (AEE), Ensino Fundamental de 9 anos completo, do 1º Ano 5º Ano.

A sede da secretaria de educação está localizada na área urbana do Município e conta com uma equipe mista de trabalho composta pela Secretária de Educação, Senhora Noberta Pavão Maia, orientador pedagógico, coordenador pedagógico, supervisor, secretários, entre outros funcionários que são responsáveis por organizar a parte educacional do Município. Conta ainda com um Conselho Municipal de Educação que é responsável por mediar e articular as relações entre a sociedade e os gestores em prol de uma boa educação municipal, sempre pensando no desenvolvimento do município, estão principalmente responsáveis por mediar o diálogo entre a população e o poder executivo, por isso em seu corpo deve ter um membro representante de cada seguimento, para que dessa forma haja entrosamento do poder público com a sociedade, quem são em sumo os principais interessados nesse relacionamento.

O município conta ainda com três Universidades públicas. Universidade Estadual de Roraima (UERR) que encontra atualmente desativada para cursos e atividades em geral, Universidade Federal De Roraima (UFRR) que possui prédio ainda em construção e sem previsão de inauguração e a Universidade Virtual de Roraima (UNIVIRR), que está em atividade normal com oferta de cursos a na modalidade EAD, no momento utiliza o prédio da UERR para funcionamento de cursos.

CAPÍTULO III – CONTEXTO HISTÓRICO E TRAJETÓRIA DA ETNIA WAIWAI NO BRASIL E EM RORAIMA

Este capítulo se propõe apresentar a etnia Waiwai: quem são esses indígenas, como vivem, e um pouco de seu trajeto histórico, o contato com outros povos no Brasil e a vida em Roraima, onde alguns grupos estão atualmente. Também buscamos apresentar a história da comunidade Xaari, localizada no município de São João da Baliza, sul do Estado de Roraima e é de onde vem os estudantes que frequentam a Escola Municipal Cristóvão Colombo.

O capítulo se ocupa em falar sobre um povo marcado por lutas, reconstrução de sua história e reafirmação de sua identidade, sujeitos capazes de recomeçar histórias em lugares diferentes pelo simples fato de tentar perpetuarem sua existência, como forma de sobrevivência e adequação de cada novo mundo que se propuseram ou foram obrigados a viver.

3.1 WAIWAI: A HISTÓRIA

O Brasil é um campo de diversidade cultural e, em meio a tanta diversidade, a população indígena está em destaque por muitos aspectos: as línguas, costumes, crenças, rituais, valores e tantas outras coisas que podemos citar e aprender com esses povos.

Souza (2014) afirma que a história do contato entre o povo Waiwai e os não índios, os “brancos”, não se deu num primeiro momento pela ação missionária. Antes do contato ser estabelecido por membros da Unevangelized Fields Mission (UFM), houve um longo e complexo histórico que abrange desde o período colonial até 1948, quando a UFM inicia sua atenção aos Waiwai. A falta de registros históricos sobre o primeiro contato com esse povo acaba por não permitir um aprofundamento preciso e subsídios para uma discussão consolidada e clara sobre os Waiwai. Os registros encontrados nos permitem delimitar somente alguns apontamentos sobre essa etnia.

Alguns autores como Queiroz (1999), Zea (2010), Souza (2014), afirmam que viajantes que percorriam as margens dos rios Amazonas fizeram os primeiros relatos sobre o povo chamado Waiwai. Esses relatos indicam onde residiam, o que comiam, como se vestiam, viviam, se relacionavam, como eram suas organizações e representações. Acredita-se que o aparecimento de doenças e algumas mudanças

comportamentais têm a ver com o contato antes da chegada dos missionários da Unevangelized Fields Mission (UFM), o fato é que em todos os momentos antes e depois do contato com a (UFM), os principais prejudicados foram os indígenas, citamos, o aparecimento de doenças, o desaparecimento de algumas tradições, as mudanças de hábito, assim como outras mazelas.

Souza (2014) reporta que após a chegada dos missionários, os Waiwai mudaram quase que radicalmente sua maneira de vida. Por ser um povo de fácil adequação e pouca resistência, logo se viam adaptados aos costumes de outros povos, os brancos na ocasião. Os Waiwai ficaram conhecidos por suas habilidades no plantio de algodão e pelos seus cães de caça bem treinados, além de seus cobiçados raladores de mandioca, como destaca Zea (2010, p. 04).

Os costumes peculiares e cultura absolutamente impar dos Waiwai despertaram o interesse em pesquisadores, viajantes e missionários, que tinham o intuito em entender essa comunidade, pesquisar e estudar a vida dos Waiwai, porem a aproximação trouxe prejuízos irreversíveis a este povo, o contato acaba por alterar o formato de cultura existente, fazendo com que percam em partes a originalidade entre outros aspectos, e adquiram doenças antes não vistas. Destacamos a força que este povo tem, capazes de se adaptar a ambientes diferentes, mesmo com tantas mudanças advindas do contato com os “brancos” percorreram longos caminhos na tentativa de se manterem vivos, não só fisicamente, mas também espiritualmente, culturalmente e socialmente.

3.2 O PRIMEIRO CONTATO

As primeiras e principais informações históricas que se têm do povo Waiwai se deram com registros de alguns pesquisadores, missionários, antropólogos e pessoas que saíam em expedição ao longo das margens do rio Amazonas, mais precisamente pelos rios Tapajós e Nhamundá. Jácome (2017) cita a expedição de Francisco Orellana (1541-1542), que teve como cronista o Frei Carvajal, como os primeiros a registrarem a existência de vida às margens do rio Amazonas. Os registros eram feitos para informar que os residentes das margens do rio eram grandes aldeias que lutavam entre si.

Esses registros nos permitem entender a organização social dessas comunidades. Perceber como se relacionavam, como viviam, quais seus principais meios de subsistência e entender os acontecimentos ocorridos dentro desse grupo.

Na passagem do século XIX para o XX, os Waiwai viviam dispersos na fronteira do Brasil com a Guiana. Jácome (2017) afirma que esses povos residiam nas cabeceiras dos rios Essequibo e Mapuera, as comunidades eram compostas por grupos pequenos entre 20 a 50 pessoas e as aldeias tinham em sua maioria vida curta, no máximo cinco anos, pois se deslocavam muito em busca de novos lugares para viver. Assim as antigas moradas eram abandonadas por seus moradores, por diferentes motivos, muitas vezes combinados entre si: a escassez de recursos naturais, brigas, morte do líder e ascensão de novas lideranças se destacam como os principais motivos para os deslocamentos.

Rodrigues (2012) afirma que os Waiwai são conhecidos como povo sem fronteiras, por sua facilidade de adaptação a outras etnias, bem como por sua mobilidade dentro do complexo, e por tentar aproximação com outros grupos isolados. Essa análise comportamental é encontrada em outros registros relacionados a este povo. As frequentes mudanças observadas fazem com que os registros sejam similares, por mais que as análises sejam feitas com objetivos diferentes.

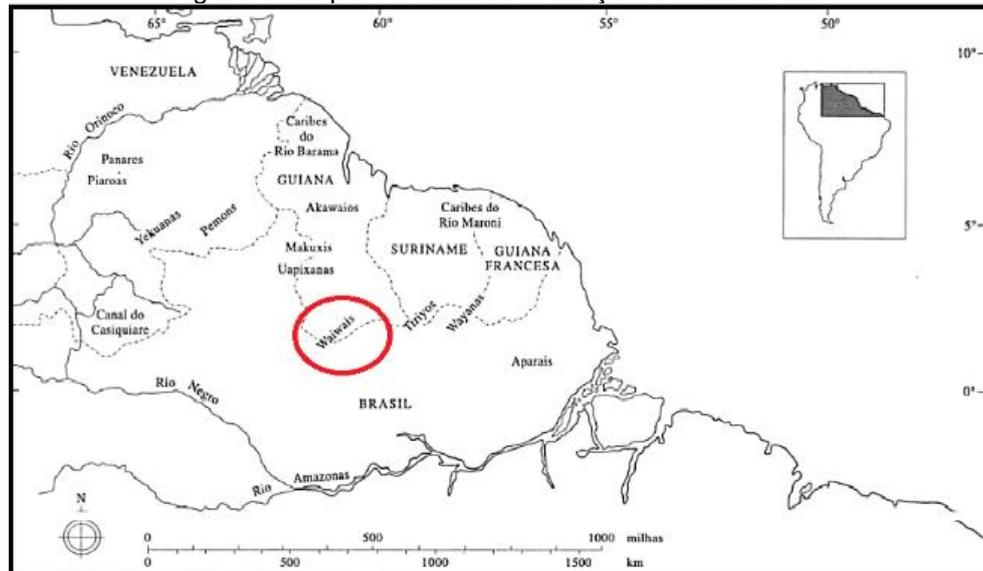
Zea (2010, p. 05) afirma que no início do século XX os Waiwai se dividiam em duas grandes áreas: ao norte na serra de Acaraí e, a leste, o grupo do alto Mapuera. A primeira década é marcada por conflitos intertribais², que deflagraram a separação de dois subgrupos e que ao mesmo tempo provocaram forte diminuição da população.

No censo de 2010 foram contadas 2914 pessoas e esse número cresce cada ano. Aqui no Brasil, os Waiwai vivem em áreas oficialmente reconhecidas, distribuídas em três Terras indígenas (T.I.), a conferir:

- T.I. Nhamundá/Mapuera (Pará), com uma área de 1.049.520 ha e população de 2.218;
- T.I. Trombetas/Mapuera (Amazonas/RR/Pará), com uma área de 3.970.418 ha e população de 500;
- T.I. Waiwai (RR), com uma área de 405.698 ha e população de 196.

² Que se dá ou observa entre tribos; relativo à relação entre tribos ou sociedade de tipo tribal

Figura 5 - Mapa da Guiana: localização da etnia Waiwai



Fonte: Oliveira (2010, p. 35)

Rodrigues (2012) contextualiza que os Waiwai mantinham relações de troca e amizade com alguns povos vizinhos, comercializando bens apreciados na região como papagaios falantes, cães de caça, sofisticados raladores de mandioca, e contas de vidro. Menciona ainda que era comum o casamento com mulheres de outros povos, porém, nem sempre eles eram realizados consensualmente. Os Waiwai promoviam expedições para capturarem mulheres e/ou, muitas vezes, para vingar alguma morte por agressão xamânica.

Essa movimentação promovia uma série de mudanças, o que fazia com que esse grupo fosse encontrando outros grupos e misturando-se. O resultado disso é que os costumes acabavam sendo mesclados e executados em ambos os grupos, como por exemplo, o uso de ferramentas de trabalho. Alguns desses instrumentos foram introduzidos pelos europeus como metal, facão, machados e etc. Para Souza (2014), essa mistura trouxe vários benefícios, mas junto com isso, várias mazelas como doenças e a escravidão.

A escravidão que já era um fato bastante antigo no meio aos povos indígenas, só aumentava e mudava os meios, agora a ferramenta de trabalho é dada como pagamento da mão de obra, que não deixava de ser escrava e exploratória. E isso faz com o aumento de violências sofridas pelos povos indígenas ficasse cada vez mais alarmante. A verdade é que o surgimento do novo mundo a partir do contato é em todos os aspectos prejudicial.

Gallois (1994, p. 121) afirma que o etnocídio³ resulta tanto dos efeitos da introdução de doenças, de tecnologias e de valores, quanto da intenção de dominação, intenção simbolicamente desempenhada, historicamente, no próprio evento da “pacificação”, quando distribuíam roupas, cruzeiros e instrumentos de trabalho. A autora entende que a forma de contato era o modo mais preciso de aproximação, sem que houvesse a revelação da real intenção, que sempre foi dominar. Essa dominação vinha disfarçada de alguma forma, então os instrumentos de trabalho foram recursos eficazes nesse processo. Os ocidentais⁴, tinham em si muito clara sua intenção, tinham um plano a ser executado. A segregação cultural resultante entre os povos indígenas realmente não era o foco principal.

Com o passar do tempo, o contato de não indígenas com os Waiwai foi ficando cada vez mais forte e os indígenas passaram a ser vistos como grupos que precisavam de evangelização, em consequência de terem sua religiosidade vista como errada. Então missionários começam a se organizar e sair ao alcance de tais grupos. A promessa de que a conversão traria nova vida aos indígenas era um desafio para os missionários, uma vez que com pouco ou nenhum registro sobre os grupos que habitavam as margens do rio entre Brasil e Guiana Inglesa, era muito complexa a aproximação.

Souza (2014, p. 38) afirma que as únicas notícias que se tinham dos Waiwai eram de que viviam em uma floresta de difícil acesso e que eram imundos e tinham muitos cachorros. A partir dessa perspectiva, surge a crença que os Waiwai que estavam isolados precisavam de libertação, em especial sob o olhar dos missionários, que sempre viam esses indígenas como se fossem feras desumanas, relata o autor.

A fala do autor retrata a sociedade dos dias atuais, com uma separação de tempo, quando nos referimos ao comportamento do homem. Hoje ainda pensamos assim, que somos superiores somente pelo fato de termos culturas diferentes. Dessa feita, vamos reproduzindo falas e comportamentos grosseiros sem ao menos conhecer o sujeito que estamos criticando, e isto está diretamente ligado, a quem somos o que defendemos e como vivemos. Para os povos indígenas se trata de um comportamento bastante comum, pois vivem o preconceito diariamente, e isso faz com eles queiram mudar para se adequar.

³ Destruição da civilização ou da cultura de uma etnia por outro grupo étnico

⁴ Diz-se da população não indígena

Gallois (1994) ainda afirma que a estratégia de aproximação com os indígenas, através da evangelização, se torna uma violação de direitos, pois eles são levados a internalizar que sua religião é negativa e que fazem deles sujeitos incivilizados e infelizes. O conceito de felicidade, nesse caso, está limitado ao que um sujeito entende e quando não se preocupa com o que o outro pensa ser felicidade. Para a autora, uma vez que eu enquanto sujeito, determino o que o meu próximo deve saber de tal assunto, de alguma forma o limite e o constranjo de expressar seu pensamento ou ter liberdade.

Gallois em seus escritos apresenta um questionamento sobre a felicidade, perguntando nas entrelinhas se eles entendem que não são felizes e coloca ênfase nos rituais realizados por eles como forma de culpá-los por não seguir uma religião que os façam felizes.

Figura 6 - São os selvagens realmente felizes?



Fonte: Gallois (1994, p. 135)

A inquietação se dá pelo olhar que não vê o outro feliz porque o outro não pensa igual você. A autora aponta que a felicidade depende tão somente da realização da própria pessoa e isto não está atribuído a uma terceira pessoa ou pensamento de outrem.

Os missionários voltam-se para o plano de aproximação, que em primeira ordem era levar a evangelização, em detrimento das formas religiosas presentes dentro das comunidades Waiwai, conhecidas então como xamanismo. Souza (2014,

p.12) ressalta que o planejamento para a empreitada evangelizadora aos Waiwai teve seu início em 1948, através dos irmãos estadunidenses Roder, Neill e Robert Hawkins que percorreram longos percursos de avião, em torno de 580 quilômetros, e de canoa em viagens que duravam até três semanas de Georgetown até as aldeias Waiwai do Essequibo.

O contato com os evangelizadores se dá principalmente pela crença de que a prática xamânica era regida por “demônios”. Então no intuito de impedir esses rituais alcançaram os Waiwai pelo rio Essequibo. Robert e Neil Hawkins viajaram até a nascente do Essequibo a fim de se estabelecerem e, conseqüentemente, dar início ao novo posto missionário Kanaxen, nome que significa “Deus te ama”. Como registra Souza (2014, p.12), “O local escolhido para a construção deste posto ficava a uma hora rio abaixo de onde os irmãos Hawkins se encontravam, aproximadamente 245 quilômetros ao sul de Bonfim e Lethem”. Esse posto realizou suas atividades de 1949 a 1984, considerando que tais atividades envolviam evangelização e catequese e se tornaram tão consolidadas que anos mais tarde fez com que se tornasse a religião oficial dos Waiwai.

A religião predominante entre os Waiwai, antes do contato com os missionários era o xamanismo. Eles tinham como líder religioso o xamã, que exercia um papel fundamental e de destaque dentro da comunidade e era ao mesmo tempo líder político, como destaca Souza (2014). Esse líder era responsável por conduzir a comunidade, como e onde deveriam plantar, em que tempo, fazia a divisão das atividades dentro do grupo e ainda era responsável por trazer a cura de várias doenças através de rezas e rituais orientados e feitos por ele. Era considerado o grande protetor da aldeia, por isso era uma figura muito respeitada. Souza (2014, p. 30) afirma que:

O xamã exercia, segundo a teoria weberiana, uma dominação tanto tradicional quanto carismática. A primeira é aquela que se legitima em função da crença que os Waiwai tinham na santidade das ordenações e dos poderes exercidos como senhorio que estavam personificados em Ewká desde a cosmogonia Waiwai, isto é, nos poderes concedidos ao xamã sobrenaturalmente por Kworokyam, transformando-o numa pessoa mais importante que as outras. A segunda tem a ver com a devoção afetiva que os Waiwai tinham pelo Xamã.

Um líder espiritual de grande respeito dentro da comunidade, que poderia receber entidades superiores, visitar outros mundos para que pudesse com sabedoria

conduzir seu povo. Acreditava-se que era escolhido não pelos humanos, mas sim pelos espíritos superiores e essa escolha era regida por um ritual de legitimação, em que o xamã era escolhido e lhes eram atribuídos poderes para ser líder a partir de então. Acreditavam ainda que essa escolha era regida através de sonhos ou visões, que os escolhidos deveriam seguir as regras do ritual, que o indicaria para ser consagrado xamã. Os contatos para a consagração se davam através de animais aos quais diziam ver e ouvir e que lhes diziam o que fazer, como indica Souza (2014), ressalta ainda que outras pessoas podiam realizar rituais xamânicos dentro da comunidade, porém somente o xamã tinha contato direto com seres sobrenaturais e que tinham o poder da cura, o que os tornavam figura central de poder entre os Waiwai.

Souza (2014) afirma que essa figura emblemática chegava a ser considerada quase como um ser sobrenatural, possuindo o poder de controle em suas mãos, inclusive de realizar atos de vingança. Era ele que ordenava a caça e também interferia nela se quisesse. Mais que um líder era visto quase como um deus pelos Waiwai. Essa percepção sobre os xamãs estava para além das barreiras das aldeias Waiwai. O simbolismo xamânico tinha uma dimensão muito maior, fazendo com que seus vizinhos tivessem medo dele também. De fato, o xamã exercia um cargo de respeito entre os indígenas. Dentre os líderes que conduziram o povo não só no dia a dia, mas também como guia e protetor espiritual um nome ganha destaque entre os Waiwai, Ewka. No trajeto de sua consagração enquanto líder espiritual, Ewka foi vocacionado e escolhido ainda jovem, através de sonhos, e se tornou uma figura importante e proeminente dentro do grupo. Mesmo que posteriormente virasse um líder religioso do protestantismo, Ewka durante muito tempo realizou a prática xamânica entre os Waiwai.

Zea (2010) afirma que Ewka se iniciou nos conhecimentos xamânicos através do pacto de não comer a carne de porco do mato. Pacto este estabelecido em um sonho e cujo cumprimento teria como troca a ajuda dos espíritos que o tinham escolhido nos processos de cura e de caça. Essa troca mútua reflete parte da crença Waiwai num duplo processo, no qual os humanos podiam ser animalizados e os animais humanizados. Para este povo a diferença entre os homens e os animais assenta-se apenas na roupagem, entretanto eram um só ser, por isso enquanto espíritos um ajudava o outro nas mais diversas formas. Os Waiwai buscavam através

do poder dos espíritos ser de alguma forma superior a tudo que lhe impunha medo, em particular o que sentiam com relação às comunidades vizinhas.

Souza (2014) afirma que eles obtinham respeito de seus vizinhos por meio de seu acesso ao mundo espiritual e sua crença tão forte nos espíritos, nos quais acreditavam que os protegiam e auxiliavam nos rituais de cura dentro da aldeia. Dessa forma a religião dos Waiwai os colocava como superiores aos demais e isso estava ligado à construção de sua identidade, interferia diretamente em seus costumes, em seu modo de vida em geral e na perpetuação de sua cultura. A construção histórica dessa figura, do xamã, dentro do grupo estava ligada diretamente com o processo de afirmação identitária. Havia uma hierarquia a ser respeitada, na qual o xamã era o líder direcionado pelos espíritos, uma vez que a sua escolha estava acima de qualquer decisão humana.

Câncio (2017) observa que o processo de conversão religiosa engendrada pelos missionários norte-americanos entre os Waiwai foi a tática utilizada para a subversão da cosmogonia⁵ e da tradição cultural Waiwai, negando os conhecimentos indígenas e legitimando os conhecimentos ocidentais entre eles, demonizando, assim, o quadro simbólico e os sistemas locais de saber. Para o autor, nesse processo estava explícita a violência sofrida por esses grupos que, até então, não tinham se estabelecido enquanto povos originais, como se estivessem inseguros de sua própria existência e fossem facilmente envolvidos por outras teorias, mesmo que essas fossem desconhecidas. Cabe observar que o Estado, a igreja e a escola foram as três instituições mais importantes nesse processo de colonialidade cosmogônica, que teve aspectos similares aos que ocorreram na América espanhola como a negação do cosmo dos povos indígenas para a instauração da “razão” e do cristianismo, tal qual a inferiorização da ancestralidade da cultura indígena (CÂNCIO 2017, p. 113).

Assim, a influência do não índio sobre os indígenas teve um percurso de grandes prejuízos, e danos causados aos povos. Câncio (2017) faz uma observação bastante lúcida sobre as estratégias usadas para a negação dos cosmo dos povos indígenas, afirmando que quem planejou essa aproximação, estava preocupado em afirmar sua cultura e religião enquanto melhores em detrimento das demais, sem minimamente perceber o outro enquanto diferente e tentar respeitá-lo. Todos os grupos

⁵ Corpo de doutrinas, (religiosos, místicos ou científicos) que se ocupa em explicar a origem, o princípio do universo; cosmogêneses.

existentes na sociedade têm suas peculiaridades e isso envolve maneira de viver, de se relacionar, de como se alimentam, se vestem, falam, como se portam, no que acreditam e é justamente isso que vai dando sentido à existência humana.

Matos afirma que a cultura é, pois, condição para a existência humana (2013, p.01). Temos uma cultura dominante, aquela que o homem adquire quando nasce com os indivíduos que o rodeia. A tentativa do homem de desfazer a cultura do outro é de fato uma das piores violências efetivadas no mundo.

Compondo essa complexidade que é o ser humano, destacamos que a diversidade é a essência dele e a perda dessa característica pode nos ocasionar serias consequências. Radek (2011) observa que é necessário ampliar o conceito do termo cultura para que seja reconhecido como fator importante no processo da compreensão da diversidade. A interação entre diversas culturas possibilita um respeito pela diversidade existente entre um grupo de pessoas e outro.

É necessário o entendimento da cultura do outro como forma de respeito, os não índios, no caso da aproximação com os Waiwai, simplesmente burlaram esse fator. O intrigante nessa história é questionar sobre como era entendido o termo diversidade cultural pelos missionários? E qual o real motivo da aproximação? Os registros históricos desse povo permitem perceber que era de fácil interação e talvez por isso bastante vulnerável, ainda mais quando se leva em consideração seu constante deslocamento, readaptação e movimentação às margens das fronteiras. Com a chegada dos missionários, as comunidades foram indiretamente forçadas a abandonar seus costumes, seus valores, seus conhecimentos e suas práticas, sua convivência com a natureza e aprender novas formas de vida, novos credos, novas culturas, novos costumes. Este processo foi dando origem às comunidades existentes hoje. Cândia (2017) define esse conjunto de ações como forma de subalternização⁶, estabelecida por meio de uma relação de poder sustentada por diversas formas de violência, como fica explícito nos registros referentes à história Waiwai.

Muitas coisas mudaram inclusive os próprios indígenas, foram adaptando-se à nova forma de vida e sendo modificados pelo novo modelo apresentado a eles, o que fez deles os povos que são hoje. O intrigante em todo esse processo é que em nenhum dos registros feitos por missionários, viajantes, há relatos de falas dos próprios indígenas, de como se viram nessa nova forma de viver, se foram

⁶ Que vivem em situação de miserabilidade, se tornam subordinados, obedientes

questionados ou forçados a tais mudanças. O fato é que falamos muito de contato, inserção de objetos, nova forma de vida, mudanças, costumes, histórias e não nos damos conta de que os protagonistas desse processo são os que menos falam, sinto como se obrigássemos a algo que não perguntamos se estavam confortáveis fazendo. Então devo indagar quem são as verdadeiras feras desumanas, citada por, Souza (2014, p. 38).

3.3 A CONVERSÃO DE EWKA: O QUE MUDOU

A conversão desse grandioso e respeitado xamã foi um grande desafio para os missionários, pois ele exercia grande poder e era referência de espiritualidade para a comunidade Waiwai. Abandonar as práticas xamânicas envolvia não só o abandono da religião, mas a negação do credo de seus ancestrais. Zea (2010) relata que uma proposta foi feita por parte dos missionários para que Ewka matasse e comesse a carne de porco do mato, como prova de que estava liberto e podia professar sua fé em “Deus”. Assim, o restante da comunidade veria e mostraria que Jesus era um espírito bom e no qual podia seguir e aceitar, sem temer o que os espíritos xamânicos pudessem fazer com eles. O desafio estava lançado e cabia ao grande Ewka decidir seu futuro e de sua comunidade. Ewka aceitou o desafio e, a partir de então, toda semana uma pessoa da aldeia professava sua fé em Jesus.

Após a conversão muita coisa mudou entre os Waiwai. Tiveram a bíblia sagrada traduzida para sua língua, além de produzida uma gramática Waiwai, livros de cânticos da igreja evangélica e de histórias do povo do Mapuera, publicados pela secretaria de Educação SEDUC-PA como registra Rodrigues (2012, p. 24). Essas mudanças fizeram dos Waiwai um povo visto com outros olhos pela população envolvente. Concomitante à evangelização, os Waiwai estreitaram laços com outros grupos indígenas e não indígenas, evangelizando alguns grupos com os quais tinham contato e, dessa forma, iam aumentando o número de adeptos do protestantismo. Isso foi facilitado tanto pelo seu caráter sociável, agregador e comunicativo, quanto pelos aparatos materiais e imateriais disponibilizados pela UFM como afirma Azevedo (2017, p. 07).

Antes da conversão deste grande líder, um deus era cultuado pelo povo Waiwai e pelo qual tinham muito respeito e prestígio: Mawari. Para eles, Mawari também foi o criador da humanidade, como afirma Cância (2017, p. 115). Dessa forma para este

povo, ver seu grande líder dizer que o que tinha feito até então se tratava de um grande erro e que agora deveriam seguir outros costumes e acreditar em outros deuses era de uma decisão muito complexa para o entendimento deles. Se desfazer, de tudo o que tinham aprendido em anos e anos de vida e ter que iniciar um novo credo requeria um passo bastante corajoso. Cândia (2017) ainda observa que as práticas xamânicas foram sendo aos poucos esquecidas pelos Waiwai, uma vez que após a conversão de Ewka, os trabalhos para desfazer o que sabiam dessa prática eram ainda mais fortes. Isto tornou a busca por mais adeptos ao cristianismo bastante comum entre os indígenas.

Com o passar do tempo, fazer rituais xamânicos dentro das comunidades era uma afronta ao poder dominante. Os xamãs se sentiam perseguidos por não poderem exercer os rituais daquilo em que acreditavam e perpetuarem sua cultura, em razão da ascensão do cristianismo. Essa proibição se tornava cada dia mais forte. Cândia (2017) afirma que agora se referiam às práticas xamânicas com a palavra feitiçaria e tudo que se referisse a ela estava ligada a espíritos ruins. No mapa a seguir, vemos o crescimento do cristianismo dentro das aldeias, como estavam organizados e como iam disseminando o trabalho de evangelização.

Figura 7 - Mapa da Atuação Missionária atualmente nas terras Indígenas



Fonte: Azevedo (2017, p. 9)

A partir desse momento, foram criadas estratégias de multiplicadores do evangelho dentro das comunidades, com o intuito de ganhar ainda mais adeptos para

o cristianismo. Baseados nos ensinamentos do evangelho, os missionários iam combatendo o que para eles eram consideradas práticas imorais, como por exemplo a ingestão de bebidas alcoólicas, o adultério, a violência, entre outras coisas que os desviassem da conduta cristã. Autores como, Oliveira (2010) e Zea (2010) afirmam que a adaptação dos costumes Waiwai foi e ainda é um grande desafio, pois é como se eles fossem obrigados a nascer novamente e esquecer o que aprenderam quando ainda crianças, o que viam seus pais fazerem e acreditar que tudo isso estava errado, abandonar suas práticas e aprender tudo de outra forma.

Para Azevedo (2017), o processo de evangelização dos Waiwai apresenta singularidades que facilitaram a aceitação da religião cristã entre esse povo, já que, ao longo dos anos, desenvolveram formas de adaptar os valores cristãos ao seu modo de vida cotidiano. Cândia (2017, p. 122) afirma que esses elementos da cultura ancestral Waiwai, mesmo silenciados, resistem. E essa resistência se constitui num ato de rebeldia contra os dispositivos usados para oprimir e fazer silenciar essas vozes, desrespeitando tradições transeculares⁷ do conhecimento, levando-os, por meio do silenciamento imposto a assumir uma espécie de não lugar no mundo. O autor aponta alguns aspectos existentes em torno do ato de aproximação dos missionários ao povo Waiwai como a conversão do líder Ewka. Ainda ressalta que a questão de poder existente na relação entre eles foi a forma de oprimir e silenciar a cultura Waiwai, baseada em não entender a cultura indígena e não a aceitar pelo fato de não ser igual àquela considerada certa a partir de sua ótica, no caso a dos ocidentais.

Cândia (2017, p. 122), faz uma declaração sobre o encontro de mundos diferentes.

Dois mundos aparentemente distantes se entrecruzaram nas prédicas dos missionários. Havia a tentativa de negação e ocultamento dos conhecimentos indígenas. Tudo que não se enquadrava nos padrões religiosos e morais definidos pelo cristianismo, em termos de fé e feições, era lançado fora do padrão de humanidade. O ensino da língua indígena para a leitura da Bíblia era paralelo à preparação, que buscava inculcar no indígena a necessidade de catequese para a salvação do pecado, como forma de manter a sua segurança. Dentro desta concepção caberia aos missionários introduzir uma lógica de “elevar” os indígenas de suas cosmologias indígenas, “selvagem”, para uma religião “civilizada”.

⁷ Que se realiza ou prolonga através dos séculos.

A negação cultural envolvia muito mais aspectos do que a escolha religiosa. Estava diretamente ligada ao esquecimento de práticas culturais como festejos, costumes diversos, tudo que envolvia o processo de afirmação do ser indígena. O que estivesse ligado à afirmação de sua cultura, agora seria esquecido com o novo modo de vida imposto aos Waiwai.

Câncio (2017) relata que, mesmo com a conversão dos Waiwai ao cristianismo, eles tentaram imitar e adequar a nova forma de vida aos costumes antigos. Aponta que as festividades dentro das aldeias datavam nas mesmas épocas que ocorriam os eventos festivos xamânicos, só que com nova roupagem, pois todos tratavam de simbologias⁸ cristãs e tinham novos significados. Era como se quisessem lembrar de suas antigas práticas, porém temessem a nova ordem. De modo que acabavam sempre remetendo ao que antes era praticado, mesmo que, após sua conversão, as antigas práticas tenham se tornado pecaminosas. Ou seja, ainda que existissem novos discursos, as raízes não se puderam matar e dificilmente se poderiam esquecer.

Câncio (2018, p. 48) ainda afirma que os discursos ideológicos dominantes não estavam preocupados em considerar o contexto empírico, os conhecimentos e a realidade Waiwai, mas em alimentar a desigualdade entre as duas culturas, de modo a disseminar os valores, os conhecimentos e as ideologias produzidos pelos agentes do poder capitalista. Com essa afirmação, o autor faz uma análise e supõe que o objetivo da evangelização era muito maior do que simplesmente a conversão dos indígenas e que por trás desse movimento tinha um propósito mascarado. Para ele, os missionários estavam cumprindo um mandato de fazer com que os princípios da sociedade capitalista fossem impregnados nas sociedades originais, de forma a igualar todos.

⁸ Todas as sociedades humanas possuem símbolos que expressam mitos, crenças, fatos, situações ou ideias, sendo uma das formas de representação da realidade

3.4 CONHECENDO A COMUNIDADE XAARI (BAMBU EM LÍNGUA INDÍGENA)

Os meios de acesso às comunidades indígenas localizadas no Estado de Roraima são em geral por via terrestre e, às comunidades mais afastadas, por via aérea. No município roraimense de São João da Baliza, localizado ao Sul do Estado estão as duas maiores comunidades Waiwai, que se localizam principalmente nas proximidades do rio Anauá, na vicinal Km 29, na comunidade denominada Xaari, que no dialeto dos Waiwai quer dizer bambu. A comunidade estende-se às margens do rio Jatapuzinho e faz parte da Terra Indígena Trombetas Mapuera. Também podem ser encontrados no município de São Luiz do Anauá, cidade vizinha a São João da Baliza.

A comunidade indígena Xaari⁹ existe desde 1980. É uma comunidade que está em uma hierarquia de pirâmide, onde o tuxaua é eleito por votação. A votação leva em conta como um dos critérios para candidatura ao cargo de tuxaua ser a pessoa mais velha do grupo étnico. Seguindo a ordem hierárquica, vem a família do próprio tuxaua e depois o restante da comunidade junto com suas famílias, que vivem em casas muito próximas umas das outras. Trabalham em conjunto, dividem tudo que produzem e seguem o acordo coletivo no qual o tuxaua é quem decide o que é melhor para comunidade. Dentro dessa organização, as mulheres ficam responsáveis pela colheita e preparo dos alimentos, assim como confecção dos artigos que são utilizados por eles nos momentos de festejos e do dia a dia. Os homens ficam com a parte de cuidar, preparar e plantar na terra para que esta possa produzir o sustento das famílias que ali residem. Nessas funções também estão incluídas as crianças e adolescentes que vivem na comunidade. Quando não estão na escola, ajudam nos trabalhos dentro da comunidade

A comunidade vive em casas construídas ao estilo tradicional, do tipo de cobertura de palha, parede de madeira e piso de barro. Vivem da caça de animais como queixada, caititu, veado, paca, cutia, mutum, jacu, tucano e nambu. Fazem também coleta de frutas como bacaba, buriti, patuá, açaí e outros. No dia a dia da comunidade, as famílias trabalham em conjunto fazendo roças e plantando mandioca, milho, macaxeira, cará, batata-doce e cana-de-açúcar. Trabalham também na construção das casas uns dos outros, se ajudando com um trabalho coletivo em prol da organização da aldeia. A organização política e social da aldeia, é sempre

⁹ Informações retiradas do meu Trabalho de Conclusão de Curso.

orientada pelo tuxaua que é muito respeitado na comunidade. Todos os pais de família que habitam na aldeia buscam a opinião do tuxaua quando têm decisões importantes para tomar, pois acham que o líder é como se fosse um abençoador. Por esse motivo existe um grande respeito por essa figura que para eles é como se fosse o pai de toda aldeia, é como se fosse um cargo mais alto da aldeia e é conquistado através de muito trabalho e respeito e somente é perdido por morte.

Para o trabalho dispõem de instrumentos como motores de popa, para realizar várias atividades, servindo também como meio de transporte utilizados em canoas que usam como meio de deslocamento e para pesca, a comunidade conta com o apoio da secretaria municipal de saúde que oferece suporte com campanhas de vacinação e acompanhamento médico hospitalar uma vez por mês que acompanha a saúde dos indígenas que residem na aldeia, apesar da falta de medicamentos, a secretaria vem até a aldeia para acompanhar e se for preciso encaminhar para a cidade mais próxima, no caso São João da Baliza.

Depoimento:

Meu nome é Jorge¹⁰ sou indígena da etnia Waiwai, moro atualmente na aldeia que está localizada 38 km do município de São João da Baliza, em 1983 meus pais que moravam no Estado do Pará no Município de Oriximiná na aldeia Mapuera que pertencia ao município, 1999 meus pais decidiram mudar para o Estado de Roraima a convite de familiares que já moravam aqui e falavam muito bem do Estado de Roraima, a princípio estávamos meio apreensivos pois nunca tínhamos vivido grandes mudanças, porém ao chegarmos aqui mais precisamente no Município de São João da Baliza, fomos muito bem recebidos pelo tuxaua da então aldeia no vivemos até o dia de hoje. Nos instalamos aqui com essa nova família, fomos iniciar nossa vida meu pai não tinha nada então fomos ajudados pelos moradores da aldeia que nos doaram um pedaço de terra, e no momento alguns mantimentos para que pudéssemos ficar até que nossa roça começasse a produzir, então aqui crescemos eu meus irmãos sempre vendo e ajudando meus pais trabalhar para nos dar o sustento e uma vida digna. Estudo atualmente na Universidade Estadual de Roraima, no curso de Ciências da Natureza mais já fui aluno da escola Municipal Cristóvão Colombo, penso que é de grande importância manter esses alunos estudando nesta escola uma vez que não temos em nossa aldeia uma escola que possa atender todas as classes. Passei por grandes dificuldades ao ingressar na escola, a princípio fui muito discriminado por ser indígena, por não falar português com fluência, mas superei e hoje estou na Universidade realizando um grande sonho de minha família e meu também, ter uma formação acadêmica, sinto muito por alguns de meus amigos e irmãos que não tiveram a

¹⁰ Nome fictício, relato de um indígena morador da comunidade Xaari. Localizada em São João da Baliza, Sul do Estado de Roraima

mesma determinação e desistiram no meio do caminho, não conseguiram enfrentar o preconceito das pessoas, quero me formar e um dia poder dar aula na minha aldeia, pois sei o quanto é ruim estar em um ambiente onde você é discriminado por seus colegas, tenho vontade de lutar pelo direito do meu povo, direito esses que nos dá autonomia para sermos quem somos.

A fala do indígena acima citado, retrata com precisão o que estudiosos da já contam em seus escritos, tem facilidade em se readaptar junto a outros povos em outros espaços, são de grande flexibilidade em sua cultura, se ajudam, em especial o Jorge, relata como foi sua chegada ao Estado de Roraima e seu ingresso na escola Pesquisada, seus sentimentos e a percepção que teve ao ingressar em um ambiente absolutamente hostil e diferente do qual estava acostumado.

É nítido na fala do entrevistado as dificuldades que ele encontrou para estar dentro de um ambiente onde se sentia excluído. A língua, os costumes, as crenças e tudo que envolve o ser diferente, são vistos com preconceito no ambiente escolar a grande questão é, como estamos tratando disso dentro de nossa sala de aula. De quem deve ser o papel principal na desconstrução de conceitos pré-estabelecidos sobre a identidade do outro, e vivenciar isso todos os dias no espaço escolar para os indígenas é de fato desconfortável.

O que ele deixa bem claro em sua fala é o sonho de todo jovem de obter uma formação superior, para ajudar sua família e sua comunidade, exatamente por já ter vivido na pele a discriminação de estar em ambientes onde não se sentia bem vindo. Reforça em seu discurso a vontade de poder ser reconhecido enquanto indígena e não precisar ter que assumir outra identidade em que não se reconhece somente para ser aceito nos grupos formados pela sociedade, e ditos grupos certos.

Para Jorge, o fato de estar em um ambiente que possa expressar sua opinião, declarar sua identidade e se encontrar enquanto ser humano, é o que precisa para se sentir bem, e o ambiente escolar deve ser este lugar. É nossa tarefa enquanto educadores proporcionar aos nossos alunos esse espaço de entendimento.

Depoimento da mãe de um estudante indígena:

(...) os coleguinhas ficam rindo, dele. De vez em quando ele vem para casa chorando. E diz que o coleguinha falou que ele era índio. Conversamos e me disse que o coleguinha batia nele e falava que era porque ele era índio, porque índio tinha que ficar na aldeia. E é aí onde entra a escola? Eu acho que se o professor falasse mais de índio (...). Eu acho que na escola, eles falam muito pouco. Eles cuidam da

maioria, mas como na sala dele só tem ele de índio eu acho que é por isso.

O segundo depoimento revela como o aluno indígena é tratado por não indígenas dentro do ambiente escolar, como sua imagem está diretamente ligado a conceitos que emitem monstruosidade, denominando espaço e cultura diferente como se fosse algo ruim, na fala fica explícita a vontade que a mãe tem de se fale sobre a cultura indígena dentro da sala de aula do filho, como forma de deixa-lo a vontade junto aos demais colegas, para que ele não tenha medo de se reconhecer enquanto indígena que entenda e se faça entender, que sua cultura não é ruim só porque é diferente.

O ato de sorrir ou desdenhar do colega por ser de uma cultura diferente reflete a falta de diálogo que se tem dentro das salas de aulas. A falta de conhecimento e empatia com outro em relação ao diferente está no dia-a-dia da escola, está na falta de se trabalhar assuntos relacionados ao respeito a cultura do outro, está na falta de investimento em capacitação dos docentes para se trabalhar com o diferente dentro de sua sala de aula.

O ser índio é visto como uma figura que retrata algo ruim, na fala da mãe há um pedido, que se trate mais sobre “assuntos de índio”, para que os colegas entendam que ser diferente não é ruim. É nítido também o desconforto sobre agressões sofridas pelo filho, por ter uma identidade diferente da maioria dos colegas, desse modo observamos à necessidade de se trabalhar com vigor a lei 11.645/2008. Com atividades voltadas para conhecer outras culturas, conhecer a história de outros povos, com o intuito de elevar o aprendizado do aluno e ao mesmo tempo trabalhar o reconhecimento e afirmação de identidade.

3.5 QUESTÃO INDÍGENA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BALIZA: UM ESTUDO A PARTIR DO DIREITO A EDUCAÇÃO ESPECÍFICA

No município existe atualmente um grupo étnico, os Waiwai, esta comunidade está localizada na vicinal 29, a 38 km da área urbana. Está organizada de forma que todas as famílias moram perto umas das outras, vivendo em regime de ajuda um dos outros como uma grande família. Recebe do município o apoio médico que uma vez por mês faz acompanhamento com enfermeiros e médicos para acompanhar a saúde dos indígenas. Esse procedimento acontece de um acordo que existe entre a

secretaria de saúde com a comunidade indígena. Existem também outros tipos de acordo entre o município e a comunidade, como por exemplo quando há algum tipo de evento que seja realizado pela secretaria em parceria com a prefeitura do município. Nele, os indígenas dispõem de um espaço dentro do evento para que possam expor e comercializar os artesanatos confeccionados por eles, é uma forma que o governo do município tem de ajudar na renda familiar indígena.

Atualmente o município não desenvolve existe nenhum projeto voltado para educação indígena, a gestão do Município até o presente momento não tem conhecimento de nenhum projeto específico para atender a educação indígena no Município apesar de saber que existe uma escola que atende alunos da área indígena. Segundo o gestor, deveria haver um convênio entre o Município e a Funai.

A escola municipal Cristóvão Colombo atende atualmente uma quantia de 32 alunos indígenas regularmente matriculados nos turnos matutino e vespertino, sendo do 1º ao 5º pela manhã e do 6º ao 9º ano pela parte da tarde, são eles da etnia “Waiwai Xaari”, que saem todos os dias da Comunidade, para frequentarem a Escola Municipal Cristóvão Colombo, em busca de uma aprendizagem que lhes sirva de suporte posteriormente, embora as expectativas de sair de sua aldeia sejam poucas. Esses alunos são recebidos na escola por uma equipe de 15 funcionários entre professores e funcionários de apoio que atendem nos turnos matutino e vespertino, esses alunos estão atualmente inseridos nas turmas que a escola atende por não haver nenhum projeto voltado para que os mesmos possam receber uma educação diferenciada.

Segundo Villares (2009, p. 266).

O estatuto do índio foi a primeira legislação a estatuir normas sobre a educação diferenciada aos povos indígenas, da mesma forma que o estatuto prevê a adaptação necessária do sistema de ensino nacional as peculiaridades dos índios (art. 48), e da alfabetização na língua do grupo indígena (art. 49).

Com essa lei que garante que todos os indígenas devem ter uma educação diferenciada e bilíngue, os indígenas que estudam na Escola Municipal Cristóvão Colombo deveriam também ser contemplados com uma educação de qualidade que lhes ofereça um estudo e um espaço para que possam se expressar falando, o que gostam de fazer, como gostam de viver e como gostariam que suas aulas acontecessem para que se sentissem mais à vontade e seguros no ambiente escolar,

porém infelizmente esses indivíduos são pouco vistos pelos governantes que não se preocupam em lhes oferecer uma melhor educação

Quanto ao atendimento que é oferecido aos indígenas da escola, não existe nenhuma especificidade de ensino para os indígenas, todos frequentam a mesma série e as tarefas e trabalhos são iguais para todos. Assim todas as atividades que acontecem na escola, todos estão inseridos de igual forma, sendo que não existe nenhuma atividade específica em que o aluno indígena possa expor sua cultura, suas crenças, seus costumes para que os outros colegas possam ter conhecimento de como vivem, do que fazem, em que acreditam os indígenas que estão diariamente com eles na sala.

Segundo Ferreira (1995, p. 149).

A implantação de projetos escolares para população indígena é quase tão antiga quanto ao estabelecimento dos primeiros agentes coloniais no Brasil, a submissão política das populações nativas, a invasão de suas áreas tradicionais, a pilhagem e a destruição de suas riquezas, tem sido desde os séculos XVI, resultados de práticas que sempre souberam aliar métodos de controle políticos a algum tipo de atividade escolar civilizatória.

Quase todas as famílias que vivem na aldeia possuam filhos que estudam na escola Cristóvão Colombo, tais famílias têm noção dos direitos que seus filhos têm de ter uma escola para eles que seja pensada segundo as particularidades de seus costumes, porém pensam que talvez isso nunca possa acontecer, pois os governantes demonstram um grande descaso com a população indígena. Diante disso acabam mantendo seus filhos na escola por falta de opção.

Para Ferreira (1995, p, 162).

Com a nova constituição os índios passaram a ter direito a uma escola com características específicas, que valorize o conhecimento tradicional vigente nestas sociedades, para isto é necessário o desenvolvimento de currículo específicos, calendários que respeitem as atividades tradicionais do grupo indígenas, metodologias de ensino diferenciadas.

As questões indígenas dentro do ambiente escolar não deve ser novidade, pois há muito tempo já temos esses povos dentro da escola, o que a constituição fez foi normatizar a presença deles e disponibilizar leis que priorizem o ensino de culturas diversas dentro do ambiente escolar. Porém o que parece acontecer com as

instituições de ensino é que, não se sabe por onde começar se trabalha o que os livros didáticos dizem ou o que vivenciamos? A prática do professor dentro da sala de aula é o que faz toda diferença, cada professor conhece a realidade de sua escola, por esse motivo faz-se necessário encontros e discursões para se observar o que tem dado certo e o que precisa mudar.

A evolução das leis ainda que a passos lentos visam o reconhecimento cultural desses povos e um lugar de dignidade dentro da sociedade. A luta por isso é muito antiga e tem muita relevância, e o espaço escolar acaba sendo protagonista e centro desses debates, mas precisa ser também lugar de apoio, lugar de troca de saberes, de vivências, pois, é apontado como lugar de emancipação humana. Esse deve ser o papel da escola, um espaço que ensina o sujeito a ser autônomo, crítico a ter um posicionamento diante dos desafios da vida.

Porem para que tudo isso seja possível é necessário conhecer as necessidades dos grupos. Os textos redigidos na lei garantem muitas coisas, porem a vivência diária somente os professores que estão dentro do ambiente escolar podem relatar com clareza cada necessidade. Pensar uma escola com currículo que atenda as especificidades de cada povo é deveras desafiador, porem a construção do ser enquanto humanidade deve ser encantador. E é exatamente isso que precisamos, encanto e responsabilidade no que fazemos, dizemos e reproduzimos dentro da escola, sempre lembrando que nossas atitudes e falas serão perpetuadas em nossos alunos.

CAPÍTULO IV – EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: DIREITO DOS POVOS E DEVER DO ESTADO

Neste capítulo discutiremos as legislações que normatizam a Educação Indígena e a Educação Escolar indígena, desde o Brasil Colônia até os dias atuais, na tentativa de compreender os processos evolutivos pelos quais essa modalidade de ensino passou e tem passado. A partir das leis Nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, (Estatuto do Índio), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 e posteriormente pela Lei 11.645/2008. Abriremos uma discussão pertinente sobre cultura, identidade, interculturalidade como norteadores de uma proposta de ensino baseada na emancipação humana.

4.1 FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

O início do século XVI representa um marco na história do Brasil. Com proposta de colonização, os portugueses dão início escravização de indígenas nessas terras. A principal atividade estava ligada a exploração do pau brasil. Costa (2009, p.1) afirma que a chegada dos colonizadores ao Brasil caracteriza uma ruptura dos processos socioespaciais de vários povos que habitavam as Américas. O que vemos fazer parte dessa ruptura especificamente é a mudança no modo de vida, nas relações sociais e de trabalho nas quais os indígenas são os principais atingidos. Muitas novidades, coisa nunca vista por eles parecia que, um novo mundo estava surgindo naquele momento. E estava mesmo, só não era possível mensurar ainda que mudanças esse novo mundo traria consigo.

As incertezas do novo mundo trouxeram medo, porém nessa configuração os povos indígenas simplesmente não tiveram opção, foram invadidos, viraram objetos, escravos e não podiam dizer nada. Viram sua cultura, língua, crenças e costumes sendo deixados de lado para poderem se adequar a outros costumes nunca antes vistos. Nesse momento de absoluta incerteza se viam obrigados a se submeter a crimes e violações, que mais tarde virariam motivo de luta e reivindicação. Violados em sua fala, seu modo de vida, sua cultura e tudo o que dizia respeito ao povo originário, perderam espaço, sua história e principalmente sua identidade.

Aqui se inicia a tentativa de integração do indígena a uma cultura que não era a sua ou envolvente como é dita. Uma forçada integração sem o mínimo de respeito

com a cultura, a língua, os costumes e a história desses povos. A reflexão sobre as implicações do processo de colonização só irá ocorrer muito tempo após o contato, com a percepção dos prejuízos resultantes de todo esse processo. É quando irá ter início a luta pela valorização e reconhecimento da cultura, da língua, dos costumes, direitos e de ter sua identidade valorizada e sua história respeitada.

Abreu (2016, p. 215) afirma que, com o domínio colonial, os indígenas passaram a perder o direito de decidir sobre o próprio destino, estando sob o jugo de decretos e leis. E esses decretos e leis consistiam em inúmeros equívocos sobre a realidade dos povos indígenas, que os fazia questionarem-se acerca da própria identidade em meio a tantas mudanças dentro de um espaço tão curto de tempo. Essa era a realidade cruel vivida por indígenas no início da colonização do Brasil.

A chegada dos colonizadores trouxe consigo inúmeras mudanças e novidades. O cenário aqui encontrado era de fato promissor em todas as ordens, muitas riquezas, povos vulneráveis que ofereciam mão de obra escrava, ainda que contra a própria vontade. E essas mudanças provocaram inúmeros prejuízos, a perda de suas vidas e rotinas para simplesmente atender os desejos de quem representava a elite no momento.

Almeida (2017, p. 19) destaca que houve um apagamento da identidade indígena com a chegada dos colonizadores ao Brasil, nessa ocasião era dada pouca importância ao que se encontrou aqui, quando falamos de seres humanos, o que se visava eram as riquezas que a terra oferecia, destaca ainda que os portugueses com pequenas ofertas de coisas que para eles eram consideradas supérfluas, foram capazes de dominar milhares de povos guerreiros, catequizá-los e discipliná-los, fazendo uso de sua força de trabalho, passaram de donos da terra para fies submissos e servidores do rei.

O tempo passou e muita coisa mudou, porém, as mudanças foram a passos lentos, podemos ver ainda no século XXI as mais cruéis das violências com os povos originários, desrespeito a sua cultura, genocídio presentes em quase todos os lugares e a tentativa de extermínio real em meio a povos que somente querem viver ou sobreviver em muitos casos, querem manter suas culturas, língua, crença, costumes, manter viva as heranças deixadas por seus antepassados e minimamente ter paz. São Leis feitas sem saber a realidade dos povos, falas que não tem o mínimo de coerência. Interesses variados sobre assuntos que muitas vezes nem dizem respeito a quem realmente interessa.

Almeida (2017, p. 19) destaca que.

Com leis que oscilavam entre o apoio a práticas de violência e de proteção aos índios, os portugueses e, posteriormente, os brasileiros teriam conseguido vencer, civilizar e/ou manipular inúmeros povos em proveito próprio, submetendo-os completamente, até fazê-los desaparecer sem deixar vestígios.

Em muitos anos vimos uma história de luta por reconhecimento, por afirmação, e isso não está atrelado apenas a grupo de indígenas, quase todo grupo que carrega em si alguma marca identitária tem que sofrer violências para se manter vivo, no Brasil é quase uma regra. O respeito ao próximo simplesmente não é uma opção de diálogo entre os grupos, quando há necessidade de formar frentes de discussão que tratem de respeito as diferenças, sentimos como se tivéssemos falhado em algum momento da humanidade, e essa história perdura por muito tempo, muitas mortes acontecem, muitos costumes, línguas, crenças se perdem no/com o tempo e isso faz com grupos de todas as partes passem a se interessar em defender seus direitos. O que na realidade não precisaria existir passa a ser fundamental, a tentativa de se manter vivo fez com povos se reunissem em busca de respeito, reconhecimento de direitos.

A humanidade simplesmente falhou quando se fez necessário ter que organizar grupos que reivindicassem direitos de viver, falar, se locomover, quando o respeito ao próximo ao diferente não precisaria ser motivo de discussão em nenhum ambiente. Essa é uma educação, que deveria ser enraizada nos lares ainda na formação do indivíduo. Dessa feita não seria necessário estar discutindo formas para ensinar respeito.

Helena (1999, p, 99) afirma que.

Desde os inícios dos anos 1970, os índios reúnem-se anualmente nas “assembleias de tuxauas”. Tais eventos continuam a acontecer até hoje, com participação ampla das diversas lideranças — tanto tradicionais como novas —, como é o caso dos agentes indígenas de saúde, dos professores indígenas e do movimento de mulheres. Nos últimos anos têm reunido em torno de quinhentos participantes. Em âmbito nacional, houve uma experiência de representação política dos povos indígenas: em 1980 foi criada a UNI (União das Nações Indígenas), que durou dez anos. Das dezenas de entidades indigenistas surgidas, podemos destacar as de maior abrangência: a OPAN (Operação Anchieta, 1969); o CIMI (Conselho Indigenista Missionário, 1972) e, já no final da década, a ANAÍ (Associação Nacional do Índio, 1977), a CPI (Comissão os Pró-Índio, 1978) e o CTI (Centro de Trabalho Indigenista, 1979).

A tomada de consciência de que a terra era o elemento básico para garantir sua sobrevivência gerou a base dessas lutas e mobilizações, com isso esses povos entenderam o poder que tinham em suas mãos e como podiam se organizar para lutar pelos seus direitos, uma vez que com essas organizações realizada de forma a beneficiar todo mundo, estariam tentando fazer com seus costumes, suas crenças e seu povo não “sumisse” com o tempo e no do tempo. Então agora se colocam em grupos para reivindicar aquilo que para eles tem valor. Com esse agrupamento as organizações se tornam forte e as autoridades se sentem na obrigação de atender os pedidos, criando leis que garantam o atendimento as comunidades como de fato deve acontecer.

Os movimentos indígenas surgidos a partir das assembleias indígenas, dos encontros, cursos, visitas e das lutas pelos direitos, especialmente à terra, foram sentindo a necessidade de construir instrumentos mais permanentes para articular e dar força política a essas lutas. Então reuniram-se em grupos, criando organizações que se mobilizavam em movimentos para reivindicar seus direitos e garantir que fossem postos em prática, diante disso todas essas organizações que representavam os indígenas passaram a se movimentar em busca de direitos considerados básicos, como, de viver em sua terra, falar sua língua, perpetuar sua cultura e obter êxito em práticas adquiridas antes de tantas mudanças com a colonização.

Almeida (2017, p. 20) afirma que ideias estereotipadas sobre as populações indígenas ainda estão muito presentes em meio à sociedade, mesmo quando muitas lutas tenham sido ganhas através de reivindicações, a muito ainda o que se aprender e desconstruir sobre essas populações, ouvi-los seria uma ideia para conhecer a vida desses povos.

A escola é um espaço de formação uma vez é possível reunir vários grupos em um mesmo ambiente, então usar esse espaço para trabalhar a desconstrução de conceitos pré-estabelecidos sobre o diferente é no mínimo muito inteligente.

4.2 LEI Nº 6.001, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1973, O ESTATUTO DO ÍNDIO, CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART. 231

A lei 6.001/73, ou o Estatuto do Índio de 1973, normatiza as relações do Estado e da sociedade brasileira com os povos indígenas. Estabelece que o indígena deve integrar-se à sociedade, sendo que, o que se entende por integração, está diretamente relacionada com o sentido de adaptar-se. Assim, sem observar se isso se fazia necessário, o texto do estatuto era claro: o índio deverá ser integrado à comunhão nacional como se dela não fizesse parte desde sempre, pelo fato de ter uma cultura diferente da cultura circundante.

A Constituição Federal de 1988 apresenta um rompimento com esse processo de preconceito quando instaura ao indígena o direito de terem suas culturas, crenças, costumes, saberes reconhecidos e oferece a oportunidade de se sentirem como parte integrante da sociedade. O que de equivocado vemos nesse processo é o fato de ter que elaborar uma Lei para incentivar o respeito entre povos, quando isso deveria ser tratado como um fato social, nascido ainda no seio familiar.

É possível observar o tempo presente entre os dois documentos, tempo esse que se refere em geral a discussões e eventos organizados em prol de conseguir leis que depusessem trazer aos povos indígenas o mínimo de dignidade, de perpetuar sua existência, de poder ter sua cultura respeitada, de ter sua identidade reconhecida e não correr o risco de suas memórias se perderem no/com o tempo. Um tempo que está presente no tempo presente desses povos, um tempo que foi esperado enquanto outras coisas ditas mais importantes foram sendo resolvidas, um tempo de memórias, de vidas que foram ficando com e no tempo, tempo que estatisticamente talvez nem tenha sido contabilizado como forma de projetar as consequências. Mesmo que seja praticamente impossível mensurar os danos que foram causados a esses povos durante esse período, hoje temos povos com várias sequelas de vivências e experiências no qual lhes trouxe danos em muitos casos irreversíveis.

Citamos, a imagem do indígena nos livros didáticos, a relação da sociedade junto a esses povos, a construção de conceitos pré-estabelecidos de pessoas que não conhecíamos, porém dizíamos ser ruins, estereótipos entre muitos outros danos que foram se perpetuando. O prejuízo de todo esse comportamento preconceituoso e desenfreado, vão gerar danos irreparáveis e difícil desconstrução para os povos indígenas, ainda que em Lei se construa um texto que expresse o quão é importante

ter respeito, entender, aceitar e conviver com uma população diferente, a possibilidade de mudança e aceitação ainda levará tempo. Mecanismos terão que ser criados para que as normatizações sejam obedecidas, e isto está diretamente ligado a formação de profissionais, elaboração de atividades que envolvam o esclarecimento dos alunos em relação a outras culturas, atividades que tragam para a atualidade a história dos povos originários, para que as histórias ditas ganhem novas versões, para que o que já tinha uma verdade absoluta possa ser visto por outro ângulo.

Na Constituição da República Federativa do Brasil, Título VIII – Da Ordem Social, Capítulo VIII – Dos Índios, artigo 231 são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. Diante desse passo, a sociedade normatiza os direitos dos povos originários e abre a oportunidade de desconstrução dos conceitos pré-estabelecidos relacionados aos povos indígenas.

Essa Constituição garante aos indígenas igualdade de acesso à escola e que sua permanência nela seja garantida de igual modo. Portanto, as comunidades indígenas assim como o restante da população, deve ter liberdade de aprender, ensinar, pesquisar orientados por um professor que proporcione a reflexão, oportunizando ao aluno a construção do conhecimento. Esse ensino deve ser em suma emancipatório e humano, deve estar de acordo com o que a Lei estabelece no que confere respeito a cultura e a forma de vida do outro, por isso faz necessário uma discussão sobre o ser diferente dentro do ambiente escolar, uma vez que entender o que é ser diferente para os alunos é um ponto de partida para a desconstrução de todo conceito pré estabelecido e a oportunidade de se trabalhar assuntos relacionados a própria história dos indivíduos.

A Lei ainda garante, que o ensino deve ser ofertado de forma gratuita assim como a qualidade do ensino deve estar de acordo com a necessidade de cada grupo como forma de ampliar o conhecimento dos alunos. De tal modo que o dever da escola seja o de formar cidadãos críticos e pensantes que estejam dispostos a encarar e mudar de alguma forma a sociedade em que vivem. Como afirma Pojo et. Al (2008, p. 13), essa formação deve instruir o aluno a ter uma vida saudável na sociedade, ensinando seus direitos e deveres como cidadão. Jesus, (2007, p. 03) afirma que:

Com essa Constituição passa-se então a reconhecer a diferença cultural, através da defesa em prol do respeito a valores culturais e artísticos, nacionais e regionais, bem como se admitindo que as comunidades indígenas deveriam receber ensino em suas línguas maternas, respeitando também seus processos de aprendizagem. Além disso, é constitucional o exercício dos direitos culturais, a proteção de culturas populares, dentre as quais a dos povos indígenas, e a fixação de datas comemorativas para lembrar os segmentos.

Destarte, é dever do Estado garantir que estas leis sejam efetivadas e garantam aos povos indígenas oferta específica de educação, de forma que seus costumes, culturas e sua identidade sejam respeitados e ensinados para gerações futuras, garantindo que não sejam esquecidos com o tempo e com ele. Entretanto, diante dessas leis que amparam a educação indígena surgem alguns questionamentos. Um deles é com relação a como se efetivarão essas leis, para que o direito à educação diferenciada seja respeitado, uma vez que é através dela que a possibilidade de uma vida digna pode ser garantida a todos de igual modo. Assim, de uma população que antes vivia à mercê de uma sociedade que visava sua exploração, os indígenas passam a ser conhecedores de seus direitos e buscam alcançar o que é de real importância: a perpetuação de seus saberes.

Essa forma de educação foi transmitida por seus antepassados e por esse motivo há uma grande preocupação em mantê-la viva, tal qual sua identidade. Diante disso buscam que sejam respeitados pelos governantes e pelos detentores do poder, que sejam vistos como povos que merecem respeito, que lutam para garantir que seus direitos saiam do papel e sejam concretizados na sua realidade. Essa é uma perspectiva que dá esperança nas lutas e reivindicações por uma melhoria de vida e de futuro para suas comunidades. Por isso, podemos afirmar que este direito foi conquistado através de muitas lutas e reivindicações, assim como o fortalecimento da identidade do indígena dentro de um espaço que até então para ele era desconhecido:

Helena (1999, p. 95) afirma que,

Os movimentos indígenas surgidos a partir das assembleias indígenas, dos encontros, cursos, visitas e das lutas pelos direitos, especialmente à terra foram sentindo a necessidade de construir instrumentos mais permanentes para articular e dar força política a essas lutas. Assim, ao longo dessas últimas três décadas, foram se constituindo inúmeras organizações indígenas.

O movimento indígena se constitui como uma reunião de forças, de modo a reconhecer os anseios das comunidades indígenas e tentar superar os problemas que as afetam, valorizando as ações interculturais em face de uma sociedade desigual. Nesse sentido a luta indígena é constituída e consolidada a partir dos movimentos que foram organizados para reivindicar os direitos desses povos. Portanto, uma vez que esses movimentos tiveram o mínimo de suas cláusulas respondidas, suas lutas vão tomando sentido e importância, dando mais vigor a estes povos que tentam manter suas culturas, suas crenças e seus costumes diante de tantos obstáculos.

Helena (1999, p. 105) afirma ainda que o movimento indígena vê a educação e a escola como algo que pode colaborar na construção mais ampla de seu projeto de autonomia. Nesse sentido, a autora aponta para esta autonomia conquistada através de lutas e organizações feitas pelos indígenas para garantirem seus direitos, resultantes de reuniões, assembleias, encontros de lideranças para discutir assuntos e planos que melhorem cada vez mais a legislação que ampara esses povos.

Segundo a Resolução CEB Nº 3, de 10 de novembro de 1999:

O investimento em infraestrutura das escolas, transporte escolar, merenda e outras adaptações de programas de financiamentos já existentes no Ministério da Educação. Além disso, previa, em dois anos a criação nas secretarias estaduais de educação, setores responsáveis pela educação indígena.

Contudo, no que concerne a garantia da efetividade das leis já existentes, ainda existem dúvidas. O direito constituído faz com que a população indígena tenha garantia de boa educação ao alcance de todos os alunos, sendo concedido a esse público o direito de efetivação de políticas que lhes atenda da melhor forma, garantindo suas especificidades. Questionamentos como se existem ainda outros mecanismos que poderiam ser acionados para que os direitos já explicitados sejam cumpridos? Quais são os impasses e as dificuldades que impedem o direito de ser efetivado? Enfim, para onde caminha todo esse processo?

Com tantos questionamentos que surgem a partir da trajetória feita pelos indígenas, buscamos repostas para saber se com a conquista desses direitos os povos indígenas agora têm uma garantia de valorização e respeito a sua cultura a partir do momento em que essas leis entraram em vigor.

Mesmo sabendo que essas lutas têm pouco apoio, não se pode deixar de lutar e a comunidade indígena ao reivindicar consegue ganhar um pouco de visibilidade quando se organiza em prol de um único objetivo. Uma vez que a lei alcança e legitima como sendo de obrigação do Estado a garantia do ensino de culturas diversas dentro da escola este espaço se torna aparentemente democrático.

4.3 A LEI 11.645/2008

Na tentativa de entender como se dá o processo do ingresso e permanência do indígena dentro do ambiente escolar, na busca de uma maior compreensão sobre o que está previsto na Lei e o que foi feito para tratar desse assunto tão específico e peculiar, no âmbito da escola. Vislumbrando como essa Lei é colocada em prática, quais as dificuldades encontradas pelos agentes de educação ao implementar o que a normatização impõe. Um estudo aprofundado nos permite verificar os efeitos dessa Lei e o que ela trouxe de modificação para esse ambiente.

É importante entender os passos dados ao longo do tempo, o que avançamos o que deu certo, o que precisa ser corrigido e o que temos de aspiração para o futuro, assim nos será possível mensurar as mudanças obtidas ao longo desse tempo. E o espaço escolar é de fato um ambiente que nos permite ter falas, vivenciar aprendizados, é necessário vermos esse espaço como local de possíveis mudanças, local promissor.

Não esquecendo das vivências dentro da escola, do papel que desenvolve cada grupo que está diretamente envolvida no processo de emancipação, descoberta e conhecimento, o professor, o aluno, a equipe de apoio, a gestão, e cada um tem função primordial para que haja êxito na implementação da Lei e na efetivação da mesma no dia a dia da escola. Faz-se necessário que tenhamos diálogos que nos permitam perceber a necessidade de se ter práticas educativas que envolvam a aceitação e o respeito ao diferente dentro do âmbito escolar, que esse ambiente por mais hostil que possa parecer somente a ação de homem pode modificar, uma ação voltada para o desenvolvimento de seres críticos, emancipados capazes de expor sua opinião, ter um posicionamento respeitoso diante das mais diversas diferenças que possa encontrar em sua trajetória, tendo em mente que a escola não somente ensina conteúdos, mas traz ensinamento para vida.

A Lei 11.645/2008 que altera a Lei 9.394/1996, antes modificada pela Lei 10.639/2003, estabelece:

as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira e indígena”.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira, o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.”

A obrigatoriedade de inclusão de conteúdo, que tratassem a temática indígena e afro brasileiras nas escolas trouxe consigo fatores determinantes de mudanças no cotidiano escolar, que vão desde a elaboração de material didático a capacitação de pessoal para que houvesse êxito na efetivação do texto da lei dentro do ambiente escolar. De fato, é que seja desafiador, uma vez que já tínhamos um currículo em suma consolidado, com pouca abertura para diálogos e princípios referentes a grupos específicos que vinham ganhando espaço em todos os segmentos da sociedade.

A escola passa a ser então um local de mudanças em variados âmbitos, e esse desafio vai proporcionar aos grupos menores uma possível presença/existência dentro dos mais inimagináveis locais, para se discutir cultura, costumes, crenças, assuntos antes ignorados por quase toda a sociedade. A partir da implementação da Lei esses grupos passam a ter uma tímida visibilidade, o que dará a possibilidade de existir para a sociedade. A mesma ainda estabelece que todas as atividades voltadas para se entender a participação de grupos afro, indígenas e outros no espaço escolar, deve ser pensada em grupo, para não haja discriminação.

A realidade é que enquanto sociedade falhamos em alguns aspectos, a busca incessante pela existência e predominância de nossa cultura fez com que algum modo olhássemos para o outro com desprezo, pelo simples fato de o outro não compartilhar de nossas aspirações, não acreditar no que acreditamos e não viver como vivemos.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC):

Reconhecimento implica justiça e iguais direitos sociais, civis, culturais e econômicos, bem como valorização da diversidade daquilo que distingue os negros dos outros grupos que compõem a população brasileira. E isto requer mudança nos discursos, raciocínios, lógicas, gestos, posturas, modo de tratar as pessoas negras. Requer também Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana que se conheça a sua história e cultura apresentadas, explicadas, buscando-se especificamente desconstruir o mito da democracia racial na sociedade brasileira (BRASIL, 2004, pp. 11-12).

Tais conteúdos deviam tratar de todos os aspectos que caracterizam a originalidade de cada grupo, dessa forma o desafio ficava cada vez maior, uma escola que fala de luta de povos indígenas, negros e outros grupos no mínimo tem sua identidade consolidada. Porém a tarefa não é tão simples como parece, pois quem pensa os conteúdos dos livros didáticos, os materiais de trabalho de cada docente, a estrutura educacional de cada escola tem que entender amplamente sobre cada grupo.

Matos (2016) ressalta que com a implementação da lei a sala de aula dá ao professor a oportunidade, de promover debates que abordem a temática indígena, com a proposta de desfazer as histórias inverídicas repassadas/contadas ao longo do tempo, por personagens que de um modo ou de outro simplesmente não conhecem ou omitem os fatos de ter uma história iniciada de forma desrespeitosa.

A real existência dessa oportunidade dá ao professor espaço, parceria, ambiente e outros aspectos que ele poderá encontrar dentro da sala de aula para trabalhar a temática indígena e outros temas referente a outros grupos, que sofrem de alguma forma preconceito em favor de seu modo de vida, sua cultura, sexo entre outros tantos grupos definidos dentro da sociedade.

A escola é o ponto de contato das culturas, pois é nesse espaço que temos a possibilidade de encontrar variados tipos de culturas, línguas, etc. Dessa forma como educadores devemos estar preparados para perceber tamanha dimensão de saberes e saber como abordar com cada um, partindo do preceito de que o respeito deve estar sempre em primeiro lugar. Freire (2009, p. 15) afirma que quando o indígena ingressa na escola do não índio é como se fossem dois mundos que se encontram, porém não se mesclam, com identidades diferentes em um mesmo ambiente. De certa forma isso apresenta um conflito que somente pode ser mediado através do docente no intuito de que aconteça o respeito entre ambos. E essa mediação deve vir como forma a não

efetivar a morte da cultura de ambas as partes e sim o fortalecimento, entendimento e respeito ao outro.

Freire (2009), em seus escritos sobre a Pedagogia da autonomia apresenta uma ideia de docente que estimule seus alunos a não se conformarem com o que é dito, como se fosse uma verdade absoluta. Para Freire o docente deve ser aquele que incentiva e aguça a curiosidade de seus alunos, enfatizando que esse deve ser o papel do educador, sempre na perspectiva de induzir a autonomia de cada sujeito. Diante disso, compreendemos que temos uma grande responsabilidade junto a nosso alunado, pois quando assumimos o papel de mediadores do saber, estamos nos responsabilizando pelo crescimento e estímulo desses sujeitos que irão ingressar em uma sociedade que vive uma real explosão de crescimento e desenvolvimento diário.

Sabemos que, como bem coloca Freire (2009, pg. 26), a adaptação da escola do não índio para o indígena ainda é um processo um tanto confuso e em construção. Aponta a responsabilidade do poder público de implantação de escola bilíngues, interculturais e diferenciadas para o recebimento desse público. É de grande importância que haja esse atendimento específico dentro das escolas, pois sabemos que há necessidade, já que a escola recebe uma demanda de alunos advindos de comunidades indígenas, que saem de suas comunidades e querem estar no ambiente escolar e serem respeitados, entendidos, ouvidos e compreendidos, não querem ser figuras ocultas e nem vistas como diferentes e sim estarem inclusos, não integrados.

Para Freire (2009, pag. 39) estas escolas já estão com seus currículos estruturados quase sempre sem abertura para o diálogo, sem o mínimo de entendimento sobre o que pode ser feito com toda essa diversidade. Com isso a escola que deveria ser um local onde o aluno se sinta acolhido e ajudado será um local de frustração, o que vai absolutamente contra o que, de fato, entendemos por essência do ensino e contradiz o que entendemos por missão do ensino.

Isso nos traz grandes prejuízos como sociedade, onde ao invés de articularmos um pensamento crítico e livre de preconceitos acabamos por fortalecer a exclusão dos indivíduos.

Carrano (2008) alerta para o fato de não haver comunicabilidade dentro do ambiente escolar, o que para ele é o elemento essencial para a prática do entendimento e respeito à cultura do outro. O autor vai classificando os atores desse processo como os protagonistas de uma história contada por cada grupo com uma versão diferente e que não conversam entre si. Ainda segundo Carrano, há uma

grande influência dos grupos identitários, que preconizam conceitos de forma a definir o que os indivíduos devem querer seguir e acreditar e, nesse processo, o educador é fundamental como auxiliar para o crescimento e a formação.

A presença e influência didática do educador é de crucial importância nesse processo, o espaço escolar deve proporcionar ao aluno entendimento suficiente para que ele consiga conviver, respeitar e compreender o próximo, ainda que seja de cultura diferente da dele, e isso só será possível através do comprometimento do educador com a formação acadêmica e humana de seu aluno.

4.4 A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

A BNCC (Base Nacional Comum Curricular) é o documento que tem como seu maior objetivo normatizar as regras da educação, no que diz respeito a efetivação da Lei em cada modalidade de ensino. Nela está resumido as principais regras e objetivos a serem alcançados dentro do âmbito educacional, no que se refere a educação básica, garante ainda que cada aluno seja alcançado em qualquer localidade e nível de ensino, e que todos os direitos sejam garantidos e efetivados. Esta subsidiada pela LDB (Lei nº 9.493/1996), garantindo todos os princípios éticos e morais, que visam a formação humana emancipadora e crítica de cada indivíduo que compõe esta sociedade, com o propósito de ajudar a construir um mundo que tenha um viés democrático e humano fortificado.

Em suma, este documento foi pensado para garantir que todas as crianças, em qualquer localidade do Brasil, tenham ensino de igual forma, tenha acesso a educação de igual modo, assegura que os ensinamentos das escolas devem primar o desenvolvimento de cada sujeito garantindo que o melhoramento de cada um seja significativo e esteja sempre em prioridade. O trabalho ser desenvolvido a partir dos textos da BNCC e deve andar em consonância com cada realidade, sempre lembrando que cada aluno aprende de uma forma diferente, porém os caminhos devem ser os mesmos. Este documento visa ainda acompanhar o desenvolvimento de cada indivíduo para que haja êxito na proposta apresentada pela BNCC.

Nesse sentido, espera-se que a BNCC ajude a superar a fragmentação das políticas educacionais, enseje o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo e seja balizadora da qualidade da educação. Assim, para além da garantia

de acesso e permanência na escola, é necessário que sistemas, redes e escolas garantam um patamar comum de aprendizagens a todos os estudantes, tarefa para a qual a BNCC é instrumento fundamental. (BNCC, 2017, p.08)

A tentativa de melhorar o ensino se apresenta como um dos principais objetivos da BNCC. Trabalha principalmente para garantir que as políticas públicas voltadas para a educação sejam em suma eficientes e igualitárias, visando sempre o crescimento e desenvolvimento dos alunos de cada seguimento educacional. \

Em seu escopo se ocupa para que as políticas que a nivela sejam fortalecidas e estejam sempre em acordo visando a melhoria da educação. A defesa desse documento é para que todos tenham direito de aprender de igual forma, considerando cada realidade de espaço, trajetória e outros interesses que estejam ligados diretamente a educação dentro da sociedade.

Este documento traz um norte que consideramos em suma essencial para o fortalecimento da educação básica. Para a (BNCC) é de relevante importância a valorização e utilização dos conhecimentos historicamente construídos, pois entende-se que cada indivíduo da sociedade tem uma história a ser contada e a valorização dessa história é o que deve mover o crescimento de cada seguimento envolvido nesse processo.

A BNCC, em suma, objetiva o melhoramento da educação em todos os aspectos, afirmando que exercitar a curiosidade do aluno é uma prática saudável e necessária para a atualidade, e essa curiosidade deve vir atrelada a uma reflexão crítica, a uma análise criativa e uma formação de opinião consolidada, pois considera que seja a partir desse movimento que a criança possa avançar em conhecer. Dessa forma será possível formar cidadãos críticos, capazes de expressar opiniões sem ferir ou ofender ninguém, com consciência de classe que seja absolutamente humano e sensível a questões diversas e adversas, que certamente se apresentará durante seu caminho.

A Constituição de 1988 em seu artigo 210 regulamenta que.

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

§2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. (BRASIL, 1988).

A BNCC está alicerçada em grande parte de seus textos no que a Constituição de 88 já garante como direto aos educandos, a Formação básica e respeito aos valores históricos e culturais de cada indivíduo, reconhecimento aos conteúdos artísticos e culturais de cada localidade e isso só faz com a consolidação desse documento seja cada vez maior, ela está visivelmente preocupada com a aprendizagem dos alunos, visto que cada um possui forma e tempo diferente de aprender.

Em seu texto é possível verificar como cada processo de ensino é pensado, cada modalidade deve acontecer de acordo com cada realidade visando sempre o desenvolvimento dos indivíduos envolvidos no processo de ensino aprendizagem, e assegura que a educação é direito de todos, é em suma dever do Estado mantê-la.

Para a educação indígena BNCC propõe igualdade, diversidade e equidade. Reconhecendo que o sistema de ensino deve construir currículos que sejam compostos partindo do que se considera que seja fundamental para o crescimento dos sujeitos da sociedade. Considera-se um país ainda com muitas desigualdades sociais, que não pensa seus currículos respeitando as diferenças linguísticas, culturais e sociais encontradas em todos os âmbitos da sociedade. Dessa forma reitera que a educação é o único meio de amenizar o que vemos e vivemos ao nosso redor em todos os setores.

O Brasil, ao longo de sua história, naturalizou desigualdades educacionais em relação ao acesso à escola, à permanência dos estudantes e ao seu aprendizado. São amplamente conhecidas as enormes desigualdades entre os grupos de estudantes definidos por raça, sexo e condição socioeconômica de suas famílias. (BNCC. 2017 p, 15)

O conceito preestabelecido que em muitos casos é preconceituoso e distorce as verdades de cada um, estão presentes em todas os grupos constituídos dentro da sociedade. As consequências disso são as inúmeras violências sofridas por grupos minoritários que estão inclusos/exclusos da sociedade e vão tentando se reerguer da forma que podem.

O que é possível observar é que a BNCC propõe minimização dessas violências quando cita que as atividades pedagógicas devem ser pensadas e voltadas considerando as vivências de cada sujeito, e isso implica dizer que cultura, costumes, religião, localidade tudo que envolve diretamente o sujeito considerado diferente deve ser pensado ao realizar qualquer atividade dentro do espaço educacional.

Expõe que o foco da equidade nesse documento é tentar elaborar conteúdos que revertam a desigualdade sofrida a séculos por grupos indígenas dentro do ambiente escolar, sendo uma classe que convive com o preconceito diário de não serem considerados “normais” apenas pelo fato de não compartilhar das mesmas culturas, costumes e razão ditas certas e únicas por uma sociedade preconceituosa e desrespeitosa em muitos casos. Para a educação escolar indígenas a BNCC aponta que é necessário se pensar e assegurar competências específicas, com base nos princípios da coletividade, reciprocidade, integralidade, espiritualidade e alteridade. (BNCC, 2020. p. 18). Faz se necessário considerar que os desafios que irão surgir a partir dessa proposta serão imensuráveis, porém as mudanças que irão gerar com a aplicação dessas metodologias serão exitosas no que concerne a desconstrução de estereótipos relacionados aos povos indígenas.

A BNCC ainda propõe que cada componente curricular inclua adequadamente em seus conteúdos programáticos atividades que envolvam reconhecimento identitário de cada sujeito, para que se consiga trabalhar a desmistificação de toda fala preconceituosa dita ao longo do tempo, que foi se enraizando em nos enquanto sociedade a respeito dos povos indígenas, negros e outros grupos que compõe a sociedade e são de algum modo, marginalizado em tempo real nos mais variados locais, seja nas escolas, nos locais de trabalho e outros ambientes frequentados pelos mesmos.

Coloca que no caso da Educação indígena o que deve estar assegurado, que as escolas estejam preocupadas em que as referências que contemplem as histórias dos povos originários devem estar contempladas nos currículos dessas escolas, os conhecimentos específicos, as histórias que fazem parte da vida desse povo, seus valores, suas cosmologias assim como tudo que diz respeito aos indígenas. A BNCC (2020), ressalta que a construção de currículos interculturais e bilíngues faz-se necessário e com modificação e adequação em caráter de urgência. Não se pode negar que ainda é muito lenta a adequação e melhoramento dos ambientes escolares

para grupos específicos, e essa realidade não está somente para os indígenas, dessa feita trabalhar para melhorar se faz necessário.

A BNCC (2017, p. 70) afirma que:

Ainda em relação à diversidade cultural, cabe dizer que se estima que mais de 250 línguas são faladas no país – indígenas, de imigração, de sinais, crioulas e afro-brasileiras, além do português e de suas variedades. Esse patrimônio cultural e linguístico é desconhecido por grande parte da população brasileira.

Sabemos que o Brasil é um campo inteiro está imerso nas mais variadas diversidades culturais, e a escola está sendo vista como ponto de encontro dessas diversidades. Estrategicamente há necessidade de se pensar a escola como local ideal para a desconstrução de todo estereótipo criado ao redor da figura do indígena no país. Esses estereótipos estão diretamente ligados a língua falada, cultura, costumes, cosmologias entre outros sinais que caracterizam essa população, dessa forma a BNCC acredita que o investimento em pessoal para que trabalhe com esse objetivo será de grande valia.

Não podemos deixar de citar os estereótipos de figura indígena que estão nos livros didáticos que, de forma geral, não representam nenhuma etnia brasileira.

4.5 O PROCESSO EDUCACIONAL DE RECONHECIMENTO DA IDENTIDADE E A INTERCULTURALIDADE NO ESPAÇO ESCOLAR

A vivência escolar se inicia ainda nos primeiros anos de vida da criança, e se delonga até a idade adulta. Deve-se considerar que tudo o que é dito na escola acaba por se tornar verdade absoluta na vida dos alunos, desse modo tudo o que é dito e feito dentro do ambiente escolar deve ser pensado para gerar seres humanos pensantes, críticos e humanizados não robôs que deem continuidade ao que a sociedade diz ser certo ou errado.

A escola, para Gabriel (2008), além de ser um ambiente de ensino de conteúdos deve ser um ambiente de ensino para vida, conhecimento de mundo, um espaço que ensina vivência. O que deve estar muito claro para os atores da escola é que esse ambiente tem significados para além de conteúdo, são espaços cheios de vivências, experiências, histórias que precisam ser ditas e ouvidas com muita atenção. Nesse sentido a escola passa a ser nossa casa também, é muito de como vemos este

espaço de saber, do encantamento que ele nos proporciona do sentimento que colocamos em nossas ações que vão dando vida ao espaço e de certa forma nos ensina mais do que ensinamos.

É nesse espaço que temos a oportunidade de encontrar as mais variadas culturas, pessoas com identidades distintas e isso vai fazendo com esse espaço se torne cada vez mais especial. Um misto de saberes que precisa ser visto com atenção, enquanto educadores não podemos permitir que a escola se torne um local de partilha de conteúdos apenas, faz necessário observar que este ambiente deve ser aproveitado para se ter as mais lindas lições de vida também.

Freire (2009, p. 43) afirma que cometemos um equívoco quando nos referimos aos indígenas como uma imagem genérica de alguém que está no lugar errado e ignoramos sua língua, sua cultura, além dos vários outros estereótipos a que ligamos a imagem do indígena sem nos preocuparmos sobre quem realmente são e o que de relevante podemos aprender com eles. Nessa perspectiva, perdemos o que de mais precioso e rico poderíamos agregar aos nossos conhecimentos e nos negamos a aprender novas coisas, de novas culturas, novos costumes, pois estamos na maioria das vezes fechados e limitados ao que pensamos saber. Nos negamos a vivenciar o que seria uma rica oportunidade de levar aos nossos alunos o conhecimento de seus antepassados e, quem sabe ajudar na afirmação e conhecimento de sua própria identidade.

Em alguns casos o espaço escolar passa a ser lugar de discriminação e ódio. Quando deveria ser um espaço de afirmação, reconhecimento de identidade e partilha de saberes. É importante percebermos que por mais diversos e complexo que seja o ambiente escolar, faz-se necessário, pensar em formas e meios que façam os alunos internalizarem ao outro.

Nesse movimento “flutuante”, *assimilação e separação* são duas alavancas que todo processo de identificação é obrigado a usar. A identidade torna-se, assim, uma questão de “organização” das coisas: pesquisa de conexões, ajuntamentos, construções, assimilação de coisas separadas, como se se tratasse de um “*puzzle*” (perplexidade) a ser reconstruído. (PIERONI 2014, pg. 102).

O autor se refere a identidade como identificação do indivíduo, aquilo que faz dele o que é realmente é, porém em alguns processos ela pode ser modificada a depender do ambiente em que o indivíduo está inserido. A negação da identidade

também pode aparecer nesse momento onde o indivíduo não encontra apoio para declarar sua identidade e simplesmente opta por se ocultar ou ainda assumir uma identidade onde não se reconhece, para ser aceito em determinado grupo.

Essa dinâmica apesar de não percebermos ele gera ao indivíduo desconforto e dor, uma vez que em muitos casos se ver obrigado a se modificar em busca de aceitação, aprovação ou até mesmo crescimento. Um assunto deveras complexo para ser entendido, pois está além de apenas entendimento é questão de sentimento. Santos 1999, p. 46 afirma que.

A política da identidade assenta em três processos básicos: diferenciação, auto referência e reconhecimento. Qualquer desses processos é difícil de concretizar nas condições em que tem operado os sistemas de desigualdade e de exclusão da modernidade capitalista.

A atualidades dos fatos, tem gerado na sociedade vários comportamentos, a discursão sobre o reconhecimento indenitário dos indivíduos dentro dessa sociedade classista e egocêntrica, tem relevância incomparável. Um jovem saído de sua comunidade e vivencia com familiares está absolutamente alheio aos acontecimentos desse mundo, chega em uma sala de aula que não o reconhece enquanto um ser capaz de mostrar sua identidade e se assumir enquanto diferente, pois não encontra apoio em seus colegas que também não o reconhecem enquanto ser humano com costumes, cultura, fala diferentes do que a sociedade diz ser o correto, observamos aqui o entrave e o prejuízo causado a este jovem.

O processo de reconhecimento de uma cultura e conhecimento de outra dentro de um mesmo ambiente, ou seja, a interculturalidade, se desenvolve deixando confortáveis os variados tipos de cultura, claro que as culturas podem se fundir sem perder sua essência, isso é essencial saber. O conhecimento é elemento fundamental nessa modalidade, uma vez que ocasiona o acesso e dá livre passagem para que os sujeitos se conheçam e se entendam de forma a respeitar o outro como um ser único e que tem total liberdade de ser exatamente quem é, sem precisar se adequar para poder ser aceito em outro grupo.

Pieroni (2014, p. 101) afirma que a identidade é uma dimensão a cuja complexidade e complicação se acrescenta, portanto, contextualmente, a multiplicidade étnica e cultural com que as modernas sociedades se misturam, seja na qualidade, seja na quantidade das formas.

O ser humano é complexo em toda sua existência, culturalmente diferente em qualquer sociedade que viva, as diferenças irão surgir, em face de sua existência complexa, não podemos de modo algum jogar o outro por não ter a cultura semelhante a nossa. Porém assim não se faz e da forma mais desumana existente simplesmente excluímos, fazendo com o outro não se sinta parte da sociedade que só existe exatamente por causa da diversidade cultural, que de tão modernas vão perdendo a essência da fraternidade, respeito e solidariedade com o outro.

E a escola enquanto espaço de saber, aprendizado e sobretudo crescimento, deve sim ter papel fundamental e responsável na construção desse ser humano. Os caminhos no qual cada o indivíduo decide entrar deve ser reflexo do que se aprende na escola, enquanto espaço de construção e afirmação identitária. As vivências dentro desse espaço irão ter extensão fora da escola, desse modo cada um irá expressar aquilo que aprendeu e internalizou durante sua vida escolar.

Freire (2009, p. 46) explica que é um grande desafio pensar uma escola intercultural, com modelo que se configura como inclusivo, uma vez que a escola reflete um modelo absolutamente classista, que atende ao interesse de uma minoria opressora, com práticas pensadas de cima para baixo sempre em detrimento das classes menos favorecidas. E consegue em seu âmbito ignorar as culturas advindas de indígenas, negros entre outras tantas culturas tão ricas que se mesclam no ambiente escolar.

A escola enquanto espaço de encontro de culturas deve ser também espaço de afirmação e reconhecimento de identidade, o indivíduo precisar poder contar com esse ponto de apoio dentro do ambiente escolar. Mesmo sabendo que a proposta inicial de formação do currículo escolar não estava preocupada com o ingresso de diversas culturas e povos, esta configuração precisa ser atualizada para que o êxito escolar seja alcançado. Que é formar cidadãos, críticos, humanizados, politicamente ativos que lutem por seus direitos se reconheçam e afirmem suas identidades, para que não seja necessário se desfazerem de quem são em função do que a sociedade ou um grupo diz que seja melhor.

Candau (2012, p. 236) afirma que existem variadas situações em que alunos com determinadas marcas identitárias são rejeitados e viram objetos de discriminação. Isso nos remete à realidade do ambiente escolar, onde professores em muitos casos não sabem lidar com as diferenças entre seus alunos. E quando se fala em diferenças não falamos do professor fazer com seu aluno exclua o colega por ser

diferente e sim em incentivar o aluno a aprender algo novo com o colega que ele julga diferente, para que ele veja que a diferença está nos olhos de quem vê e esse olhar pode ser preconceituoso ou não, isso depende de cada um.

As marcas identitária como coloca a autora fazem com os seres humanos se tornem diferentes, cada um olha a partir de sua ótica, tem um julgamento para os indivíduos dentro dessa sociedade, o intrigante é o fato de pensar que nós seres humanos acreditamos que nossa cultura é melhor que a do outro, e que o meu colega para ser alguém precisa se adequar a minha cultura, costumes e crenças para existir enquanto ser humano. (Santos 1999, p. 44).

Daí, o novo imperativo categórico que, em meu entender, deve presidir a uma articulação pós-moderna e multicultural das políticas de igualdade e de identidade: temos o direito a ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza.

Em um mundo onde ser diferente em muitos casos é sinônimo de correr risco a afirmação da identidade não é prioridade para muitos. Os relatos em função do não respeito a diversidade cultural, religiosa entre outras tem gerado discussões desafiadoras no Brasil. Centro de muitas misturas étnicas o país precisa avançar muito em relação ao que se entende por respeito a diversidade. Os negros, os indígenas e muitos outros grupos que se identificam como diferente por terem vivências, costumes e vida que se caracteriza como diferente por não ser igual aos demais grupo.

Meliá (1997, p. 22) questiona a alteridade do indígena partindo do que sabemos sobre ele. Discute sobre a imagem que temos dos indígenas como se fossem todos iguais, classificando esse comportamento de generalização gratuita e falsa. O que ouvimos e vemos sobre a cultura indígena se limita ao ambiente escolar e aos livros didáticos, que quase em sua totalidade retratam o indígena como uma imagem ultrapassada, grotesca e estereotipada. Em muitos dos casos, não há uma clareza do docente em relação ao que seria cultura. Limitam-se ao que os livros didáticos contam e não se preocupam em fazer uma pesquisa mais consolidada sobre o assunto, no intuito de desconstruir o preconceito existente e reafirmar as inúmeras possibilidades de reconhecimento e respeito ao outro.

Desse modo a história dos índios vai se perpetuando de forma equivocada, a real beleza e essência dessa história não é dita, de forma que matamos o passado,

aniquilamos o modo de vida presente e não damos nenhuma esperança e perspectiva para o futuro. Meliá (1997, p. 27) afirma que educar “indigenamente” é uma fonte de inspiração e não uma simples condescendência para povos minoritários. Não perceber a cultura indígena e sua riqueza é, de fato, um comportamento de pura ignorância, é não conhecer a própria história e se perder em meio a o que dizem sobre eles como sendo uma verdade absoluta.

O que de fato o que nos falta como sociedade é reflexão, conhecimento e informação. Entender o próximo e agir com respeito independente da cultura, do modo de vida, do jeito de vestir, falar, agir, cada um tem sua peculiaridade e respeito é o mínimo que devemos ter. E o ambiente escolar deve ser usado como meio de viabilizar esses ensinamentos, garantindo a seus alunos uma educação de qualidade, que apresente os meios necessários para que o sujeito desenvolva um aprendizado significativo e não só aprendizado de teoria, mas de vivência harmoniosa na sociedade.

Para tanto é necessário se ter uma sujeitos comprometidos, que ensinem a valorização da essência e não a naturalidade do preconceito, que estejam preocupados com a perpetuação dos conhecimentos de nossos ancestrais, nossa história, pensando que sempre podemos enquanto educadores contribuir de forma consolidada para nosso alunado consiga internalizar não somente conteúdos, mas o conhecimento de mundo.

CAPÍTULO V – A ESCOLA MUNICIPAL CRISTÓVÃO COLOMBO PARA OS WAIWAI

A escola Municipal Cristóvão Colombo¹¹, onde ocorreu a pesquisa, é uma Instituição Educacional, vinculada à secretaria municipal de educação do Município de São João da Baliza- RR e está localizada na vicinal 29 km 15, área rural do Município.

Fundada em dezembro de 1991 a escola foi pensada para atender, as famílias de agricultores residentes nas proximidades dela, uma vez que sua localidade está afastada da área urbana e possui um número expressivo de alunos a ser atendido. Tem cadastro ativo no INEP: 14004380 e atende o ensino fundamental I e II. Seus turnos de funcionamento estão divididos em matutinos e vespertinos.

A escola atende atualmente um quantitativo de 87 alunos distribuídos em dois turnos, sendo o matutino com 47 alunos e o vespertino com 40 alunos, do total 32 são indígenas. A mesma conta em seu quadro de 15 funcionários: 07 professores, 01 assistente de aluno, 02 motoristas, 02 zeladores, 01 copeira, 01 assistente de sala de aula e 01 gestora.

Sua estrutura física é totalmente construída em alvenaria, possui energia elétrica instalada, é formada por 05 salas de aula, 01 refeitório, 01 copa com dispensa, 01 dois banheiros, 01 sala de secretaria com banheiro, 01 sala de almoxarifado.

Tem como principal missão contribuir com uma instrução de qualidade, tornando o aluno um cidadão consciente e emancipado capaz de agir, pensar, com autonomia articulando-se na sociedade com responsabilidade e acreditando nas suas potencialidades. Dentro dessa linha de pensamento a visa-se ter uma educação de qualidade sempre pensando no bem comum, em busca de entendimento coletivo, politização do indivíduo e construção de cidadãos humanamente capazes de formular sua opinião e se posicionar frente aos desafios impostos pela sociedade. Está inserida em um perfil de escola especialmente diferenciada, por ser uma escola Municipal que tem seu atendimento em área rural e recebe alunos advindos de comunidades indígenas, o que deixa sua missão ainda mais específica. A escola Cristóvão Colombo tem como principal objetivo a formação integral do educando formando cidadãos responsáveis e capazes de viver em sociedade. Visa principalmente a busca de

¹¹ Informações obtidas no PP da escola.

excelência no ensino e através das práticas pedagógicas desenvolvidas n ambiente escolar formar cidadãos autônomos.

Para que possamos identificar se objetivo geral, segue os planos de aulas do 6º ao 9º Ano, onde será identificado em cada um dos anos, por bimestre o conteúdo abordado referente ao tema pesquisado, seguido do PPP da Escola e o projeto existentes na escola.

5.1 PLANOS DE CURSO

Em análise os planos de curso do 6º Ano ao 9º ano verificando se nos quatro anos está planejado atender a Lei 11.645/2008.

A disciplina de História em cada ano possui 80 horas, sendo 20 horas bimestrais, com 2 horas semanais.

No plano do 6º ano pode-se constatar que nos 1º e 2º Bimestre aborda a questão indígena dentro da sala de aula:

Quadro 1 - Plano de aula do 6º ano - 1º bimestre

HISTÓRIA: TEMPO, ESPAÇO E FORMAS DE REGISTROS	A questão do tempo, sincronias e diacronias: reflexões sobre o sentido das cronologias	(EF06HI01) <u>Identificar diferentes formas de compreensão da noção de tempo para diversos tipos de comunidades, especialmente para as comunidades indígenas locais e de periodização dos processos históricos (continuidades e rupturas).</u>	
		(EF06HI02) <u>Identificar as comunidades indígenas locais enfatizando suas tradições, práticas culturais e lutas por reconhecimento.</u>	
	Formas de registro da história e da produção do conhecimento histórico	(EF06HI03) <u>Identificar a gênese da produção do saber histórico e analisar o significado das fontes que originaram determinadas formas de registro em sociedades e épocas distintas e para distintas sociedades, incluindo as sociedades indígenas, africanas, ocidentais e orientais.</u>	
		As origens da humanidade, seus deslocamentos e os processos de sedentarização	(EF06HI04) Identificar as hipóteses científicas sobre o surgimento da espécie humana e sua historicidade analisando os significados dos mitos de fundação do mundo e da origem do ser humano tais como o Criacionismo hebreu, histórias indígenas e africanas, entre outros.
			(EF06HI05) Conhecer as teorias sobre a origem do homem americano do ponto de vista científico assim como as histórias indígenas relacionadas a essa origem.

Quadro 2 - Plano de aula 6º ano - 2º bimestre

HISTÓRIA: TEMPO, ESPAÇO E FORMAS DE REGISTROS	As origens da humanidade, seus deslocamentos e os processos de sedentarização.	(EF06HI06) <u>Descrever modificações da natureza e da paisagem realizadas por diferentes tipos de sociedade, com destaque para os povos indígenas originários e povos africanos, e discutir a natureza e a lógica das transformações ocorridas especialmente na região Amazônica.</u>
		(EF06HI07) Identificar geograficamente as rotas de povoamento no território americano destacando o povoamento do atual estado de Roraima através do Rio Branco.
A INVENÇÃO DO MUNDO CLÁSSICO E O CONTRAPONTO COM OUTRAS SOCIEDADES	Povos da Antiguidade na África (egípcios), no Oriente Médio (mesopotâmicos) e nas Américas (pré-colombianos).	(EF06HI08) <u>Identificar aspectos e formas de registro das sociedades antigas na África, no Oriente Médio e nas Américas, distinguindo alguns significados presentes na cultura material e na tradição oral dessas sociedades, considerando como ponto de partida as formas de registro dos povos indígenas locais.</u>
	Os povos indígenas originários do atual território brasileiro e seus hábitos culturais e sociais.	(EF06HI09) <u>Identificar os espaços territoriais ocupados e os aportes culturais, científicos, sociais e econômicos dos astecas, maias e incas e dos povos indígenas de diversas regiões brasileiras, especialmente dos povos indígenas da região Amazônica além da ocupação do espaço territorial do Vale do Rio Branco pelos lusitanos e a criação do município de Boa Vista.</u>

No plano do 7º ano pode-se constatar que o 1º, 2º e 3º Bimestre aborda a questão indígena na sala de aula:

Quadro 3 - Plano de aula 7º ano - 1º bimestre

O MUNDO MODERNO E A CONEXÃO ENTRE SOCIEDADES AFRICANAS, AMERICANAS E EUROPEIAS	A construção da ideia de modernidade e seus impactos na concepção de História	(EF07HI01) Explicar o significado de – modernidade e suas lógicas de inclusão e exclusão, com base em uma concepção europeia além da influência dessa concepção em outros continentes.
	A ideia de “Novo Mundo” ante o Mundo Antigo: permanências e rupturas de saberes e práticas na emergência do mundo moderno	(EF07HI02) Identificar conexões e interações entre as sociedades do Novo Mundo, da Europa, da África e da Ásia no contexto das navegações e indicar a complexidade e as interações que ocorrem nos Oceanos Atlântico, Índico e Pacífico observando, principalmente, o papel das <u>populações ameríndias</u> nesses processos, particularmente as da Amazônia.
	Saberes dos povos africanos e pré-colombianos expressos na cultura material e imaterial	(EF07HI03) Identificar aspectos e processos específicos das sociedades africanas e americanas antes da chegada dos europeus, com destaque para as formas de organização social e o desenvolvimento de <u>saberes e técnicas observando formas de organização social, de saberes e técnicas dos grupos indígenas em Roraima.</u>
HUMANISMO, RENASCIMENTOS E O NOVO MUNDO	Humanismos: uma nova visão de ser humano e de mundo Renascimentos artísticos e culturais	(EF07HI04) Identificar as principais características do Humanismo e do Renascimento e analisar seus significados considerando que tais questões são originárias na Europa sendo transmitidas através das interações culturais (sociais e religiosas) e influenciaram o contexto americano de forma direta.

	Reformas religiosas: a cristandade fragmentada	(EF07HI05) Identificar e relacionar as vinculações entre as reformas religiosas e os processos culturais e sociais do período moderno na Europa e na América observando o papel das missões e da Inquisição na Amazônia Colonial.
--	---	---

Quadro 4 - Plano de aula 7º ano - 2º bimestre

HUMANISMO, RENASCIMENTO E O NOVO MUNDO	As descobertas científicas e a expansão marítima.	(EF07HI06) Comparar as navegações no Atlântico e no Pacífico entre os séculos XIV e XVI observando as mudanças sociais e culturais, as interações entre povos distintos, relações de poder e de domínio decorridos das mesmas.
A ORGANIZAÇÃO DO PODER E AS DINÂMICAS DO MUNDO COLONIAL AMERICANO	A formação e o funcionamento das monarquias europeias: a lógica da centralização política e os conflitos na Europa A conquista da América e as formas de organização política dos indígenas e europeus: conflitos, dominação e conciliação	(EF07HI07) Descrever os processos de formação e consolidação das monarquias e suas principais características com vistas à compreensão das razões da centralização política especialmente no que se refere a formação das identidades nacionais.
		(EF07HI08) Descrever as formas de organização das sociedades americanas no tempo da conquista com vistas à compreensão dos mecanismos de alianças, confrontos e resistências e em especial, <u>as populações indígenas da região Amazônica e de onde atualmente é o Estado de Roraima.</u>
		(EF07HI09) Analisar os diferentes impactos da conquista europeia da América para <u>as populações ameríndias e identificar as formas de resistência considerando também, as formas de resistência que os indígenas da região Amazônica, especialmente da região onde atualmente é o Estado de Roraima, desenvolveram contra o colonizador.</u>

Quadro 5 - Plano de aula 7º ano - 3º bimestre

A ORGANIZAÇÃO DO PODER E AS DINÂMICAS DO MUNDO COLONIAL AMERICANO	A estruturação dos vice-reinos nas Américas Resistências indígenas, invasões e expansão na América portuguesa	(EF07HI10) Analisar, com base em documentos históricos, diferentes interpretações sobre as dinâmicas das <u>sociedades americanas no período colonial, considerando as populações indígenas da região Amazônica e em Roraima.</u>
		(EF07HI11) Analisar a formação histórico-geográfica do território da América portuguesa por meio de mapas históricos com destaque para as ocupações portuguesas da região Amazônica, especialmente da região onde atualmente é o estado de Roraima.
		(EF07HI12) Identificar a distribuição territorial da população brasileira em diferentes épocas, considerando a diversidade étnico-racial e étnico-cultural (<u>indígena, africana, europeia e asiática</u>) em especial, <u>a diversidade presente na região Amazônica e na região do atual estado de Roraima.</u>

LÓGICAS COMERCIAIS E MERCANTIS DA MODERNIDADE	As lógicas mercantis e o domínio europeu sobre os mares e o contraponto oriental	(EF07HI13) Caracterizar a ação dos europeus e suas lógicas mercantis visando ao domínio no mundo atlântico especialmente no que se refere ao papel da América nesse contexto.
--	---	---

No 2º, 3º e 4º Bimestre aborda a questão indígena no plano do 8º ano:

Quadro 6 - Plano de aula 8º ano - 2º bimestre

OS PROCESSOS DE INDEPENDÊNCIA NAS AMÉRICAS	Independências na América espanhola: • A revolução dos escravizados em São Domingo e seus múltiplos significados e desdobramentos: o caso do Haiti Os caminhos até a independência do Brasil A tutela da população indígena, a escravidão dos negros e a tutela dos egressos da escravidão	(EF08HI08) Conhecer o ideário dos líderes dos movimentos independentistas e seu papel nas revoluções que levaram à independência das colônias hispano-americanas assim como seus desdobramentos nas relações de poder estabelecidas após a independência.
		(EF08HI09) Conhecer as características e os principais pensadores do Pan-americanismo observando as influências desses pensadores no contexto social, político e econômico americano.
		(EF08HI10) Identificar a Revolução de São Domingo como evento singular e desdobramento da Revolução Francesa e avaliar suas implicações.
		(EF08HI11) Identificar e explicar os protagonismos e a atuação de diferentes grupos sociais e étnicos nas lutas de independência no Brasil, na América espanhola e no Haiti.
		(EF08HI12) Caracterizar a organização política e social no Brasil desde a chegada da Corte portuguesa, em 1808, até 1822 e seus desdobramentos para a história política brasileira, especialmente para região Amazônica.
		(EF08HI13) Analisar o processo de independência em diferentes países latino-americanos e comparar as formas de governo neles adotadas.
		(EF08HI14) <u>Discutir a noção da tutela dos grupos indígenas e a participação dos negros na sociedade brasileira do final do período colonial, identificando permanências na forma de preconceitos, estereótipos e violências sobre as populações indígenas e negras no Brasil e nas Américas, especialmente ações desencadeadas na região Amazônica e no território onde atualmente é o estado de Roraima.</u>

Quadro 7 - Plano de aula 8º ano - 3º bimestre

O BRASIL NO SÉCULO XIX	Brasil: Primeiro Reinado O Período Regencial e as contestações ao poder central	(EF08HI15) Identificar e analisar o equilíbrio das forças e os sujeitos envolvidos nas disputas políticas durante o Primeiro e o Segundo Reinado considerando acontecimentos relacionados com a ocupação da Amazônia.
		(EF08HI16) Identificar, comparar e analisar a diversidade política, social e regional nas rebeliões e

<p>O Brasil do Segundo Reinado: política e economia</p> <ul style="list-style-type: none"> • A Lei de Terras e seus desdobramentos na política do Segundo Reinado • Territórios e fronteiras: a Guerra do Paraguai 	<p>nos movimentos contestatórios ao poder centralizado observando seus desdobramentos.</p>
	<p>(EF08HI17) Relacionar as transformações territoriais, em razão de questões de fronteiras, com as tensões e conflitos durante o Império, incluindo as transformações na região Amazônica e no atual território de Roraima.</p>
	<p>(EF08HI18) Identificar as questões internas e externas sobre a atuação do Brasil na Guerra do Paraguai e discutir diferentes versões sobre o conflito assim como seus desdobramentos na econômica, sociedade e política do Brasil.</p>
<p>O escravidão no Brasil do século XIX: plantations e revoltas de escravizados, abolicionismo e políticas migratórias no Brasil Imperial</p>	<p>(EF08HI19) Formular questionamentos sobre o legado da escravidão nas Américas, com base na seleção e consulta de fontes de diferentes naturezas considerando a luta da população negra por direitos e cidadania.</p>
	<p>(EF08HI20) Identificar e relacionar aspectos das estruturas sociais da atualidade com os legados da escravidão no Brasil e discutir a importância de ações afirmativas, especialmente para sociedade de Roraima e da região Amazônica.</p>
<p>Políticas de extermínio do indígena durante o Império</p>	<p>(EF08HI21) Identificar e analisar as políticas oficiais com relação ao indígena durante o Império especialmente as que impactaram diretamente nos grupos indígenas da região Amazônica, em especial os de Roraima.</p>

Quadro 8 - Plano de aula 8º ano - 4º bimestre

<p>CONFIGURAÇÕES DO MUNDO NO SÉCULO XIX</p>	<p>A produção do imaginário nacional brasileiro: cultura popular, representações visuais, letras e o Romantismo no Brasil</p>	<p>(EF08HI22) Discutir o papel das culturas letradas, não letradas e das artes na produção das identidades no Brasil do século XIX considerando a região amazônica nesse contexto.</p>
	<p>Nacionalismo, revoluções e as novas nações europeias</p>	<p>(EF08HI23) Estabelecer relações causais entre as ideologias raciais e o determinismo no contexto do imperialismo europeu e seus impactos na África e na Ásia.</p>
	<p>Uma nova ordem econômica: as demandas do capitalismo industrial e o lugar das economias africanas e asiáticas nas dinâmicas globais</p>	<p>(EF08HI24) Reconhecer os principais produtos, utilizados pelos europeus, procedentes do continente africano durante o imperialismo e analisar os impactos sobre as comunidades locais na forma de organização e exploração econômica.</p>
	<p>Os Estados Unidos da América e a América Latina no século XIX</p>	<p>(EF08HI25) Caracterizar e contextualizar aspectos das relações entre os Estados Unidos da América e a América Latina no século XIX, destacando a importância da região amazônica nessas relações.</p>
	<p>O imperialismo europeu e a partilha da África e da Ásia Pensamento e cultura no século XIX: darwinismo e racismo</p>	<p>(EF08HI26) Identificar e contextualizar o protagonismo das populações locais na resistência ao imperialismo na África e Ásia.</p>

	<p>O discurso civilizatório nas Américas, o silenciamento dos saberes indígenas e as formas de integração e destruição de comunidades e povos indígenas</p> <p>A resistência dos povos e comunidades indígenas diante da ofensiva civilizatória</p>	<p><u>(EF08HI27) Identificar as tensões e os significados dos discursos civilizatórios, avaliando seus impactos negativos para os povos indígenas originários e as populações negras nas Américas, especialmente para as populações indígenas da região Amazônica do Brasil.</u></p>
--	---	--

No plano do 9º ano no 2º e 4º Bimestre abordam a questão indígena na sala de aula:

Quadro 9 - Plano de aula 9º ano - 2º bimestre

<p>O NASCIMENTO DA REPÚBLICA NO BRASIL E OS PROCESSOS HISTÓRICOS ATÉ A METADE DO SÉCULO XX</p>	<p>O período varguista e suas contradições</p> <p>A emergência da vida urbana e a segregação espacial</p> <p>O trabalhismo e seu protagonismo político</p>	<p>(EF09HI07) Analisar os motivos e resultados da criação do Território do Rio Branco (atual Roraima) relacionando-os a perspectiva do governo de Vargas.</p>
	<p>A questão indígena durante a República (até 1964)</p> <p>Anarquismo e protagonismo feminino</p>	<p>(EF09HI08) <u>Identificar e explicar, em meio a lógicas de inclusão e exclusão, as pautas dos povos indígenas, no contexto republicano (até 1964), e das populações afrodescendentes no Brasil como um todo, especialmente na região Amazônica e em Roraima.</u></p> <p>(EF09HI09) Identificar as transformações ocorridas no debate sobre as questões da diversidade no Brasil durante o século XX e compreender o significado das mudanças de abordagem em relação ao tema considerando, particularmente, o papel das mulheres na sociedade roraimense.</p> <p>(EF09HI10) Relacionar as conquistas de direitos políticos, sociais e civis à atuação de movimentos sociais tanto no Brasil quanto na região norte e em Roraima.</p>
	<p>O mundo em conflito: a Primeira Guerra Mundial</p> <p>A questão da Palestina</p> <p>A Revolução Russa</p> <p>A crise capitalista de 1929</p>	<p>(EF09HI11) Identificar e relacionar as dinâmicas do capitalismo e suas crises, os grandes conflitos mundiais e os conflitos vivenciados na Europa.</p> <p>(EF09HI12) Identificar as especificidades e os desdobramentos mundiais da Revolução Russa e seu significado histórico.</p> <p>(EF09HI13) Analisar a crise capitalista de 1929 e seus desdobramentos em relação à economia Global com reflexos na economia brasileira, especialmente na região Amazônica.</p>

Quadro 10 - Plano de aula 9º ano - 4º bimestre

MODERNIZAÇÃO, DITADURA CIVIL-MILITAR E REDEMOCRATIZAÇÃO: O BRASIL APÓS 1946	Os anos 1960: revolução cultural?	(EF09HI20) Identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos tanto no Brasil quanto na região Norte e em Roraima.
	A ditadura civil militar e os processos de resistência	(EF09HI21) Discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar considerando nesse contexto, a região norte e Roraima.
	As questões indígena e negra e a ditadura	(EF09HI22) <u>Identificar e relacionar as demandas indígenas e quilombolas como forma de contestação ao modelo desenvolvimentista da ditadura assim como o tratamento dado as comunidades indígenas da região norte e do estado de Roraima por parte dos governos militares do período.</u>
	Período histórico de 1985 até os dias atuais relacionando a política e relações de poder no âmbito do Brasil e do Estado de Roraima	(EF09HI23) Analisar os governos do período compreendido entre 1985 a 2018 (governos de José Sarney a Dilma Rousseff/Michel Temer considerando os aspectos políticos, econômicos e sociais que os caracterizaram como também refletiram na região norte e no Estado de Roraima

Os planos de aula aqui apresentados objetivam que os alunos obtenham compreensão de alguns temas importantes ao final de cada unidade bimestral. E isso está diretamente relacionado a acontecimentos históricos, relações de poder e processos de mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços. Propõem que os discentes desenvolvam a capacidade de entender a historicidade no tempo e no espaço, relacionando acontecimentos, políticos, econômicas e culturais, bem como problematizar os significados das lógicas de organização cronológica, para que sejam capazes de analisar e posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo.

Apontam a relevância de formar alunos capazes de elaborar questionamentos, hipóteses, argumentos e proposições em relação a documentos, interpretações e contextos históricos específicos, recorrendo a diferentes linguagens e mídias, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação e o respeito. Destacam a importância de trabalhar para que o discente siga uma linha de raciocínio capaz de realizar interpretações que expressem visões de diferentes sujeitos, culturas

e povos com relação a um mesmo contexto histórico, e posicionar-se criticamente com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários¹².

Baseado nos planos vislumbra-se que os alunos sejam levados a entender e compreender que são capazes de analisar os significados históricos e de seus antepassados e de seu presente, levando em conta o respeito e a solidariedade com as diferentes populações. População essa no qual ele faz parte atualmente ou é herdeiro das culturas, costumes, crenças e outros aspectos. Em suma o conhecimento que a história proporciona ao discente dentro do ambiente escolar está para além de simplesmente conhecer, dá ao aluno a possibilidade de viver novamente ou imaginar como será a partir do que se diz de cada história.

Os planos ainda se propõem que ao final de cada unidade, os alunos sejam capazes de compreender os significados que a disciplina fomenta para os diferentes grupos ou estratos sociais. Entender qual sua posição na sociedade, como é possível conhecer sua própria história e se reconhecer nela. Fortalecer o diálogo como fonte de saber e alinhar os conhecimentos científicos com as experiências vividas no cotidiano. Reconhecer o outro enquanto diferente, porém não menos importante e internalizar que educação está muito além de aprender técnicas e conteúdos e sim ter uma educação para vida.

Os conteúdos que os planos de aula do 6º ao 9º ano apresentam em alguns aspectos vêm de encontro com o que Lei 11.645/2008 normatiza. A proposta de conhecimento sobre populações indígenas que consta no plano de aula do 6º ano da escola Municipal Cristóvão Colombo se propõe a conhecer a vida e história das comunidades indígenas locais, fazendo assim com que o aluno possa entender e aceitar o colega de sala sem preconceitos. Abordam a identificação de culturas e práticas diferentes, reconhecimento de identidade e conhecimentos sobre as tradições existentes.

No que se propõe o plano é amplo, o conhecimento é centrado e se coloca como explorador de novos saberes, a prática desse plano ao que parece vem de acordo com a necessidade e a realidade dos alunos. Coloca o conhecimento da história de cada grupo, como foi e continua sendo sua existência e sobrevivência. Tais

¹² Informações retiradas dos planos de aula, cedido pelo coordenador pedagógico da escola Cristóvão Colombo.

assuntos são abordados dentro das salas de aulas ainda no primeiro e segundo bimestre nas turmas do sexto ano.

O plano de aula do 7º ano traz em seu escopo a Lei 11.645/2008 nos 1º, 2º e 3º bimestre, apresenta uma proposta de ensino e conhecimento para se entender a história dos povos indígenas em Roraima. Busca trazer para dentro da sala de aula as lutas e modo de vida dessas populações, como as sociedades organizaram suas interações e como foram se misturando dentro de um mesmo ambiente e de qual forma as populações indígenas foram sendo inseridas dentro desse processo.

Ressalta a importância de se entender o papel das comunidades indígenas no espaço, “Amazônia” e principalmente verificar como cada indivíduo está ligado a estas populações através da história. Busca avaliar a presença de povos indígenas dentro da sociedade que como contribuem com seus saberes e técnicas, isso está relacionado a organização social das comunidades, modo de vida e costumes que estão presentes no dia a dia e em muitos casos não conhecemos a origem.

Propõe a importância de conhecer as formas de resistências, as lutas e os confrontos travados por populações indígenas como forma de conhecer a própria história e se reconhecer dentro dela. Fazer uma análise dos impactos causados a tantos movimentos relacionados a povos indígenas e o que mudou após esses eventos. Ressalta a relevância de se abordar a diversidade étnico-racial e étnico-cultural (indígena, africana, europeia e asiática), como forma de conhecer a história envolta em cada população e também saber o quanto de diversidade tem ao nosso redor. Dentro desse contexto pode-se trabalhar o respeito e a valorização de cada população.

Por fim entender baseado em documentos e registros históricos, as dinâmicas das sociedades existentes como foram se construindo e se consolidando dentro do espaço de cada tempo e deixando sua história para as populações posteriores. Em suma o plano se coloca como essencial uma vez que aborda histórias de populações indígenas de sua realidade e proximidade traz para dentro da sala de aula uma proposta interessante, que é conhecer os próprios colegas de classe, entender como eles se sentem por estarem uma escola com povos que não são de seu cotidiano, com cultura, costumes, crenças e modo de vida de diferem do que conhecem e estão acostumados.

Para o 8º ano os planos apresentam proposta de trabalho a partir do 2º bimestre, em suma os conteúdos estão organizados para que os alunos entendam as

lutas e organização dos povos indígenas, sua participação nos grupos que compõem a sociedade, em um período que compreende ainda desde o Brasil colonial, coloca a importância de entender como esses grupos foram se consolidando na sociedade, e como o preconceito, estereótipos e as violências existente afetam diretamente esses grupos e como os mesmos tem agido ao longo do tempo para lidar com tais comportamentos.

O interessante nesse plano é exatamente a proposta de conhecer povos indígenas que existem no Estado de Roraima, isso faz com os alunos tenham acesso a história no qual estão inseridos assim tenham a possibilidade de compreender e conhecer a história de seus colegas.

Propõe fazer uma análise das políticas pensadas para grupos indígenas ainda do período que compreende o império, junto a isso observar os impactos causados aos grupos em decorrência dessas políticas. Essa observação deve ser voltada para grupos existentes na Amazônia em especial no Estado de Roraima, oportunizando aos discentes um contato com a história e aprendizado aprofundado de assuntos relacionados a cultura do Estado. Resta a importância de analisar os discursos civilizatórios tidos como essenciais para a organização da sociedade e o quanto esses discursos foram e continuam sendo prejudiciais aos grupos indígenas, negros entre outros e como as consequências de tais discursos são desastrosas por provocarem efeitos absolutamente negativos e em muitos casos de violências irreversíveis.

Finalizando a unidade o discente deve estar ciente de sua história e das histórias de seus colegas, aprender a respeitar o espaço a cultura, o outro acima de tudo saber que nenhuma cultura é inferior e ser diferente não faz ninguém menor ou menos importante, que cada um tem sua essência e sua individualidade e respeito é o mínimo que podemos ter.

O plano de aula para turmas do 9º ano apresenta assuntos relacionados aos povos indígenas a partir do 2º bimestre, a proposta de estudo para essa classe está voltada para entender como aconteceu a inclusão e exclusão de populações indígenas na sociedade envolvente. Pretende tratar o assunto inclusão/exclusão para que seus discentes compreendam o processo que estes povos vivenciaram ainda no Brasil Colônia até os dias atuais. Observa-se que todo o planejamento está direcionado especialmente para a “Amazônia” e afunilado para Roraima como centro de estudos para os discentes.

A proposta parece ser inovadora no que diz respeito ao conhecimento, seguindo o plano de história do 9º os discentes da escola Municipal Cristóvão Colombo terão contato com as histórias das populações que já convivem. O mais interessante é que o docente planeja trazer para dentro da sala de aula a cultura e história de seus próprios alunos, o que oportuniza um conhecer para além do que os livros didáticos oferecem.

Ao final da 4ª unidade o plano coloca que se faz necessário que o aluno seja capaz de compreender como aconteceu a trajetória das comunidades indígenas no Brasil e em especial em Roraima para que entenda como tais comunidades foram se consolidando em espaços urbanos e quantas lutas tiveram que enfrentar para obter reconhecimento e respeito. Ainda que a passos lentos, houve muitas mudanças e entende-se que conhecer essa história é de suma importância para os alunos da escola Municipal Cristóvão Colombo, uma vez que em sua realidade convivem diariamente com populações indígenas. A grande peculiaridade desse plano é que se tem a história e os protagonistas no mesmo local, o que oportuniza uma melhor compreensão, uma vez que o docente poderá ouvir aqueles alunos que vivem a realidade de serem indígenas e estarem inseridos em uma escola pensada para não indígenas, o que proporciona a interação e entendimento entre os dois grupos. Visualiza-se então uma grande oportunidade de se realizar um trabalho que possibilite o auto reconhecimento entre os alunos indígenas, que desfaça os preconceitos existentes dentro do grupo e motiva-os a declararem quem são, de onde vem e como suas histórias se perpetuaram no mundo. Isso tudo através do diálogo e envolvimento dos grupos existentes dentro da sala de aula da escola municipal Cristóvão Colombo.

Dessa feita os planos em alguns aspectos vão de encontro com o que a lei 11.645/2008 normatiza. Mesmo sabendo que evolução dentro da área educacional acontece a passos lentos, o espaço escolar deve ser usado com sabedoria para que se consiga consolidar esse saber. A escola é o ambiente essencial para se falar de respeito, para se conhecer a cultura do outro e entender que grupos existem, portanto os planejamentos da escola Municipal Cristóvão Colombo propõe esse caminhar junto com seus alunos vislumbrando desconstruir estereótipos existentes advindos de uma sociedade absolutamente classista que considera que o fato de ter costumes, crenças e culturas diferentes significa que não merece respeito, e o ambiente escolar deve ser o lugar certo para se trabalhar esses assuntos com clareza e ensaiando o respeito as diferenças.

5.2 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP)

De acordo com o PPP no que se refere aos princípios filosóficos e a visão da Escola coloque o nome dela, ela apresenta elementos considerados importantes e que se aplicados levariam em consideração a realidade dos indígenas Waiwai, conforme citações a seguir:

Princípios Filosóficos: A Filosofia está voltada para a formação integral do educando, através do desenvolvimento pleno de suas potencialidades. Estes são os princípios fundamentais a proporcionar condições de ensino e formação social do educando para o exercício da cidadania com participação e responsabilidade. O respeito, o hábito ao estudo, além de outras atividades necessárias ao crescimento harmonioso do ser humano.

Visão do Futuro: Ser uma instituição educacional reconhecida na busca de excelência em todos os níveis de ensino, com práticas pedagógicas inovadoras, formando cidadãos autônomos, a partir dos princípios que solidificam a infância, do respeito à cultura e das relações sociais que se constituem no espaço escolar. (PPP, 2019).

Como meta a Escola Municipal Cristóvão Colombo se coloca voltada para formação de seus alunos. Formação essa humanizada, integral e que proporcione o desenvolvimento do educando.

Apointa que as experiências vividas dentro do ambiente escolar devem em suma formar cidadãos para o exercício da cidadania com condições de ter um posicionamento político crítico diante das situações a ele apresentadas. Ressalta a importância de ser uma instituição que dialoga e está preocupada com a formação social dos educandos, formação essa que esteja de acordo com práticas educativas, formação humanitária e conseqüentemente igualitária para todos. A autonomia também é um elemento destacado dentro do (PPP) da Escola Municipal Cristóvão Colombo, por entender que o sujeito deve ser o autor de sua própria história a instituição se coloca como colaboradora para que tais elementos sejam efetivamente esteja na realidade de cada aluno.

Sobre as condições de ensino o (PPP. 2019) ressalta:

A escola é um espaço para que alunos se manifestem e tenha autonomia em seu próprio aprendizado. Nela. As reflexões, que são constantes, devem nortear o Projeto Político Pedagógico da Instituição e acompanhar a realidade na qual os alunos encontram-se inseridos

e, a partir delas, estabelecer o trabalho, revendo, adaptando e atualizando a proposta educativa praticada na escola. (PPP, 2019)

O PPP defende a importância de os alunos terem voz dentro do ambiente escolar, o diálogo está diretamente ligado a representatividade do aluno, se a escola é um espaço onde o discente se sente confortável em dizer o que pensa sobre variados assuntos, a escola conseguiu cumprir sua missão. Ao afirmar que dizer o que pensamos é uma forma de liberdade, ressalto que as opiniões devem estar consolidadas a uma posição política frente aos mais diversos assuntos dentro da sociedade. A escola deve ainda ser o ambiente onde o aluno forma sua opinião com segurança, uma vez que o conhecimento é o viés mais seguro para se chegar a qualquer conclusão.

Este documento ainda se propõe acompanhar a realidade de cada aluno, e rever cada proposta de trabalho pensada para os grupos com adaptações e atualizações necessárias como forma de melhorar o ensino e aprendizado de cada aluno. O fato de a realidade ser absolutamente peculiar a escola se coloca como espaço de mudança e adaptação visando alcance e melhoria.

O PPP ainda objetiva a construção de um homem cidadão, crítico, responsável, cooperativo, com autonomia, sujeito do seu próprio conhecimento através de estudos, debates, eventos, visando à construção de uma sociedade melhor e como forma de se ter um mundo melhor para se viver, de se fazer entendido dentro da sociedade em que vive, de se reconhecer enquanto sujeito de direitos e valores, (PPP, 2019, p.05). A intenção do documento é orientação, é encaminhamento, direcionamento para que os objetivos sejam alcançados entende-se que precisamos seguir algumas regras, e essas regras estão ligadas a organização e a visão que temos de alcance, um fator fundamental para o bom desenvolvimento dos processos dentro da escola, no que concerne ao crescimento e educação de seus alunos, é o planejamento e a execução de cada plano. A execução certamente apresentará surpresa, e é nesse momento que o docente precisa estar desarmado para se permitir novos conhecimentos e novas práticas pensando sempre que o aprendizado de seu aluno está em primeiro lugar. Mas uma vez o diálogo aparece como principal forma de resolver os mais variados assuntos.

Em especial o PPP da escola Cristóvão Colombo está voltado para construir e assegurar a gestão democrática se caracteriza por sua elaboração coletiva, a

participação de todos os grupos que compõem a comunidade escolar e externa é de fundamental importância para que haja êxito na efetivação dos planos feitos para tal escola, (PPP, 2019, p. 10). Dessa feita vislumbra-se que a união enquanto atores da escola está classificada como importante para que ocorra o crescimento de e melhoria do aprendizado dos alunos.

A escola enquanto espaço é lugar de descoberta, afirmação, conhecimento e deve ser um local seguro, para seus frequentadores, lugar onde as curiosidades devem ser instigadas, as dúvidas devem ser esclarecidas e a formação responsável deve estar acima de todas as opiniões ou decisões tomadas junto ao corpo presente deste ambiente.

A Escola Municipal Cristóvão Colombo apresenta um quantitativo de 87 alunos, sendo 32 alunos indígenas que estudam da educação infantil ao ensino fundamental anos iniciais e anos finais. Para viabilizar o processo de socialização, inclusão social e escolar e aprendizagem destes, a escola se propõe a se embasar nas ações pedagógicas do DCR-RR para contribuir na promoção e integração da educação indígena local. (PPP, 2019, p. 33)

A peculiaridade da escola Cristóvão Colombo é receber em seu quadro de alunos um grupo de alunos indígenas advindos de uma comunidade vizinha à escola, uma escola que está localizada em uma área rural, com currículo de escola urbana que atende alunos indígenas. Todos os aspectos citados fazem da escola Cristóvão Colombo uma escola especial, que potencialmente deve pensar em um meio de atender tais alunos de forma que os mesmos não se sintam excluídos do ambiente. O que, para todos acreditamos ser um grande desafio uma vez que esse atendimento envolve muitos aspectos, língua, costumes, culturas, tradições, história, lutas. Assim a escola prevê em seus documentos o ensino sobre povos indígenas o mesmo é contemplado na disciplina de história e o calendário também propõe uma manifestação sobre o assunto em uma data do ano.

Quadro 11 - CALENDÁRIO DE AÇÕES DA ESCOLA CRITÓVÃO COLOMBO

Mês	Plano de Ação	Data
Janeiro	Reunião com todos os funcionários para tratar de assuntos internos antes do início do ano letivo.	
Fevereiro	Reunião com alunos: regras da escola, Reunião com pais: como impor limites aos filhos, normas da escola e cuidados com o material didático. Reunião Pedagógica com os professores e coordenador pedagógico e análise do PP.	

Março	Reunião com os funcionários de apoio. Dia internacional da mulher. Dia da água. Início do projeto de leitura.	08 22
Abril	Reunião com pais e professores: entrega de notas. Início Projeto de matemática. Dia do livro infantil. Dia do índio. Descobrimiento do Brasil. Comemoração da páscoa (gincana)	18 19
Maió	Dia do trabalhador rural. Café da manhã com as Mães: homenagens.	01
Junho	Semana mundial do meio ambiente. Dia mundial do meio ambiente. Comemoração: festa junina.	01 a 05 05
Julho	Reunião com pais e professores: entrega de notas. Aniversário do município.	
Agosto	Café da manhã com os Pais. Dia do estudante. Dia do folclore.	22
Setembro	Reunião com pais e professores: entrega de notas. Dia da árvore. Dia do trânsito. Dia do idoso. Organização do desfile do Dia 07.	21 25 27
Outubro	Dia mundial dos animais. Comemoração ao dia das crianças. (gincana) Dia nacional do livro.	05 29
Novembro	Proclamação da República. Aniversário da escola. Trabalhos sobre a Consciência Negra.	15 16 20
Dezembro	Dia da Família. Encerramento do ano letivo.	

Ao decorrer do ano letivo as atividades citadas dentro do calendário visam o conhecimento e interação dos discentes com os assuntos propostos assim como com os colegas dentro do próprio ambiente escolar, mesmo entendendo que a Escola Municipal Cristóvão Colombo é uma escola que está localizada em área rural, e que esse fato coloca a escola em situação delicada quando nos referimos a efetivação de atividades considerando as distancias que dificultam a participação da família.

A escola está organizada para realizar todas as datas e planejamentos de seu calendário.

A primeira reunião do mês de fevereiro por exemplo, tem em seu escopo a proposta de apresentar para os alunos as regras da escola, e ainda que não estejam descritas supomos que dentro dessas regras se apresente o respeito ao próximo, independentemente de onde ele vem, como ele é, como ele fala, o que ele come e quem ele seja, consideramos uma proposta bastante necessária pelo perfil da escola. A segunda reunião no mesmo mês propõe aos pais que imponham limites em seus

filhos e trata também à importância de se cuidar do material didático e o conhecimento das regras da escola, dentro dessa proposta de reunião a escola se preocupa em inserir o pai na vida escolar de seu filho, quando apresenta para ele os desejos que a escola tem e como ela funcionara no decorrer do ano.

Em todo o calendário as atividades trazem propostas de conhecimento e interação, o que para os alunos é muito relevante, pois além de conhecimento e interação com professores e colegas de classe é essencial para o melhoramento do aprendizado desse aluno, sabemos que no campo a vida tem um relógio diferente, a realidade vivida é outra, então cada proposta de atividade que a escola efetiva faz com o aluno saia um pouco de sua realidade e viva algo diferente e isso além de vir carregado de aprendizado proporciona proximidade entre todos que estão envolvidos nas atividades.

Assim os desejos e anseios pensados e colocados para alcance durante o ano letivo vão sendo efetuado conforme o calendário propõe. Para a comunidade indígena que a escola atende o calendário cita o dia 19.04 que nacionalmente se comemora o “dia do índio” onde certamente tem atividades voltadas para aludir tal dia, pensando na realidade que a escola Cristóvão Colombo vive esse dia é de fato muito especial e deve ser pensado da maneira mais singular possível. A mesma em seus documentos pensa como ser uma escola diferenciada que atende alunos diferenciados e faz disso um assunto especial, uma vez que pensa projetos voltados para o atendimento desses alunos que recebe. Dentro do que lei determina a escola está em ação efetiva segundo os documentos analisados.

Conta em seus planos com um projeto voltado para o atendimento de alunos indígenas que vislumbra formar alunos empreendedores que se destacam dentro da sociedade com os talentos herdados de suas famílias tem o objetivo de levar o aluno a conhecer os problemas sociais, econômicos e culturais de sua localidade e os leva a pensar em soluções viáveis para tentar resolver tais problemas. Sempre pensado na comunidade que atende a escola Cristóvão Colombo se organiza de forma que consiga ao final de seu ano letivo apresentar experiências exitosas de suas ações, isso significa dizer que a escola entende a importância de seu papel formador e se reconhece enquanto espaço de variedades culturais, uma vez que pensa em seus alunos, em suas peculiaridades e suas vivências, a tentativa de se ter uma escola melhor se inicia com proposta e planos de ação, resulta-se que a Escola Cristóvão Colombo esteja no caminho certo.

5.3 PROJETO DA ESCOLA

Figura 2 - Capa do projeto Indígena



Quadro 12 - Projeto indígena 2020

PROJETO INDÍGENA- 2020 6º A NO 9º ANO	
PROFESSOR:	
ETAPA: Ensino Fundamental (Anos Iniciais)	
DIAS LETIVOS 202	Carga Horária: 808
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	
<p>Saber que o empreendedorismo é um processo dinâmico e social onde indivíduos, sozinhos ou em colaboração, identificam oportunidades para a inovação e atuam sobre isso, transformando ideias em atividades práticas e focalizadas, seja num contexto social, cultural ou econômico. Desenvolver o comportamento empreendedor e a personalidade empreendedora dos estudantes indígenas a partir da disciplina prática de projetos. Conhecer os problemas sociais, culturais ou econômicos locais e propor soluções viáveis e sustentáveis.</p> <p>O planejamento da formação empreendedora do estudante indígena acontecerá por um período de nove anos (do 1º ao 9º ano), com uma carga horária total de 720 h/a, onde os estudantes indígenas desenvolverão habilidades, conhecimentos e competências próprios dessa disciplina. Portanto, toda metodologia empreendida no âmbito desta disciplina deverá levar em consideração o seu objetivo principal, qual seja: desenvolver o comportamento empreendedor e a personalidade empreendedora dos estudantes indígenas no decorrer de nove anos de escolarização.</p> <p>Por esse motivo, deve-se priorizar metodologias que envolvam pesquisa, debate teórico, reflexão crítica, mas, principalmente metodologias que incentivem os estudantes a identificar as potencialidades e possibilidades de empreender, desenvolver propostas viáveis e inovadoras no âmbito social, cultural e econômico.</p>	

Quadro 13 - Detalhamento do projeto indígena

Unidades Temáticas	Objetos De Conhecimento	Habilidades	Orientações Didáticas/Metodológicas
PRÁTICA DE PROJETOS II	<p align="center">Projeto 06 Ano 06</p> <p align="center">Tema</p> <p align="center">Modelos de desenvolvimentos social e econômico</p> <p align="center">80 h/a</p>	<p>Conhecer os diferentes modelos de desenvolvimento social e econômico</p>	<p>A unidade temática “Prática de Projetos II” deve ser iniciada com uma investigação teórica e reflexões críticas sobre os diferentes modelos de desenvolvimento social e econômico. Nesta etapa é preciso que os estudantes compreendam qual é o modelo econômico brasileiro e como as populações indígenas estão inseridas social e economicamente.</p> <p>Sugere-se como avaliação final a construção de mapas conceituais (em grupo) constando os diferentes modelos de desenvolvimento social e econômico. Nesse caso, dependendo de quantos modelos sociais e econômicos serão abordados durante a realização do projeto sugere-se que cada grupo de alunos construa o mapa conceitual de apenas um modelo. No encerramento, a escola deve realizar um seminário para que os estudantes apresentem e expliquem seus trabalhos.</p>
	<p align="center">Projeto 07 Ano 07</p> <p align="center">Tema</p> <p align="center">As populações indígenas no contexto do desenvolvimento sustentável</p> <p align="center">80 h/a</p>	<p>Conhecer e propor o desenvolvimento sustentável (social e economicamente) das diferentes comunidades indígenas</p>	<p>Após conhecer os diferentes modelos de desenvolvimento social e econômico volta-se, agora, o foco para a compreensão do desenvolvimento sustentável em seus aspectos teóricos e práticos. Para isso, além de trabalhar o conceito é importante que o/a professor/a incentive os estudantes (em grupo ou individualmente) a identificar oportunidades viáveis social e economicamente e que contribuam com o desenvolvimento sustentável de sua família e/ou comunidade. Para isso, é preciso conhecer melhor as potencialidades naturais, sociais e econômicas da própria comunidade, para, a partir daí, planejar e propor propostas empreendedoras. Obviamente que o objetivo principal nesse projeto deve ser ensinar os estudantes a enxergar oportunidades viáveis e sustentáveis (social e economicamente). A avaliação final será a construção de uma proposta para o desenvolvimento sustentável local que seja viável social e economicamente. A escola deve realizar uma “feira empreendedora” para apresentação das propostas dos alunos à comunidade.</p>
	<p align="center">Projeto 08 Ano 08</p> <p align="center">Tema</p> <p align="center">Projetos de desenvolvimento em Terras Indígenas:</p>	<p>Análise crítica dos projetos das comunidades Análise crítica dos projetos produtivos</p>	<p>Os estudantes de hoje serão os pais, mães e líderes comunitários do amanhã próximo. Esse é um projeto que deverá levar os estudantes a investigar e refletir criticamente sobre os projetos comunitários locais. Mais que fazer críticas aos projetos comunitários os estudantes devem ser incentivados a</p>

	<p>Turismo Artesanato Pecuária</p>	<p>Proposição de novas alternativas</p>	<p>propor melhoria ou mesmo novos projetos comunitários de acordo com as potencialidades locais. É preciso realizar pesquisa para compreender como funcionam os projetos comunitários, suas origens e propósitos bem como levantar dados sobre as potencialidades naturais e ambientais locais, além de registrar o resultado dessas pesquisas em mapas conceituais, croquis, textos, etc.</p> <p>Aqui o foco volta-se para análise dos projetos comunitários, identificando suas fraquezas e potencialidades.</p> <p>Nesse caso, a avaliação final será a apresentação de projetos e propostas (em grupo ou individual) que visem a melhoria dos projetos comunitários já existentes ou a proposição de novos projetos (social e econômicos) em âmbito comunitário.</p>
	<p>Projeto 09 Ano 09</p> <p>Tema Criação Artística II</p> <p>80 h/a</p>	<p>Valorização estética e econômica das produções artísticas técnicas indígenas. Noções de técnicas de produção de peças artísticas, produção teatral, literária, musical, artesanal e plástica.</p>	<p>O projeto está voltado para a criação artística indígena e sua valorização social, cultural e econômica. Para isso, o/a professor/a deverá promover oficinas teóricas e práticas (de produção de peças artísticas, produção teatral, literária, musical, artesanal, plástica etc.). Essas oficinas devem contar com a participação, se possível, dos membros da comunidade (ou externo) que possuam vasto conhecimento sobre os temas a serem desenvolvidos nas oficinas. Ao final do projeto, a escola deverá realizar uma “sexta cultural”, por exemplo, onde os estudantes, individualmente ou em grupo, irão apresentar a sua produção artística. Pode ser uma música de autoria própria, ou um conjunto de poesias, uma peça teatral, uma peça artesanal ou uma arte plástica.</p> <p>A avaliação final será individual ou em grupo e se dará com base na criação artística de cada estudante ou grupo de estudantes. É importante que no dia do evento, o professor junto com o estudante, se acharem viável, atribuam valor econômico simbólico as suas criações artísticas.</p>

O projeto aqui apresentado se coloca como aporte para a execução de atividades que envolvam a cultura indígena dentro da escola Municipal Cristóvão Colombo. Objetiva visualizar em seus alunos o poder empreendedor de cada um incentivando os mesmos a usar suas técnicas artesanais para angariar um lugar de reconhecimento dentro da sociedade, através de sua capacidade artística. Sempre pensando em uma forma de melhorar a sociedade que se vive e se reconhecer e se reafirmar enquanto indígena, acreditando que é possível ter um mundo melhor onde

cada indivíduo seja respeitado, tenha o espaço, a cultura, o costume e tudo o que envolve o ser diferente e não seja visto como menor pelo fato de não ser igual.

Inicialmente o projeto propõe a seus alunos que conheçam os modelos de sociedades constituídos nas mais variadas localidades, com o propósito de entender como acontece a relações sociais e econômicas de cada lugar e assim conseguir fazer uma análise crítico reflexiva de cada modelo. Nesse contexto visa-se que os discentes entendam como as populações indígenas estão inseridas dentro das populações envolventes e como os relacionamentos se dão dentro desse espaço de vida e tempo. Isso dará suporte para que os discentes entendam a dimensão e aprofundamento da história das sociedades indígenas e ao final sejam capazes de além de entender cada conceito entorno das histórias se vejam enquanto indígena e não indígenas dentro de tais histórias.

No decorrer do projeto após conhecerem as comunidades por localidade, o que há de diferente em cada comunidade, como são os relacionamentos dentro de cada uma, objetivo, anseios e histórico de cada uma o discente é convidado a compreender a parte organizacional de cada unidade ou comunidade, e dentro desse contextos os alunos são estimulados a observar as potencialidades de cada setor dentro da comunidade, pensando que isso pode e deve gerar lucro e que tem que ser produtivo e vendável, não se esquecendo que por traz desse proposito deve-se discutir a sustentabilidade e cuidado com o meio em que vivemos. Ao final de seu estudo o aluno deve ser capaz de produzir uma discussão que envolva os ouvintes e os conquiste com um discurso solido e agravável de como usar o que sabe fazer para obter lucratividade e ainda preservar seu ambiente de vivência.

Com uma proposta bastante original e que acaba por tirar um pouco os estudantes indígenas de sua realidade de vivencia, este projeto visa uma tentativa de projetar seus envolvidos, acreditando que expandir e dar visibilidade a suas culturas, costumes e histórias de vida seja a solução mais viável para se ter uma sociedade melhor. Convidam o estudante a entender sua responsabilidade em fazer parte dessa sociedade e quão devem estar comprometidos com o futuro de suas comunidades, assim os discentes devem além de estudar suas e outras comunidades pensar formas de como podem melhor a vivencia dentro desses espaços, de como podem influenciar positivamente e todo esse processo deve ajudar a se reconhecer e desfazer o preconceito existente entorno da cultura indígena.

Em proposta o mesmo ainda cita que a preocupação com o reconhecimento artístico de seus alunos indígenas, sendo uma característica proeminente nesses grupos, visa dar visibilidade aos mesmos propondo a produção teatral, literária, musical, artesanal e plástica, onde os alunos poderão se expressar e trazer para dentro do ambiente escolar as histórias de suas comunidades como forma de dizer quem são e o que gostam de fazer, como comem e etc. Isso dá suporte para a abertura de uma discussão onde vários temas podem ser abordados, ressaltando sempre a importância de respeitar o espaço do outro enquanto indivíduo participante da mesma sociedade. Ao final os discentes são convidados a organizar uma exposição de seus trabalhos para a comunidade escolar e comunidade externa, com o propósito de que se divida as discussões que estão sendo realizadas no espaço escolar e como forma também de solicitar a participação da comunidade externa para dentro do espaço escolar.

O trajeto do projeto é de fato interessante, tem uma proposta corajosa que incentiva seus alunos buscarem novas opções de serem vistos, os encoraja a mostrarem suas artes, seus costumes, crenças e histórias para o mundo e com isso ainda obterem lucratividade em seus trabalhos. Algo muito interessante na proposta é o fato de ser aberta, todos podem participar e a ideia de conhecer não só uma comunidade mais outras, isso faz com que os alunos tenham contato com outras histórias e vejam a dimensão e o quanto de populações indígenas temos no Brasil. Outro aspecto interessante é como o projeto convida os discentes a participarem, e estimula o empreendedorismo com aquilo que eles sabem fazer, e os incentiva a explorar o espaço em que se vivem e também cuidar.

Visa a interação de dentro do ambiente escolar, objetiva o diálogo e participação da comunidade externa para dentro desse espaço o que é de grande valia uma vez que proporciona o contato da comunidade externa com a comunidade escolar, dando segmento e execução do que se planejou para o espaço escolar, importante lembrar que a escola enquanto espaço obtêm uma grande importância para a comunidade externa pois é vista pela mesma como espaço do saber, educação, desenvolvimento e crescimento, por isso tem um grande respeito e credibilidade junto da comunidade externa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Roraima é lugar que abriga várias comunidades indígenas, cada uma com suas peculiaridades e diferentes costumes, culturas, crenças e histórias, dessa feita fez-se necessário entender em primeiro lugar o contexto no qual a pesquisa foi elencada, e o porquê de tantas inquietações e a busca por respostas durante a caminhada enquanto pesquisador, lembrando que a pesquisa busca compreender como os povos indígenas foram inseridos na proposta de integração. Observando o Estatuto do Índio (1973), buscamos fazer um recorte que se limita ao tempo, espaço e povo para que pudéssemos ter precisão dentro da análise de dados e melhor compreender os sujeitos, o tempo e o espaço em que a pesquisa foi executada, buscar respostas para as inquietações observadas e tentar de alguma forma deixar nossa contribuição enquanto educador inquieto.

Assim inferimos que a sala de aula é espaço valioso onde o docente pode realizar um trabalho efetivo de construção e afirmação identitária juntos dos discentes, partindo de que se compreende ser um espaço democrático, e de desenvolvimento do saber, entendemos que cabe ao professor buscar o melhor meio didático para que seus alunos consigam aprender com dinamicidade e sejam formados para a vida, faz-se necessário garantir que o ambiente escolar seja um lugar de formação de currículo, mas também seja lugar de formação humana, uma formação emancipadora que dê suporte de aprendizagem para que seu alunado seja formado para mundo e não só para o mercado de trabalho.

É importante que o espaço escolar seja local de valorização e reconhecimento identitária, uma vez que sabemos o quanto é rico em saberes diferentes, temos enquanto agente de educação que observar a importância de contextualizar os saberes que cada aluno possui, saber de vivência familiar e comunitária, aquilo que ele aprendeu com seus pais.

Convivendo em seu círculo familiar é necessário diagnosticar os conhecimentos prévios de cada aluno, as experiências vividas por cada um, as histórias de vida que cada um carrega e abrir espaços de diálogos na tentativa de consolidar uma educação sensível aos saberes do outro, que reconheça as peculiaridades de cada um e formar sujeitos, livres capazes de formular opinião e defender aquilo que pensa pelo simples fato de se sentir bem e entender que tem direito de ser o que quiser, por mais que a sociedade esteja dividida e ensinada de

forma preconceituosa, é necessário fazer nosso aluno internalizar que ele precisa ser sujeito de sua própria história.

Dessa feita a figura do professor que tem atuação efetiva dentro do espaço escolar em muito pode contribuir, é necessário abrir janelas de diálogos que contextualize a realidade de cada escola, o espaço que ela está inserido e as vivências que esse espaço pode proporcionar. No caso da educação indígena é preciso ir além do que os livros didáticos propõem, os docentes precisam trabalhar dentro da realidade de cada escola e perceber o quanto de material de aprendizagem se pode produzir das falas dos próprios alunos e trabalhar o reconhecimento e afirmação identitária de cada um, e o quanto cada um pode contribuir relatando sua história, cultura e vivências.

Compreendendo que não é suficiente que a proposta de se trabalhar a educação indígena dentro espaço escolar esteja apenas nas Leis que normatizam e nos projetos organizados pela escola, é preciso que a execução ocorra em conformidade com cada realidade existente, isso realmente fará a diferença em cada escola, é necessário que a escola como um todo tenha harmonia de ideias, caminhe em uma mesma direção e tenha um só objetivo, assim será possível se ter uma escola democrática, que ouve seus alunos pensa em coletividade, desfaz os preconceitos existentes em torno de assuntos relacionados a qualquer público, e isso certamente ultrapassará os muros da escola.

A Lei 11.645/2008, normatiza a execução de educação diferenciada para diferentes grupos, porém é necessário a escola entender e reconhecer a existência desses grupos dentro do ambiente escolar, e pensar uma forma de trabalhar em conformidade com a Lei, mas para que ocorra um trabalho sério e eficaz faz-se necessário que todos os envolvidos no processo escolar tenham compromisso com a educação e se coloquem a disposição para realizar este trabalho, uma vez que entendemos que a escola funciona com a colaboração de cada um, gestão, docentes, apoio, comunidade escolar e comunidade externa, mesmo que pareça difícil entrar em acordo é necessário organizar e desenvolver o trabalho.

Os documentos que normatizam o ensino dentro do espaço escolar devem ser elaborados de acordo com a necessidade e realidade de cada escola, o PPP, dever dar voz ao aluno, a comunidade interna e externa como também aos professores e isso faz com que a escola se torne democrática, que pense de forma coletiva que seja acolhedora e tenha a intenção de formar cidadãos humanizados. Esse espaço dever

ser um lugar onde o aluno se sinta à vontade para se expressar e expor sua opinião sobre qualquer assunto e se sentir seguro em dividir suas experiências com seus colegas na certeza de que haverá quem o ouça e acima de tudo o apoie, se a escola conseguir cumprir essa proposta poderá dizer que teve sua missão cumprida enquanto espaço educacional.

O Brasil é um país com leis formuladas em ordem decrescente, onde elite pensa e executa Leis para a massa da população, isso infelizmente faz com que os povos indígenas que são pertencentes a grupos minoritários sofram drásticas consequências quando falamos em Leis que beneficiam, um exemplo disso é a escola Municipal Cristóvão Colombo onde a pesquisa foi realizada, uma escola localizada em área rural que recebe alunos, ribeirinhos, assentados, filhos de agricultores e indígenas com um público tão diverso a escola se torna especial por tentar em seus documentos, PPP, planos de aula, projeto indígena e calendário escolar abordar ainda que minimamente temas relacionados a educação a formação para diferentes grupos.

A pesquisa tinha por objetivo analisar se a proposta escolar da Escola Municipal Cristóvão Colombo atende culturalmente os alunos indígenas que frequentam este estabelecimento de ensino e observou o trabalho realizado pelo professor de história que tenta em seus planos abordar os conteúdos que a Lei 11.645/2008 normatiza para o ensino de educação indígena dentro do ambiente escolar, trazendo a discussão alguns aspectos sobre esses povos e os convidando a conhecer os indígenas que frequentam a escola, considera-se que seja uma proposta bastante relevante, porém ao mesmo tempo sentimos que a solidão do professor ao tentar realizar um trabalho de diferente forma dentro da escola, talvez o impeça de fomentar um trabalho melhor.

Observamos que em alguns documentos o professor tenta trabalhar os aspectos da comunidade ao qual seus alunos pertencem, quando cita em seus planos, “conhecer as comunidades indígenas locais” essa especificação faz do plano interessante uma vez que convida os demais alunos a conhecer seus colegas e compreendê-los.

Devemos ressaltar a importância de efetuar esse trabalho dentro dessa escola, por ser uma escola que atende públicos advindos de comunidades indígenas, com peculiaridades e uma realidade absolutamente diferente por terem culturas e costumes diferentes, a escola que os recebe deve estar o mínimo preparada para dar um bom atendimento a tais alunos, sabemos que culturalmente eles são em sua grande maioria retraídos, menos expansivos tem difícil comunicação, por não

dominarem a língua predominante dentro do ambiente escolar e sentirem na pele o preconceito da sociedade em geral, por esse motivo a escola deve estar preocupada em desfazer os conceitos e estereótipos existentes na tentativa de incentivar o respeito e reconhecimento do próximo, e a escola por ser um espaço de encontro de culturas deve demonstrar empenho enquanto instituição no que diz respeito esses assuntos.

Em relação aos documentos analisados a escola tem um projeto tímido quando somente a disciplina de história trabalha o assunto sobre educação indígena dentro do ambiente escolar, abre um espaço dentro de seu calendário para se falar de “índio” exatamente no dia 19 de Abril e tem um projeto elaborado que tenta expandir a cultura indígena e formar seus alunos em sujeitos empreendedores. O que preocupa nessa visão é exatamente se ela vai de acordo com o que a Lei fomenta uma vez que o texto da Lei deixa claro em dizer que a escola deve trabalhar a temática da melhor maneira possível, dentro desse contexto podemos fazer variadas observações, e uma dessas abordagens deve estar no fato de ouvir os estudantes indígenas e procurar entender sob a ótica deles o que pensam e almejam enquanto estudantes.

É importante que se entenda que a temática indígena deve estar presente em todas as disciplinas que a escola tem em seu currículo, isso implica dizer que deve existir conexão entre os docentes e os planos de atividades pensados para os alunos dessa escola e que essa escola deve incluir em seus planos a importância de se trabalhar a peculiaridade de cada grupo. Sabemos que a temática indígenas aparece nos livros didáticos e que ele é o instrumento mais utilizados para o desenvolvimento do ensino dentro do ambiente escolar, porém os livros didáticos em sua grande maioria retrata as histórias dos povos indígenas carregadas de estereótipos e preconceitos, em quase todos os escritos sobre esse povo são feitos a partir do que se pensa deles e não do que realmente são, contando em sua grande maioria uma história superficial e sobre esses povo sua cultura, costumes e valores.

Em face o resultado retrata que a escola possui projeto para efetuar o atendimento dos públicos que recebe porém ainda muito tímido ao que se refere a execução, os planos de aula que constam a proposta para se discutir e aprender sobre educação indígena dentro do ambiente escolar, apenas são contemplados pela disciplina de história, o que nos parece ser uma abordagem insuficiente quando falamos de contextualização de conteúdo, a Lei é muito clara quando cita a

importância de o assunto ser tratado em todas as disciplinas para que haja interação e entendimento entre as partes envolvidas nesse processo.

Assim entendemos que a educação fomentada dentro da escola Municipal Cristóvão Colombo atende em parte o que se considera ensino de qualidade para grupos diferentes, os conteúdos ministrados pelos professores não contextualizam em sua totalidade sobre a educação indígena uma vez que o currículo da escola muito timidamente abrangendo o assunto. Existe projeto voltado para discutir essa educação dentro do ambiente, porém com uma vertente voltada para desenvolver o empreendedorismo dos alunos, e explorar sua criatividade para crescer economicamente. Isso de certa forma está em desacordo com o que a Lei coloca, quando diz ensino de cultura, costumes, crenças analisamos como a possibilidade de conhecer melhor nossos alunos, suas histórias, a sabedoria herdada, mas com um propósito de se reconhecer enquanto indígena, ter orgulho do seu povo, de sua história e em muitos casos conhecer a própria história.

Entendemos ainda que é no espaço escolar que acontece o encontro das mais diversas culturas e esse espaço nos possibilita ingressar em mundos antes nunca descobertos, faz-se necessário pensar a escola como lugar de emancipação, de libertação e afirmação, nos enquanto educadores precisamos entender e internalizar que somos mais que transmissores de conteúdo, que estamos dentro do espaço. Precisamos pensar uma escola que transforma e não segue um roteiro pronto, mas que se adequa a realidade de seus alunos e tenta dar o melhor para formá-los para o mundo.

Percebemos que ainda há muito para melhorar no que se refere a educação diferente para diferentes grupos e ainda que a escola seja esse cenário cheio de possibilidades é necessário observar e entender cada uma, a peculiaridade de cada aluno, de cada professor, de cada gestor forma uma escola diversa e faz com que esse espaço seja especial. É necessário crescer enquanto espaço educacional para atender tanta diversidade que comporta a escola, observamos que a passos lentos a educação caminha, e por mais que consiga dar um passo rumo ao desenvolvimento é preciso observar muitos outros aspectos que envolvem esse processo de conhecimento e isso não é possível ser feito sem parceria, comprometimento e participação de todos, o espaço escolar é formado por muitos grupos e cada um tem uma parcela de contribuição dentro desse universo que é a educação é necessário entendermos isso e buscarmos cada dia melhorar enquanto docentes, instituição e atores desse espaço.

A educação é de nossa responsabilidade em parceria com a comunidade externa, pais e os próprios alunos.

Em pensamentos finais e após análise e tratamento dos dados obtidos, esperamos fomentar uma reflexão/ação em prol de buscarmos resolução do problema observado ainda no nascimento da pesquisa. Reflexão essa, direcionada para o comprometimento de se doar por uma educação transformadora, uma educação que veja o outro com respeito e não desprezo, e para que isso ocorra é necessário que existam pessoas comprometidas e prontas para fazer a diferença dentro do ambiente escola. Certamente sabemos que o apoio para se ter uma escola assim ainda é tímido, porém sob outra ótica é preciso dar o primeiro passo rumo a mudança. Ainda que se entenda que novas questões surgirão no decorrer do caminho a pesquisa busca não só compreender, mas propor um diálogo, que instigue um pensamento direcionado em prol de fortalecer os sujeitos envolvidos nesse processo, entendendo sempre que é primordial instigar em nossos alunos o respeito ao próximo, o conhecimento de culturas e a valorização do outro como forma de enriquecer e valorizar o outro e entender que marcas identitárias, como coloca Candau (2012), não faz de ninguém melhor ou pior.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA Maria Regina Celestino de. **A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas**¹ Indigenous Protagonism and Historical Reviews in Brazil Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 37, nº 75, 2017
<http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472017v37n75-02>

AZEVEDO, Rafael Sá Rego de; COELHO, Patrícia Vieira. **Particularidades do processo de evangelização Waiwai**. Geografia das redes de mobilização social na América Latina. SINGA 2017. Curitiba Novembro de 2017.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2004.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (**BNCC**). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

BRASIL. **Lei 11.645, de 10 de março de 2008**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2008/lei/l11645.h tem](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2008/lei/l11645.htm)> Acesso em 10/08/2019.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional**, 5º Edição – 2010, Biblioteca Digital. <http://db.câmara.gov.br> consultado em 08 de setembro de 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.645/2008, de 10 de março de 2008**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, Brasília-DF 2010.

BRASIL. **Lei 4.751. Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do DF**. Brasília/DF, fevereiro de 2020

BRASIL. Constituição 1988: **Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988**, com alterações adotadas pelas emendas constitucionais, nº 1/92 a 28/2000 e emendas constitucionais de revisão nº 1 a 6/94. – Ed. Atual, em 2000 – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2000.

CAIXETA DE QUEIROZ, Ruben. A saga de Ewká: epidemias e evangelização entre os Waiwai. In: WRIGHT, Robin (org.). **Transformando os Deuses**: os múltiplos sentidos da conversão dos povos indígenas no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

CÂNCIO, Raimundo de Pádua. **Para além da aldeia e da escola**: um estudo de colonial de aquisição da língua portuguesa pelos indígenas Waiwai da aldeia Mapuera. Amazônia brasileira/ Raimundo Nonato de Pádua Câncio, 2017.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Diferenças Culturais, Interculturalidade e Educação em Direitos Humanos**. Educ. Soc. Campinas, v 33, n 118, p 235-250. Jan/Mar de 2012. Disponível em, <<http://www.cedes.unicamp.br>>.

CARRANO, P. I Vera Maria. Identidades culturais juvenis na escola: arenas de conflitos e possibilidades. In Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas/ Antônio Flavio Moreira, Vera Maria Candau (orgs). 2 ed.- Petrópolis RJ: Vozes, 2008 PUC-Rio.

CAVALHEIRO. Rosa Maria. COSTA. Flamarion Laba da. **A temática indígena no livro didático**

CELLARD, André. A pesquisa qualitativa: **Enfoques epistemológicos e metodológicos I tradução de Ana Cristina Nasser**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. (Coleção Sociologia)

FARAGE, N. **As muralhas dos sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra/ANPOCS, 1991.

FREIRE, Maria do Céu Bessa. **A criança Indígena na Escola Urbana** / Maria do Céu Bessa Freire – Manaus: Editorada Universidade Federal do Amazonas, 2009.

GABRIEL, C.T. **Conhecimento escolar, cultura e poder: desafios para o campo de currículo em “tempos pós”**. In Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas/ Antônio Flavio Moreira, Vera Maria Candau (orgs). 2 ed.- Petrópolis RJ: Vozes, 2008 PUC-Rio.

GALLOIS, Dominique Tilkin. **De arredios a isolados: perspectivas de autonomia para os povos indígenas recém-contactados** In: GRUPIONI, Luís Donisete (org.). **Índios no Brasil**. São Paulo, 1994.

GIL, Antonio Carlos **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

HELENA, Rosa Dias da Silva, **Movimentos Indígenas no Brasil e a Questão Educativa. Relações de Autonomia, Escola e Construção de Cidadanias**. Universidade do Amazonas, Caxambu Setembro de 1999.

JÁCOME, Camila Pereira. **Dos Waiwai aos Pooço – Fragmentos da história e arqueologia das gentes do rio Mapuera (Mawtohari), cachorro (Katxuru) e Trombetas (Kahu)**. Camila Pereira Jácome/Tese de Doutorado. São Pulo 2017

JESUS, Suzana Cavalheiro, **Políticas Públicas de Educação Indígena e Índios no Urbano**, 2007.

LAURENCE, Bardin 1977. Título original: **L'analyse de contenu**. Press Universitaires de France, 1977. Tradução de Luís Antero e Augusto Pinheiro. Capa de Alceu Caldanha Coutinho. Direitos reversados para todos os paizes de língua Portuguesa. Edição 70 – Avenida de Avila 69.r/c-Esq. 1000 Lisboa. Distribuidora do

Brasil: LIVRARIA MARTINS FONTES. Rua Conselheiro Ramalho, 330-340 – São Paulo.

MATOS, Gilvanio Colares de. **A temática indígena na escola: uma análise da efetividade pedagógica da Lei 11.645/2008** / Gilvanio Colares de Matos. – Boa Vista, 2016.

MELIÁ, Bartolomeu. **Ação pedagógica e alteridade: por uma pedagogia da diferença.** In: Conferência Ameríndia de Educação. E, Anais do Congresso Professores Indígenas do Brasil, 17 e 21 de novembro de 1997_ Cuiabá.

OLIVEIRA, Leonor Valentino de. **O cristianismo evangélico entre os Waiwai: alteridade e transformações entre as décadas de 1950 e 1980.** Dissertação de Mestrado / Leonor Valentino de Oliveira. Rio de Janeiro: UFRJ/ Museu Nacional/ PPGAS, 2010

PIERONI, Vittorio; FERMINO, Antonia; CALIMAN, Geraldo. **Pedagogia da Alteridade: para viajar a Cosmópolis** / Brasília: Liber Livro, 2014.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: **orientações para o gestor escolar / textos Comunidade Educativa CEDAC.** – São Paulo: Fundação Santillana, 2016.

RADECK, Ereni. **Interculturalidade: Um Desafio Para A Educação Escolar Indígena.** Blumenau, 2011.

DE PÁDUA, Raimundo Nonato; ARAÚJO, Sônia Maria da Silva. **Violência epistêmica e a invenção do outro na narrativa “O Pajé de Cristo” de Homer Doda.** Telles/ Núcleo de estudos e pesquisas das populações indígenas – NEPPI, Campo Grande, 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A construção multicultural da igualdade e da diferença.** Oficina do CES n. o 135 janeiro de 1999. Publicação seriada do **Centro de Estudos Sociais** Praça D. Dinis Colégio de S. Jerónimo, Coimbra

SECCHI, Darci e SANTOS; Vanubia Sampaio dos. **Estudantes indígenas em escolas urbanas de Rondônia: da omissão das políticas públicas à omissão do pertencimento étnico** – (artigo) Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v.21, jan./jun.2013.

SOUZA, André Oliveira de. **Entre conversões e convertidos. Táticas e estratégias usadas no encontro cultural entre missionário protestantes e os Waiwai na Amazônia setentrional entre 1948 e 1962.** Boa Vista-RR: Tese de Mestrado do programa de pós-graduação em Sociedades e Fronteiras da UFRR, 2014.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 2007.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. 1928- T759Í **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação** -São Paulo: Atlas, 1987.

VILLARES, Luiz Fernando, **Direitos e Povos Indígenas**. /Luiz Fernando Villares. / Curitiba: Editora Juruá. 2009, 305p

ZEA, Evelyn Schuler. **Redes de saberes, circulações e trocas entre os Waiwai no Brasil e na Guiana**: Primeiras reflexões a partir de duas viagens transfronteiriças recentes. Caxambu, 2010.